

A DISPERSÃO DOS BAHÁ'ÍS E A ESTRUTURAÇÃO DE REDES DE ACTIVISMO TRANSNACIONAL

HANNA BEATRIZ LOPES SALDANHA MATOS

**Dissertação de Mestrado em
Migrações, Inter-eticidades e Transnacionalismo – Área de
Especialização: Sociologia Política**

SETEMBRO, 2010



Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de **Mestre em Migrações, Inter-etnicidades e Transnacionalismo** – Área de especialização: Sociologia Política, realizada sob a orientação científica da **Professora Doutora Maria Margarida Marques**.

DECLARAÇÕES

Declaro que esta Dissertação é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia.

O candidato,

Lisboa, 20 de Setembro de 2010.

Declaro que esta Dissertação se encontra em condições de ser apresentada a provas públicas.

A orientadora,

Professora Doutora Maria Margarida Marques

Lisboa, 20 de Setembro de 2010.

Dedico esta dissertação à minha mãe, uma mulher de muita fibra e uma apaixonada pelo saber, que sempre me ensinou a valorizar e perceber o estudo como uma das melhores ferramentas para o aprimoramento pessoal e, sobretudo, para o enriquecimento da alma.

Ao meu marido, por estar sempre ao meu lado e por fazer dos meus sonhos os seus.

Aos meus irmãos Wallace e Hanniel por comporem a minha “torcida organizada” em todos os meus empreendimentos profissionais, educacionais e pessoais.

AGRADECIMENTOS

Finda uma etapa especialmente importante da minha vida, não poderia deixar de expressar o meu mais profundo agradecimento a todos aqueles que me apoiaram nesta longa jornada e contribuíram para a concretização desta dissertação.

Os meus especiais agradecimentos à minha Orientadora, docente de grandes méritos, Professora Doutora Maria Margarida Marques, pelos preciosos conselhos, pela disponibilidade, pelo apoio e incentivo no decorrer de todo o desenvolvimento deste trabalho.

Agradeço ao Professor Mestre Iradj Eghrari, um cidadão do mundo, um activista por natureza, que acreditou em mim e no meu potencial profissional quando eu ainda era uma aluna do primeiro ano da licenciatura. Poderei me considerar uma profissional completa se for metade do profissional que o Professor é.

Embora eu não seja uma bahá'í, não poderia deixar de apresentar aqui os meus especiais agradecimentos e de expressar o meu profundo respeito pela Fé Bahá'í e, em particular, pela Assembleia Espiritual Nacional dos Bahá'ís do Brasil, sediada em Brasília-DF. Foi sob a vossa orientação que conheci o Universo dos Direitos Humanos. Foi a trabalhar nos projectos desenvolvidos por esta entidade que conheci a minha profissão e aprendi o que é ser um verdadeiro Internacionalista.

Agradeço aos meus professores do Curso de Mestrado em Migrações, Inter-eticidades e Transnacionalismo da FCSH pelo empenho, pela dedicação e, principalmente, por compartilharem tão generosamente connosco as suas experiências e conhecimentos.

Agradeço com imenso carinho à minha mãe, ao meu marido e aos meus irmãos pelo amor incondicional, por serem os meus maiores incentivadores em todas as fases da minha vida e por serem a minha inspiração.

E, por fim, porém, não menos importante, os meus agradecimentos aos meus amigos por sempre me incentivarem e não me deixarem desistir. Tenho sorte por tê-los em minha vida.

[RESUMO]

A DISPERSÃO DOS BAHÁ'ÍS E A ESTRUTURAÇÃO DE REDES DE ACTIVISMO TRANSNACIONAIS

[Hanna Beatriz Lopes Saldanha Matos]

PALAVRAS-CHAVE: Bahá'ís, migrações, dispersão, redes de activismo transnacionais, organizações não-governamentais internacionais, movimentos sociais transnacionais, lobbying.

Desde a sua criação, a Fé Bahá'í vem desenvolvendo um papel estratégico em termos globais, que em muito ultrapassa as fronteiras do que poderia ser considerado estritamente religioso. Como sabemos, quase todas as religiões envolvem-se de alguma forma em projectos sociais, principalmente no terreno, com comunidades carenciadas e coisas do género, mas poucas apresentam uma estratégia de interferência tão directa na construção de novas políticas públicas de aceitação global junto às esferas de poder mundiais como a Fé Bahá'í o faz. Tendo em vista a estratégia empreendida pelos bahá'ís no sentido de articularem-se e mobilizarem a sociedade civil em contextos tão distintos e em áreas tão variadas, pretendo compreender como os bahá'ís vêm estruturando redes de activismo transnacionais e como estas funcionam. Para tal, à luz das concepções de Sidney Tarrow e de outros autores especialistas na temática do activismo transnacional, tenciono, através desta dissertação, compreender como os bahá'ís vêm estabelecendo sua estrutura organizacional e relacional, visando o fortalecimento e o aperfeiçoamento de uma agenda transnacional de desenvolvimento social, político e religioso, através do fomento e da estruturação de redes de activismo transnacionais. Pretendo realizar uma análise empírica acerca da formação e da dinâmica de tais redes e da mediação prática dessas nos projectos desenvolvidos pelos bahá'ís. A ideia central é perceber quais os desafios deste tipo de mecanismo, quais são os resultados imediatos da acção dessas redes para o trabalho da Comunidade Internacional Bahá'í, como se dão os processos de mobilização regionais e internacionais e como tais redes operam. Em termos mais gerais, pretende-se aqui, a partir de conceitos teóricos e de exemplos práticos, explorar e discutir as condições de formação de uma esfera pública transnacional, bem como perceber de que forma, num mundo ainda dominado por uma ordem assente em Estados nacionais, esta esfera se forma e se articula com as esferas públicas à escala nacional.

[ABSTRACT]

BAHÁ'ÍS DISPERSION AND THE STRUCTURING OF TRANSNATIONAL ADVOCACY NETWORKS

[Hanna Beatriz Lopes Saldanha Matos]

KEYWORDS: Bahá'ís, migrations, dispersion, transnational advocacy networks, international non governmental organizations, transnational social movements, lobbying.

Since its foundation, the Bahá'í Faith has been developing a strategic role in global terms, that very much exceeds the borders of what can be considered strictly religious. As one might be aware, almost all the religions have become involved at some level in several types of social projects, namely working in the field directly with devoid communities and related areas, but very few religious entities present a strategy of interference, advocacy and mediation so direct in the formularization of new public policies of global acceptance within world power spheres as the Bahá'í Faith does. Considering the strategies undertaken by the bahá'ís in the sense of been able to articulate and to mobilize the civil society regardless the distinct contexts and issues they face, it is my intent to understand how the bahá'ís have been structuralizing transnational activism networks and how they work. For that purpose, in light of Sidney Tarrow's conceptions and other authors specialists in the thematic of transnational advocacy networks, I intend through this dissertation to understand how the bahá'ís establish their organizational and relational structure, aiming the reinforcement and the improvement of a transnational agenda of social, religious and political development, through the promotion and the structuring of transactional advocacy networks. In order to fulfil my goal, I intend to carry out an empirical analysis pertaining the formation and the dynamics of such networks as well as their mediation role - in practical terms - in the projects developed by the bahá'ís. The overall idea in this study is to perceive what are the challenges of this type of mechanism and the immediate results of the actions of these networks to the Bahá'í International Community, and furthermore, how the local and international processes of mobilization take place and in what manner such networks operate. In more broader terms, it is aimed here, through theoretical concepts and practical examples, to explore and to argue the conditions of the formation of a transnational public sphere, as well as to perceive in what terms – in a world still dominated by an order entrenched in national States – this sphere is constituted and articulates with the public spheres up to the national scale.

ÍNDICE

Introdução

1. Apresentação do objecto/Justificativa	12
2. Contexto.....	15
3. O Problema	21
4. Metodologia	24

Capítulo I - Movimentos Sociais Transnacionais, Organizações Não-Governamentais Internacionais, Redes de Activismo Transnacionais

1.1. Movimentos Sociais Transnacionais	28
1.2. Organizações Não-Governamentais Internacionais	35
1.3. Redes de Activismo Transnacionais	37
1.4. Considerações finais.....	48

Capítulo II - Os bahá'ís em acção: o surgimento e a actuação das redes de activismo transnacionais; oportunidades políticas e projectos

2.1. A estrutura administrativa bahá'í e o surgimento das primeiras TAN bahá'ís	51
2.2. Oportunidades políticas	59
2.3. A Comunidade Bahá'í enquanto organização não governamental: o impacto dos Projectos	63
2.4. Bahá'í International Community (BIC) e as Nações Unidas.....	66
2.5. Comunidades Bahá'í pelo mundo	70
2.6. Considerações finais.....	74

Capítulo III - Projectos da Comunidade Bahá'í do Brasil

3.1. Projectos da Comunidade Bahá'í do Brasil.....	76
3.2. Considerações finais.....	84

Conclusão.....	87
Bibliografia	92
Lista de Tabelas.....	98
Apêndice 1	99
Apêndice 2	100

LISTA DE ABREVIATURAS

ABONG – Associação Brasileira de Organizações Não-governamentais
AEN – Assembleia Espiritual Nacional
AEL – Assembleia Espiritual Local
BIC – Bahá'í International Community
BIHA – Bahá'í International Health Agency
CFEMEA – Centro Feminista de Estudos e Assessoria
ECOSOC – Economic and Social Council
FNEDH – Fórum Nacional de Educação em Direitos Humanos
IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Económicas
NGO – Non-Governmental Organization
ONGI – Organização Não-Governamental Internacional
PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
REDEH – Rede de Desenvolvimento Humano
SECAD – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade
TANs – Transnational Advocacy Networks
TSMOs – Transnational Social Movements
UNESCO – The United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
UNICEF – The United Nations Children's Fund
UNIFEM – The United Nations Development Fund for Women
WHO – World Health Organization

INTRODUÇÃO

1. Apresentação do objecto / Justificativa

Os primeiros bahá'ís surgiram através do advento de uma nova religião no fim da primeira metade do século XIX, mais precisamente em 1844. Embora nascida no seio do islamismo a religião dos bahá'ís não poderia ser considerada um ramo ou uma dissidência desta, uma vez que os seus postulados e princípios eram profundamente distintos e independentes do islamismo, colidindo frontalmente com os dogmas muçulmanos. Pelo facto de a doutrina não fazer parte e não assemelhar-se a nenhuma outra religião existente na altura, e, tendo ainda em consideração os valores revolucionários que propunha no seio de uma sociedade islâmica, a nova religião foi também qualificada como um movimento. O **Movimento Bahá'í**, também chamado de **Bahaísmo** ou **Fé Bahá'í**¹, teve a sua génese e desenvolvimento no Oriente Médio, inicialmente na antiga Pérsia, actual Irão, e, logo a seguir no Iraque, na Turquia e em Israel – devido ao facto de seu fundador ter estado exilado nos países citados no decorrer do processo de estruturação, desenvolvimento e difusão dos princípios da Fé. É neste último país que actualmente encontra-se situado o Centro Administrativo Mundial da Fé Bahá'í.²

A Fé Bahá'í ou o Bahaísmo foi fundada por Mirzá Husayn'Ali, mais tarde conhecido como Bahá'u'lláh (tradução: “A Glória de Deus”), na Pérsia. Endossando fortes inspirações e conceitos iluministas através de seus escritos, Bahá'u'lláh desenvolveu os **cinco princípios da Fé**³ que viriam a esboçar um “projecto Bahá'í de mundo”⁴ e a direccionar todas as acções dos bahá'ís até aos tempos que correm, quer em termos religiosos quer em termos sociais, são eles:

1. **Unidade de Deus** – A existência de um único Deus, ainda que adorado com nomes distintos ao longo da história da manifestação;

¹ Estes termos são utilizados pelos bahá'ís como formas de conceitualização nominativa da instituição religiosa. Com isso digo: são os nomes atribuídos à religião.

² Organizado pela Assembleia Espiritual Nacional dos Bahá'ís do Brasil. **Introdução à Fé Bahá'í**. São Paulo. Editora: Bahá'í do Brasil (2001) e <http://info.bahai.org/portuguese/bahai-history.html> Acesso: 05/03/2010.

³ Fonte: Bahá'í Topics – <http://info.bahai.org/> – Acesso: 19/03/2010.

⁴ Embora, aparentemente, o termo não tenha um autor específico, é utilizado por alguns adeptos da Fé.

2. **Unidade das religiões** – O apreço a todas as religiões e ao seu valor na história da educação espiritual dos seres humanos, assim como a compreensão do conceito da revelação divina progressiva⁵. De acordo com a Fé Bahá'í, a verdadeira religião deve promover a unidade entre os seus e os próximos e essa unidade constitui-se em pré-requisito fundamental à conquista da paz global;
3. **A Unidade da Humanidade** – a igualdade de direitos e oportunidades para homens e mulheres, assim como a eliminação de todas as formas de preconceitos e discriminação;
4. **Unidade do conhecimento** – a livre e independente busca da verdade, a educação gratuita, de qualidade e compulsória universal, e, ainda, a harmonia essencial entre religião, razão e ciência;
5. **A Unidade social** – a eliminação dos extremos de pobreza e de riqueza (a coordenação da economia mundial) e o estabelecimento da paz entre todas as nações, incluindo a adopção de uma língua auxiliar comum a todos os países, bem como o estabelecimento de um sistema federal mundial baseado em princípios de segurança colectiva.

A partir dos pilares fundamentais da fé, os bahá'ís defendem ainda activamente um código de direitos humanos efectivo para todos os povos sem excepção e uma forte ideologia de responsabilidade social para com as gerações vindouras.

“All human beings have been created to carry forward an ever-advancing civilization.” The creation of a peaceful global society that fosters both individual and collective well-being is at the heart of the Bahá'í vision of the future. Within the framework of a growing community concerned with moral and spiritual

⁵ Remete à teoria da **Revelação progressiva** – A ideia central deste conceito parte do princípio de que em períodos distintos Deus envia seus manifestantes, mensageiros ou profetas (Abraão – Judaísmo; Moisés – Judaísmo; Jesus Cristo – Cristianismo; Krishna – Hinduísmo; Buda – Budismo; Zoroastro – Zoroastrismo; Maomé – Islamismo; Báb – Fé Bábí; Bahá'u'lláh – Fé Bahá'í, etc.), para educarem a humanidade conforme o desenvolvimento espiritual e a necessidade de cada era. A crença na teoria da Revelação progressiva é um dos principais factores que alimentam o sentimento de intolerância e a perseguição aos Bahá'ís em alguns países muçulmanos fundamentalistas. Para estes, Maomé foi o último profeta enviado por Deus e qualquer afirmação contrária é considerada uma heresia e uma grave afronta ao islamismo.

transformation, social and economic development is one expression of the Bahá'í commitment to realizing this vision.”⁶ (declaração de Bahá'u'lláh)

Embora estejamos bastante familiarizados na actualidade com o ideário social, económico e humano embutido nos princípios que orientam a Fé Bahá'í, o que, à partida, não constituiria, portanto, em algo particularmente inusitado, o elemento *novo* aqui é estarmos atentos para o facto de que este ideário era apregoadado por uma religião nascida no seio de uma região onde preponderava o radicalismo e a intolerância no que toca a outras expressões religiosas e princípios ocidentalizados (como direitos iguais entre homens e mulheres), há mais de 160 anos atrás.

Desde a sua criação, a Fé Bahá'í vem desenvolvendo um papel estratégico em termos globais, que em muito ultrapassa as fronteiras do que poderia ser considerado estritamente religioso. Como sabemos, quase todas as religiões envolvem-se de alguma forma em projectos sociais, principalmente no terreno, com comunidades carenciadas e coisas do género, mas poucas apresentam uma estratégia de interferência tão directa na construção de novas políticas públicas de aceitação global junto às esferas de poder mundiais como a Fé Bahá'í o faz. Compreendamos, contudo, que para fazê-lo os bahá'ís recorrem a uma série de ferramentas sociais, entre as quais podemos citar as “redes de activismo transnacionais”, assim como se articulam com vários parceiros sociais.

Dentro dessa óptica, a partir do exposto até este ponto, proponho analisarmos no decorrer deste estudo alguns conceitos fundamentais à compreensão da temática proposta no título desta dissertação, nomeadamente as redes de activismo transnacionais, movimentos sociais, organizações internacionais, bem como planos e programas de intervenção social, política e económica, desenvolvidos no âmbito das estruturas organizacionais da Comunidade Internacional Bahá'í (BIC)⁷ junto das esferas decisórias regionais e internacionais. À partida, gostaria de deixar aqui algumas perguntas que orientarão a nossa leitura nos próximos capítulos, quais sejam:

1) O que impulsionou a dispersão dos bahá'ís e a edificação daquilo que poderíamos chamar de “projecto de desenvolvimento bahá'í”? Como este surgiu?

⁶ BAHÁ'U'LLÁH. “Gleanings From the Writings of Bahá'u'lláh”. Wilmette, Illinois: US Bahá'í Publishing Trust (1990). P. 215. e <http://info.bahai.org/article-1-8-0-1.html> Acesso: 22/09/2010

⁷ BIC – sigla em inglês: Bahá'í International Community

2) Como os bahá'ís funcionam em termos organizacionais e como/porquê constituíram redes de activismo transnacionais? Como estas redes cooperam entre si?

2. Contexto

Para analisarmos o “projecto de desenvolvimento Bahá'í” convém transcorrermos brevemente pelo desenrolar da história e dos motivos da própria dispersão dos bahá'ís pelo mundo, pois é exactamente neste ponto que residem os principais componentes que viriam a diferenciar o *modus operandi* Bahá'í das demais formas de actuação de outras religiões.

O senso comum fala de uma “**diáspora bahá'í**”, contudo, há que se ponderar com algum cuidado esta afirmação. O conceito de “diáspora” gera uma série de leituras e discussões, o que dificulta uma definição que seja corroborada pela maioria dos especialistas da área. Grosso modo e em linhas muito gerais, o conceito de *diáspora* pode ser definido como um tipo de migração forçada ou estimulada (por razões diversas) de grandes grupos populacionais, provenientes de uma região específica, que são direccionados para outros territórios de acolhimento. Há que se verificar, portanto, entre os elementos que caracterizam uma diáspora, a dimensão da ligação a uma matriz territorial, ou seja, a um centro originário. No caso dos bahá'ís, tendo em vista o próprio modo de como se deu a formação e o desenvolvimento da Fé Bahá'í, bem como a ausência de um factor de pertença territorial exclusivo por parte dos adeptos da Fé, no que concerne à ideia de uma *terra mãe* específica, entendo que a afirmação de uma “diáspora bahá'í” configura-se um tanto quanto precária. Contudo, especula-se que antes da Revolução Iraniana, ocorrida em 1979, viviam no Irão aproximadamente *um milhão* de bahá'ís. Após esta revolução e violentas perseguições a este grupo religioso que perduram até aos dias actuais, vivem hoje no Irão algo em torno de *300 mil bahá'ís*. Segundo a *Comunidade Bahá'í Internacional*, grande parte dos adeptos da Fé Iranianos viu-se obrigada a emigrar para outros países, a fim de proteger-se e garantir o seu direito à prática religiosa. Logo, tendo em vista a grande diferença em termos de presença de bahá'ís no Irão antes da Revolução Iraniana e na actualidade, poderíamos então falar de uma “**diáspora bahá'í iraniana**”⁸.

⁸ SMITH, Peter. “Iranian Bahá'í Diaspora in Studies”, *in* “Bábí and Bahá'í History - Volume three: In Iran”. United States of America. Kalimát Press: Independent Bahá'í Publisher (1986).

Dois factores geraram a dispersão dos bahá'ís. Primeiro, logo nos primórdios, os ensinamentos da Fé Bahá'í se espalharam rapidamente, angariando muitos simpatizantes e novos adeptos não apenas no Oriente, mas também no Ocidente, e acabaram por ser considerados altamente heréticos nos países islâmicos, sobretudo, naqueles onde foram estabelecidas as raízes da Fé Bahá'í. Estes países trataram de tentar suprimir a nova fé que surgia. No decorrer dos anos, esta *perseguição aos adeptos da Fé Bahá'í*⁹ não abrandou e, até aos tempos de hoje, os bahá'ís não são reconhecidos ou aceitos em alguns países muçulmanos, particularmente, no Irão e no Egipto, sendo alvo de violentas investidas por parte dos próprios governos dos Estados em questão, no sentido de rechaçar qualquer tentativa dos bahá'ís de praticarem livremente e/ou divulgarem a sua fé nestes países. Os santuários e monumentos bahá'ís são frequentemente depredados nestes locais e os adeptos da Fé Bahá'í são destituídos dos seus direitos políticos, civis e sociais. Factos, estes, que compeliram inúmeros bahá'ís a emigrarem, ou, literalmente, a fugirem de tais territórios.

Em segundo lugar, os bahá'ís (independentemente do seu país de origem) *emigraram com o firme propósito de propagar os fundamentos e cinco princípios bahá'ís* para o maior número possível de países e culturas, tal como havia pretendido o fundador da fé – tal acto era chamado por Bahá'u'lláh de **Movimento do Pioneirismo**¹⁰. A religião tem um sistema

⁹ Existem muitas fontes (Imprensa, Relatórios Internacionais, livros, sites, etc.) que abordam as arbitrariedades cometidas no passado e na actualidade por alguns países muçulmanos, particularmente, o Irão e o Egipto, contra os adeptos da Fé Bahá'í. Mencionarei aqui particularmente o documento **International Religious Freedom Report**, que tem denunciado tais acções anualmente nessa última década, Fonte: <http://www.state.gov/g/drl/rls/irf/>, o documento: **Discrimination against religious minorities in Iran / CERD** – August, 2003 – Fédération Internationale des Droits de l'Homme – FIDH – 63rd Session of the Committee on the Elimination of Racial Discrimination – P. 11 – <http://www.fidh.org/IMG/pdf/ir0108a.pdf> e algumas *manchetes jornalísticas*: “Baha'is detained in Iran contact families” – CNN – 19 June, 2008; “Iran 'plans to destroy Baha'i community'” – CNN – New York, 22 May, 2008; “En Iran, la direction de la minorité bahaïe décapitée après une vague d'arrestations” – Le Monde – Paris, 27 de Maio, 2008; “EU concerned by arrests of Baha'is in Iran” – Reuters – Brussels, 21 May, 2008; “Iran arrests Bahai 'leadership'” – BBC – New York, 19 May, 2008; “Egypt Baha'is win court fight over identity papers” – Reuters – Cairo, 29 January, 2008; “Iran rights group speaks out against violations” – AFP – Tehran, 18 May, 2008; “Economic Strangulation of the Baha'i Community” – Iran Press Watch, 02 March, 2009; “La persecución de los Bahá'ís en Irán” – La Voz de Salamanca, Salamanca, 30 de Maio, 2006; “Discrimination religieuse – Les bahaïs persécutés en Iran” – Réforme – 29 de Julho, 2010; entre outros.

¹⁰ Remete ao **Movimento do Pioneirismo Bahá'í** – O pioneiro Bahá'í é um voluntário que deixa a sua região para mudar-se para outro lugar (geralmente outro país) com o intuito de ensinar a Fé Bahá'í. Ao invés de utilizar o termo de *missionarismo*, os bahá'ís denominam essa mudança como *pioneirismo*. Durante a **Cruzada dos Dez Anos** (ocorrida entre 1953 e 1963), centenas de pioneiros estabeleceram-se em diversos países e territórios por todo o mundo, o que levou ao estabelecimento de várias novas Assembleias Espirituais Nacionais e Locais, aumentando o número de adeptos da Fé, bem como o nível de influência dos bahá'ís. Até aos tempos que correm, os jovens bahá'ís são incentivados a oferecerem-se como voluntários a serviço da Fé em outros países, por períodos determinados. A prática do *pioneirismo* é estimulada junto aos adeptos da Fé até aos dias de hoje. Fonte: EFFENDI, Shoghi. “Prelude to Prodigious Expansion” and “A Planetary Spiritual

administrativo internacional que permite a participação e interacção de todos os bahá'ís em todo o mundo, bem como o desenvolvimento de “programas globais de disseminação dos princípios religiosos bahá'ís”, traduzidos, sobretudo, em milhares de projectos sociais de alcance local e global.

Portanto, dada a combinação entre os factores “*perseguição religiosa*”, “*perfil missionário*” e “*motivações de cariz sócio-político*”, uma dispersão bahá'í era algo inevitável, pois uma parte dos bahá'ís foi impulsionada a emigrar a fim de disseminar os ideais da fé, e a outra parte também o foi em razão das circunstâncias sociais e políticas em vigor nos seus locais de origem. Surgia, assim, o despontar do “projecto de desenvolvimento Bahá'í”. Este projecto tornou-se na válvula propulsora que fomenta, norteia e dinamiza todos as actividades dos bahá'ís, bem como o crescente protagonismo da Comunidade Bahá'í no cenário internacional. Tal protagonismo só veio a ser possível em função do estabelecimento de redes de comunicação e de articulação social entre os bahá'ís e outras organizações sociais.

Estima-se que existam hoje mais de 5 milhões¹¹ de bahá'ís espalhados pelo mundo (*verificar quadro informativo no apêndice 2 – pág. ii*).

Actualmente, os bahá'ís estão presentes em mais de 200 países. Estão estabelecidos em mais de 100,000 localidades em todo o globo e mais de 10,000 dessas localidades têm uma Assembleia Espiritual Local – AEL. Mais de 2000 etnias e grupos tribais são integrantes da Fé. Os bahá'ís estão envolvidos em aproximadamente 600 grandes projectos de desenvolvimento social e económico em andamento de longa duração, e, ainda, em milhares de projectos menores de curta duração em todo o globo. Possuem cerca de 33 editoras, 7 estações de rádio, 741 escolas e uma universidade. A literatura Bahá'í (escrituras sagradas e outras publicações) já foi traduzida em mais de 800 idiomas.¹²

Em observâncias aos ensinamentos bahá'ís e em razão da sua expressiva dispersão geográfica, à medida em que se deparavam com diferentes contextos de desenvolvimento, visando a instauração dos preceitos de organização social e religiosos previstos nos

Crusade”, in “Messages to the Bahá'í World: 1950–1957”. Wilmette, Illinois: US Bahá'í Publishing Trust (1971). Pág. 152-153 e <http://reference.bahai.org/en/t/se/MBW/mbw-71.html#gr5> Acesso: 20/09/2010.

¹¹ O Departamento de Estatísticas do Centro Mundial da Fé Bahá'í confirma oficialmente a adesão total a 5.000.000 adeptos, enquanto outras fontes de estimativas variam entre cinco e sete milhões de seguidores.

¹² Fonte: <http://www.bahai.org/> e Bahá'í World Statistics – <http://users.whsmithnet.co.uk/ispalin/statistics/> Acesso: 15 /06/2009.

princípios da Fé, os bahá'ís identificaram ali a oportunidade e a necessidade de elaborarem meios para a concretização e aplicação prática dos seus princípios sociais nestes contextos e, para tal, conceberam objectivos operacionais disseminados entre os membros da Fé. Podemos sintetizar estes objectivos em quatro linhas de acção:

- 1) Determinar as necessidades e identificar prioridades sociais em nível regional e global;
- 2) Fortalecer as redes regionais e transnacionais de cooperações existentes, bem como criar novas redes;
- 3) Fomentar espaços públicos de discussão que possibilitem a interacção junto das esferas governamentais regionais. Dentro de uma perspectiva interaccionista e participativa;
- 4) Contribuir para o desenvolvimento social, cultural, educacional e espiritual do local onde se estabelecem.

O processo de estruturação e formalização de todas as actividades, bem como a implementação dos projectos da Comunidade Bahá'í regionalmente e além-fronteiras devem seguir estes objectivos. Tal processo parece bastante *mecânico*, sistemático e, atrevo-me a dizer que, de facto o é. Os bahá'ís têm propósitos muito bem delimitados que alimentam o “Projecto de desenvolvimento Bahá'í”, o qual prevê-se implantado em observância aos mandamentos e orientações do fundador da Fé. Não agem a esmo. Por exemplo, uma proposta de *pioneirismo Bahá'í* só terá fundamento e apoio da Comunidade Bahá'í se tiver em seu escopo a visão de mundo da Fé dentro de uma óptica concreta de desenvolvimento social e religioso, tendo em vista a realidade e as oportunidades encontradas no local escolhido. É válido frisar que, no que se refere à interferência dos bahá'ís na transformação sócio-política no local de acolhimento, esta, poderá dar-se em maior ou menor grau conforme a estrutura e a abertura política local. Quando os espaços políticos são mais fechados e menos permeáveis os bahá'ís tendem a fortalecer a transmissão dos preceitos religiosos da Fé e a retraírem a sua actuação no cenário sócio-político.

A disseminação da Fé Bahá'í pelo mundo foi organizada através de uma série de planeamentos sistematizados, foi orientada num primeiro momento por Shoghi Effendi¹³ e actualmente é coordenada pela *Casa Universal de Justiça*¹⁴. A referida instituição lançou *planos sucessivos de consolidação da Fé Bahá'í*¹⁵ mundialmente. Passo a citar alguns dos planeamentos previstos:

- A disseminação da Fé Bahá'í em todas as partes do globo e o aumento de seus adeptos;
- O estabelecimento e o aprimoramento da ordem administrativa Bahá'í em todas as partes do mundo, bem como a maturação das comunidades Bahá'ís locais e nacionais, para que estas possam assumir as funções previstas e necessárias para a transmissão dos ensinamentos bahá'ís;
- O aprimoramento dos aspectos qualitativos da Comunidade Bahá'í e da vida familiar, especialmente através de uma ampliação do alcance da educação Bahá'í;
- A promoção de um maior envolvimento dos bahá'ís na vida em sociedade e, particularmente, no que concerne à busca da realização de projectos de desenvolvimento social e económico em comunidades Bahá'ís bem estabelecidas;
- O aumento da tradução, produção, distribuição e uso da literatura Bahá'í em escala global;
- O estreitamento e fortalecimento das relações da Comunidade Bahá'í Internacional com organizações internacionais como as Nações Unidas e órgãos subsidiários.

¹³ Shoghi Effendi Rabbání (01/03/1897 - 04/11/1957) – normalmente chamado apenas por Shoghi Effendi, foi o Guardião da Fé Bahá'í de 1921 até sua morte em 1957. Durante seu ministério a religião Bahá'í tornou-se uma fé global. Desde a época de sua nomeação até sua morte, a Fé Bahá'í cresceu de 100.000 para 400.000 membros, e os países de representação foram de 35 para 250 países. Durante trinta e seis anos Shoghi Effendi desenvolveu a Comunidade Bahá'í e sua estrutura administrativa. Fonte: <http://info.bahai.org/portuguese/guardian-of-the-bahai-faith.html> – Acesso: 19/03/2010.

¹⁴ A “Casa Universal de Justiça” é a instituição máxima da Fé Bahá'í. É responsável pela administração de todas as questões e directrizes internacionais da Comunidade Bahá'í.

¹⁵ “The Universal House of Justice has launched successive plans for the spread and consolidation of Bahá'í communities around the world. These plans have been: the Nine Year Plan (1964-73); the Five Year Plan (1973-79); the Seven Year Plan (1979-86); the Six Year Plan (1986-92); the Three Year Plan (1993-96); and the Four Year Plan (1996-2000). In broad outline these plans have included tasks to be fulfilled by the Bahá'ís”. Fonte: MOMEN, Moojan. “A short introduction to the Bahá'í Faith”. Oxford: Oneworld, 1997.

No que concerne especificamente ao âmbito internacional, considerando a proximidade de princípios, e admitindo que a Organização das Nações Unidas representa o maior exemplo de esforço intergovernamental ou, antes, a forma de organização mais bem sucedida do globo direccionada para a concretização dos processos de promoção da paz mundial e defesa dos direitos da pessoa humana, os bahá'ís têm apoiado os trabalhos desta organização de várias formas.

Presentemente, a Comunidade Internacional Bahá'í (BIC) é uma organização sob a direcção da *Casa Universal de Justiça* com sede em Haifa (Israel). Desde 1948, a BIC foi reconhecida oficialmente junto às Nações Unidas como uma organização não governamental internacional – ONGI. E, desde 1970, tem carácter consultivo junto às seguintes organizações: Conselho Económico e Social (ECOSOC, sigla em inglês), Fundo das Nações Unidas para a Infância – (UNICEF, sigla em inglês), Organização Mundial da Saúde – (WHO, sigla em inglês), Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM, sigla em inglês) e Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA, sigla em inglês). Os bahá'ís através da Comunidade Internacional Bahá'í (BIC) participam activamente nas consultas das Nações Unidas que tratam dos direitos das minorias étnicas e religiosas, dos refugiados, da condição da mulher, da prevenção ao crime, da luta contra o narcotráfico, do tráfico de seres humanos, da protecção aos direitos das crianças, do desarmamento, das acções contra o racismo, da erradicação da pobreza, de entre outras temáticas.

Em áreas particularmente sensíveis à causa Bahá'í, nomeadamente a intolerância e a perseguição religiosa no Irão contra os bahá'ís e outras minorias, ou a questão da violência contra as mulheres, e, ainda, as temáticas do racismo e da educação, verificamos uma participação dos bahá'ís ainda mais expressiva, com um forte cariz activista. Esta participação pode se dar de diversas formas (localmente ou internacionalmente), quais sejam: através de painéis de discussões; campanhas de sensibilização; lobbying; debates públicos; entrevistas nos periódicos, TV, rádio e Internet; passeatas, e, também, através da intervenção em programas ou projectos de desenvolvimento local ou internacional.

3. O Problema

Neste contexto, podemos observar que, em função da identificação dos pontos frágeis do contexto social no qual encontram-se inseridos ou no qual mantêm redes de contacto e de cooperação, os bahá'ís recorrem aos instrumentos nacionais e internacionais de defesa e promoção dos direitos fundamentais, com vistas a, norteados pelos princípios da Fé Bahá'í, agirem sobre a realidade social vigente. Logo, além de divulgarem a religião, os bahá'ís promovem projectos de desenvolvimento socio-económico por todo o mundo, fortalecem a sua participação junto das esferas decisórias, funcionando, particularmente, como um grupo de pressão para a geração de políticas públicas mais eficazes. A intervenção bahá'í dá-se, portanto, ao nível social, político, económico e religioso.

Os bahá'ís são autónomos e auto-financiam-se, não aceitam nenhum tipo de contribuição de ordem financeira fora aquela realizada pelos seus membros.

“All activities of the Bahá'í community are supported by the voluntary contributions of individual believers. Bahá'ís neither seek nor accept funds from others for activities that relate to the internal development of the Bahá'í community. Funds from private, national, or international agencies are sometimes received for social and humanitarian initiatives, such as schools and agricultural projects that are designed to serve the community at large”¹⁶. (Bahá'í International Community)

Os bahá'ís também não podem associar-se a nenhum partido político em nenhum país. Segundo recomendações expressas de Bahá'u'lláh abaixo explicadas pela BIC:

“Bahá'ís take their civic responsibilities seriously and uphold the authority of established governments through loyalty and obedience to the laws of their country. Bahá'ís, in whatever country they reside, are prohibited from holding membership in any political party or faction. While participating in elections for their government, they abstain from partisanship. Bahá'ís may serve their government in administrative posts but do not accept political appointments or run for elected office. Such service reflects the practice within the Bahá'í community,

¹⁶ BIC: http://www.bahai.org/faq/community_life/funds e <http://www.bahai.org/misc/fund>

which holds elections for its administrative councils that are entirely without nominations or campaigning”¹⁷

Tendo a BIC sido reconhecida pelas Nações Unidas como uma organização não-governamental, de cariz social, a minha proposta é realizar uma análise desta entidade não apenas sob o ponto de vista de uma organização religiosa mas, principalmente, social e política.

Dentro desta perspectiva, ao analisarmos o modo de organização estrutural e de actuação dos bahá'ís, entendo que a caracterização oficial da Comunidade Internacional Bahá'í junto às Nações Unidas como uma organização não governamental internacional – ONGI – afigura-se coerente.

Podemos encontrar na bibliografia especializada muitas definições para o conceito de Organizações não-governamentais internacionais, porém, creio que a definição elaborada por Sidney Tarrow é a mais completa do ponto de vista prático e teórico, sendo também a que melhor descreve o perfil epistemológico da Comunidade Bahá'í Internacional, qual seja:

*“Organizations that operate independent of governments composed of a membership base coming from two or more countries, that are organized to advance their members’ international goals and provide services to citizens of other states through routine transactions with states, private actors and international institutions”.*¹⁸

Ao longo deste estudo poderemos analisar algumas estratégias empreendidas pelos bahá'ís no sentido de articularem-se e mobilizarem a sociedade civil em diferentes contextos e em áreas tão variadas, bem como compreender como os bahá'ís vêm estruturando uma *rede de activismo transnacional* e como esta operacionaliza as suas actividades.

¹⁷ BIC: http://www.bahai.org/faq/social_action/politics e <http://www.bahai.org/misc/politics>
Outras fontes sobre o assunto: MOHIMAN, Shafa. “Política – Uma Perspectiva Bahá'í”. São Paulo: Editora Bahá'í do Brasil (2001). Pág. 04-08.

¹⁸TARROW, Sidney. “Transnational Politics – Contention and Institutions in International Politics”. Cornell University, Ithaca New York (2001). Pág. 21. Ver também em: http://government.arts.cornell.edu/assets/faculty/docs/tarrow/contention_and_institutions.pdf – Acesso: 21/11/2009.

Embora as organizações não governamentais internacionais sejam, geralmente, autónomas, é habitual e bastante frequente que estas trabalhem através de projectos em parceria com outros actores, os quais podem ser governamentais ou não governamentais, domésticos ou transnacionais. Com os bahá'ís não é diferente. Tais projectos podem ser estabelecidos em carácter temporário ou a longo prazo. Esta mecânica tem viabilizado um avanço e uma melhor troca de conhecimentos técnicos e experiências que potencializam o resultado final das acções. Segundo Tarrow, tal dinâmica desenvolveu uma nova categoria de estudo das políticas transnacionais, qual seja: *redes de activismo transnacionais* (2001, p. 22).

De forma bastante objectiva, Keck e Sikkink definem estas redes da seguinte forma:

“A transnational advocacy network includes those relevant actors working internationally on an issue, who are bound together by shared values, a common discourse, and dense exchanges of information and services (...) such networks are most prevalent in issue areas characterized by high value content and informational uncertainty (...) such heavily-normative areas as human rights, women’s rights, and the environment .”

De acordo com Tarrow as *redes de activismo transnacionais* não representam uma alternativa às organizações não governamentais internacionais; antes constituem um “mecanismo” (2001, p. 23) utilizado pelas ONGI para interagir com outros actores-chave no decorrer do processo de mobilização da sociedade civil e das esferas governamentais. A partir do momento em que estas redes são accionadas objectiva-se, especialmente, exercer pressão sobre um Estado ou instituição alvo, a fim de modificar uma situação ou chamar a atenção para uma determinada problemática.

Os bahá'ís têm feito uso desta ferramenta para reproduzir o chamado “**padrão bumerangue**”¹⁹, o qual resulta da sua coligação a uma rede de influência transnacional para exercer pressão de fora (ou do “alto”) para dentro e vice-versa. Ou seja, através deste “padrão” as acções locais repercutem no contexto internacional, que busca por sua vez

¹⁹ “**Boomerang effect**” – “Padrão ou Efeito Bumerangue” em português. Conceito criado por KECK e SIKKINK. KECK, Margaret e SIKKINK, Kathryn. “Activists Beyond Borders: Advocacy Networks in International Politics”. Ithica, NY: Cornell University Press (1998, p. 13).

influir no contexto local, alterando-o. Em resumo, o **"padrão bumerangue"** implica, portanto, accionar uma rede transnacional para dar notoriedade a um assunto, formar uma opinião pública mundial e invocar normas e princípios acordados em uma esfera supranacional.

À luz das concepções de Sidney Tarrow e de outros autores especialistas sobre a temática do activismo transnacional, tenciono através deste projecto procurar compreender como os bahá'ís vêm estabelecendo sua estrutura organizacional e relacional, visando o fortalecimento e o aperfeiçoamento de uma agenda transnacional de desenvolvimento social, político e religioso, através do fomento e da estruturação de redes transnacionais de activismo. Pretendo realizar uma análise empírica acerca da formação e da dinâmica de tais redes e da mediação prática dessas nos projectos desenvolvidos pelos bahá'ís. A ideia central é perceber quais os desafios deste tipo de mecanismo, quais são os resultados imediatos da acção dessas redes para o trabalho da Comunidade Internacional Bahá'í, como se dão os processos de mobilização regionais e internacionais e como tais redes operam. Em termos mais gerais, pretende-se aqui, a partir de conceitos teóricos e de exemplos práticos, explorar e discutir as condições de formação de uma esfera pública transnacional, bem como perceber de que forma, num mundo ainda dominado por uma ordem assente em Estados nacionais, esta esfera se forma e se articula com as esferas públicas à escala nacional.

4. Metodologia

O conteúdo discutido ao longo desta dissertação insere-se no campo da Sociologia Política.

A abordagem dos métodos de compilação da informação presente nesta dissertação foi essencialmente crítica, analítica e selectiva, tendo os materiais bibliográficos e documentais sido elencados por relevância conforme os seguintes critérios:

- 1) Validação junto das instâncias oficialmente reconhecidas (ex: órgãos públicos estatais, organismos intergovernamentais e não-governamentais – desde que respeitados e conhecidos dentro da sua área e perímetro de actuação);

- 2) Pertinência técnico-científica e conceptual, bem como a experiência e produção investigativa dos autores consultados, cujos estudos fundamentaram este trabalho;
- 3) Perspectiva histórica;
- 4) Percurso e experiência pessoal da autora desta dissertação, aquando do seu contacto directo, no âmbito de suas funções profissionais na área de projectos na Sede da Comunidade Bahá'í do Brasil (em Brasília-DF), entre os anos de 2003 e 2005.

O desenvolvimento deste trabalho foi realizado através da pesquisa e análise bibliográfica e documental em formato físico e/ou electrónico (ex. Análise bibliográfica: livros, revistas especializadas, artigos e periódicos; Análise documental: relatórios, declarações, pronunciamentos, acordos, tratados e resoluções), bem como através da pesquisa em páginas da Internet.

Mais pormenorizadamente, na realização deste estudo foram procedidas pesquisas bibliográficas que contemplaram a leitura, a análise e a interpretação de livros e artigos científicos e de produção ou autoria bahá'í (nomeadamente as escrituras sagradas - Kitáb-i-Aqdas, The World Order of Bahá'u'lláh, entre outros; e outras publicações não literárias dos líderes e dos pesquisadores bahá'ís). As informações obtidas foram enriquecidas através do contacto com fontes documentais, nomeadamente, declarações, pronunciamentos, artigos e tratados de esferas governamentais, bem como de organismos intergovernamentais e não-governamentais. A fim de se consubstanciar e visualizar a percepção do mundo e do senso comum sobre o impacto e a validação dos dados extraídos das fontes supracitadas, considerou-se fundamental o contacto com os periódicos publicados em diferentes alturas, (meses/anos) disponibilizados pelos media convencionais mais conhecidos internacionalmente (aqui refiro-me aos média comerciais). Considerou-se igualmente importante o contacto com os periódicos produzidos pelos bahá'ís e outras entidades religiosas que abordam os temas tratados ao longo deste estudo. Nesse sentido, a expectativa aqui foi obter diferentes perspectivas (interna – o olhar bahá'í e externa – o olhar do resto do mundo) sobre os assuntos que norteiam esta dissertação. Outro resultado advindo deste exercício de análise e de observação foi perceber como as acções das redes de activismo transnacionais dos bahá'ís contribuíram para a exteriorização e divulgação das causas bahá'ís junto dos media comerciais.

Finalmente, a pesquisa e a análise dos conteúdos disponibilizados nos sítios da Internet (bahá'ís e não bahá'ís) concernentes à proposta de investigação deste trabalho constituíram-se em mais uma ferramenta crucial para a concretização deste projecto.

Acrescente-se por oportuno, que o desenvolvimento da componente teórica deste estudo foi a estrutura que viabilizou o processamento e uma melhor compreensão dos exemplos práticos da actuação dos bahá'ís e das suas redes de cooperação, apresentados neste trabalho.

Esta Dissertação subdivide-se em cinco partes: Introdução (Apresentação do objecto/Justificativa, Contexto, Problema e Metodologia), Capítulo I (Componente teórica - análise teórica dos conceitos que sustentam o tema deste estudo), Capítulo II (Aplicação prática - apresentação e análise de algumas áreas de actuação dos bahá'ís pelo mundo e dos seus projectos, Capítulo III (estudo de caso com enfoque particular no caso brasileiro) e Conclusão da Dissertação.

CAPÍTULO 1

Movimentos Sociais Transnacionais, Organizações Não-Governamentais Internacionais e Redes de Activismo Transnacionais

A fim de alcançarmos uma melhor compreensão acerca do estudo proposto nesta dissertação, proponho a realização de um exercício de reflexão acerca dos quadros teóricos que sustentam os conceitos de *Movimentos sociais transnacionais*, *Organizações não-governamentais internacionais* e *Redes de activismo transnacionais*, bem como os principais pontos que distinguem e/ou correlatam estes conceitos entre si. Tal necessidade torna-se imperativa, a partir do momento em que através deste estudo nos predispomos a caracterizar e identificar o perfil da acção e forma de organização Bahá'í. A escolha destes conceitos prende-se a uma tentativa de se identificar o enquadramento teórico mais adequado à caracterização da Fé Bahá'í, enquanto instituição, bem como dos mecanismos de expressão e articulação utilizados pelos bahá'ís no âmbito das suas acções e actividades.

Contudo, não poderíamos falar sobre estes quadros teóricos sem antes citarmos o próprio conceito de *Esfera pública*.

Podemos perceber a esfera pública como sendo o espaço de difusão de propostas, ideias e projectos, gerados no âmago da sociedade e remetidos às esferas decisórias da sociedade.

Habermas, define o conceito de esfera pública como:

“network for communicating information and points of view (...) it refers neither to the functions nor to the contents of everyday communication but to the social space generated in communicative action”.²⁰

²⁰ HABERMAS, Jürgen. “Between Facts and Norms”. London: Polity Press (1996). Pág. 360.

É na esfera pública que os assuntos públicos são debatidos pelos vários actores que representam os inúmeros sectores da sociedade, é também na esfera pública que estes actores encontram uma série de cenários que viabilizam oportunidades para darem visibilidade às suas causas e alargarem a sua rede de influência.

Numa escala global, embora os Estados ainda se constituam nos actores mais importantes e centrais, não são os únicos no domínio internacional. Outros actores têm ganhado espaço e importância, nomeadamente as organizações não-governamentais internacionais, os movimentos sociais transnacionais, entre outros tipos de organizações que “invadem” o cenário internacional. A emergência desses actores, de certa forma, autónomos, com suas próprias agendas, tem gerado novos espaços de diálogo, intensificando a transnacionalização dos processos sociais numa emergente esfera pública transnacional. Estes actores emergentes não questionam, necessariamente, a importância dos Estados nacionais, mas sim o direito desses à autoridade absoluta na gestão dos interesses públicos, sem qualquer tipo de interferência ou controlo da sociedade civil. Buscam, na prática, “coexistir” com as estruturas formais.

1.1 Movimentos Sociais Transnacionais

Por organização social entendo um conjunto de relações entre pessoas ou grupos de pessoas, que se orientam por um sistema de deveres e direitos recíprocos, através da celebração de um “contrato social”. Ao longo da história da civilização humana, várias modalidades de organizações sociais conceberam diferentes formas de exprimir aprovação ou descontentamento face à realidade vigente na sua sociedade. Tais formas de manifestação de apreciação positiva ou negativa podem estimular a participação dos indivíduos na constituição de “realidades” que incorporem expectativas particulares e/ou do colectivo social. Apesar de nem todos disporem das mesmas oportunidades e meios, nem tampouco partilharem, necessariamente, os mesmos projectos e ideais, desenvolveu-se uma espécie de *consenso*, ou antes, uma *percepção geral* acerca da força da manifestação pública de opinião no plural, que vem sendo lapidada e moldada ao longo dos anos, em função da modificação e reinterpretação de uma série de valores sociais e culturais dos povos, assim como das possibilidades de actuação concreta destes. As manifestações colectivas têm sido no decorrer da história uma das formas mais eficazes de tradução da percepção do colectivo

sobre as mais diversas temáticas, pois tais acções dispõem dos mecanismos necessários para oferecer notoriedade e repercussão junto às massas e, conseqüentemente, junto dos decisores políticos. Ironicamente, muitas vezes diante da impotência e solidão do anonimato, é justamente através do colectivo que o indivíduo valida o seu próprio direito à individualidade.

As sociedades humanas são um tecido social em permanente desenvolvimento. Este tecido social configura-se sob a forma de espaços justapostos, realidades fragmentadas e relações profundamente perversas perpetuadas por hierarquias tiranas nas relações de poder, que coexistem com as diversas identidades e reproduções sociais e culturais. Este pode configurar-se como um cenário fértil para o surgimento de sentimentos de desconexão, não-identificação e de questionamento, bem como interpretações distintas do *mundo ideal*. Tais elementos geram uma trama complexa de interacção, já que as pessoas têm visões muito particulares da realidade que experimentam.

Essa diversidade de históricos sociais, ideológicos, culturais e económicos, aliada à desigualdade nas relações de poder e aos elementos de classificação dos membros de uma sociedade, que os privilegiam ou depreciam (ex.: ricos e pobres, escravos e homens livres, negros e brancos, homens e mulheres, instruídos e não instruídos, nacionais e estrangeiros, héteros e homossexuais, urbanos ou rurais, etc.) geram tensões, que podem adquirir um carácter de insustentabilidade e de desajuste social.

Segundo Gohn, dentro de uma óptica durkheimiana (anomia/disnomia²¹) e com base na teoria funcionalista de Merton (organização/desorganização²²), os comportamentos e condutas dos indivíduos de uma sociedade, quando portadores de tensões, ao transmitirem estas a outros indivíduos, podem formar “reacções circulares”. Gohn afirma, ainda, dentro desta aplicação teórica, que partindo-se do princípio de que existe uma ordem social estática e que esta precisa de ser controlada, não o sendo, a sua desintegração possibilita a emergência de *movimentos sociais*. Segundo a socióloga, “estes movimentos seriam

²¹ Conceitos sociológicos introduzidos por Émile Durkheim (Anomia/Disnomia: desvio; anormalidade falta de normas ou um estado de falta de objectivos e perda de identidade. Define um estado de “Patologia Social”, de desajuste social). DURKHEIM, Émile. “O Suicídio, Estudo Sociológico”. Lisboa: Editorial Presença (2001).

²² Na teoria funcionalista de Merton o conceito de organização/desorganização teve como base a teoria de anomia/disnomia de Durkheim. Merton procura analisar como a estrutura social pode favorecer o inconformismo e a adopção de comportamentos classificados como desviantes. Tais comportamentos não prendem-se à componente biológica, mas antes a uma reacção natural do indivíduo face o contexto social vigente. MERTON, Robert King. “Sociologia: Teoria e estrutura”. São Paulo: Editora Mestre Jou (1970).

respostas a impulsos e manifestações interiores, inerentes à natureza humana, ou seja, os indivíduos contrapõem-se à sociedade à medida que esta os oprime, bloqueia e frustra. O que faz com que estes se aglutinem em torno de um objectivo comum e criem novas instituições”.²³

A aplicação do termo “movimentos sociais” surgiu em meados do século XVIII, oficialmente introduzido pelo alemão *Lorenz Von Stein* em seu livro *History of the French Social Movement from 1789 to the Present* (1850)²⁴. No qual Stein defendia que os movimentos sociais eram gerados a partir da sociedade por oposição às políticas do Estado, que multiplicavam desigualdades sociais e económicas. O autor apresentava, assim, o conceito de movimentos sociais como uma antítese dialéctica ao papel do Estado. Notadamente, na referida obra, apesar de Stein apresentar cientificamente o termo e trilhar os passos e motivações que impulsionariam os movimentos sociais, não definiu categoricamente o conceito do móbil. Esta seria uma tarefa para outros autores, como Gohn, Turner, Killiam, Tilly, entre outros que dariam continuidade ao estudo do fenómeno ora identificado pelo autor.

Portanto, dentro do ponto de vista teórico, como podemos definir o termo “movimentos sociais”?

Existem, actualmente, inúmeras definições para o termo em questão. Gostaria, contudo, de utilizar aqui apenas as definições que considero mais pertinentes.

Ao definir “movimentos sociais”, Charles Tilly compara o fenómeno a uma campanha eleitoral.

“A social movement is a kind of campaign, parallel in many respects to an electoral campaign. This sort of campaign, however, demands righting of a wrong, most often a wrong suffered by a well-specified population. The population in question can range from a single individual to all humans, or even all living creatures. Whereas an electoral campaign pays off chiefly in the votes that finally

²³ GOHN, Maria da Glória. “Novas Teorias dos Movimentos Sociais”. São Paulo: Edições Loyola (2008). Pág. 40.

²⁴ STEIN, Lorenz Von. “The history of the social movement in France from 1789 to the Present (1850)” – Tradução de MENGELBERG, Kaethe. NY: Bedminster Press (1964) in AGAMBEN, Giorgio. *Movement*. Makeworlds (2005).

result from it, a social movement pays off in the effective transmission of the message that its program's supporters are WUNC: 1) worthy, 2) unified, 3) numerous, and 4) committed.”²⁵

E para uma melhor compreensão do *modus operandi* do fenómeno a fim de distingui-lo com mais precisão, o autor substancia a significação do termo da seguinte forma:

“Social movements involve collective claims on authorities. A social movement consists of a sustained challenge to powerholders in the name of a population living under the jurisdiction of those powerholders by means of repeated public displays of that population's numbers, commitment, unity, and worthiness. As they developed in Great Britain and other West European countries during the early nineteenth century, the characteristic displays included creation of special-purpose associations, lobbying of officials, public meetings, demonstrations, marches, petitions, pamphlets, statements in mass media, posting or wearing of identifying signs, and deliberate adoption of distinctive slogans.”²⁶

A partir da perspectiva de Tilly, podemos compreender os movimentos sociais como um mecanismo de litígio que busca mudanças e que é criado pela sociedade, o que pode ser caracterizado como uma acção de “baixo para cima”²⁷. Este corpo litigante impulsiona, através da acção colectiva e dos seus dispositivos, mudanças estruturais no meio que lhe concerne, por oposição àqueles que detêm o poder decisório sobre as políticas locais e internacionais. A mobilização dos movimentos sociais ganha poder a partir do instante em que os detentores do poder compreendem que podem ganhar ou perder o apoio de um determinado segmento da sociedade ou que a ordem social pode ser completamente alterada, caso a mobilização cresça e se volte para acções revolucionárias.

Para a socióloga brasileira Maria da Gloria Gohn (1995, p. 44), no seu livro *Novas Teorias dos Movimentos Sociais*, os movimentos sociais podem ser definidos como:

“Acções colectivas de carácter sociopolítico, construídas por actores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais. Eles politizam suas demandas e

²⁵ TILLY, Charles. “Stories, Identities, and Political Change”. NY: Rowman & Littlefield Publishers, INC. (2002). Pág. 88.

²⁶ Idem ipsis, pág. 90.

²⁷ CASTLES, Stephen. “Globalização, transnacionalismo e novos fluxos migratórios”. Lisboa: Fim de Século (2003).

*criam um campo político de força social na sociedade civil. Suas acções estruturam-se a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em situações de: conflitos, litígios e disputas. As acções desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade colectiva ao movimento, a partir de interesses em comum. Esta identidade decorre da força do princípio da solidariedade e é construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo.”*²⁸

Ao observarmos a actuação dos movimentos sociais e as formas que encontram para manifestarem-se nos diferentes cenários políticos institucionais nos quais se desenvolvem, ao ponderarmos as suas respectivas dinâmicas, especificidades, forma de organização e projectos sócio-políticos, constatamos um traço característico, qual seja: o surgimento de uma *identidade colectiva*. Para Melluci, esta identidade é uma definição compartilhada interactivamente e produzida por vários indivíduos ou grupos (em níveis mais complexos), que precisa ser concebida como um processo, uma vez que é construída e negociada por uma renovação constante das relações que interligam esses indivíduos ou grupos aos movimentos ²⁹.

Esta identidade colectiva, aliada a uma eficiente forma de mobilização de recursos, organização e perspectiva de oportunidade política constitui-se num dos principais elementos consolidantes da própria capacidade de expressão e força de um movimento.

À medida em que os problemas de um ponto do globo são comuns a outros pontos do globo, o local pode se transformar em global. Um grupo ou uma comunidade identifica-se com outros, descobrindo semelhanças. No campo das relações sociais verifica-se um *internacionalismo solidário* revigorado, ou se quisermos, reinventando, no sentido de que este não se prenderia às convicções socialistas, classicistas e anti-identitárias (sob o ponto de vista da nacionalidade) de 1840, mas sim à necessidade de se estabelecer uma agenda de prioridades globais, definida não apenas pela sociedade civil, como também pelos governos.

Embora o acto de transpor barreiras e de criar coligações transfronteiriças também se possa dar em outras condições, como, por exemplo, em situações de conflitos armados,

²⁸ GOHN, Maria da Glória. “Novas Teorias dos Movimentos Sociais”. São Paulo: Edições Loyola (2008). Pág. 44.

²⁹ MELUCCI, Alberto. “The process of collective identity”, *em*: KLANDERMANS, Bert, JOHNSTON, Hank. “Social Movements and culture”. Minneapolis: University of Minnesota Press (1995).

existem outras conjunturas que podem motivar esta transposição de fronteiras, como nos casos de mobilização internacional em torno de temáticas de cariz social comuns a vários povos. A ideia de uma acção colectiva além-fronteiras pode revelar-se bastante atractiva a partir do instante em que se percebe que a força de uma reivindicação com o poder de ecoar em pontos tão distintos e com sotaques tão diversos, amplifica-se e faz-se multiplicar, o que oferece a uma causa as principais condições de notoriedade e impacto no meio público.

Diante do processo de transnacionalização de uma causa e de mobilizações coordenadas, surgem os *Movimentos sociais transnacionais* ou TSMO (sigla em inglês: *Transnational Social Movements*).

Nos estudos “*Beyond Globalization: Why Creating Transnational Social Movements is so Hard and When is it Most Likely to Happen*” e “*Transnational Politics – Contention and Institutions in International Politics*”³⁰, o cientista político e sociólogo Sidney Tarrow apresenta uma definição sobre movimentos sociais, para então, a partir dessa, elucidar o conceito de *Movimentos sociais transnacionais*, qual seja:

*“Social movements are mobilized groups engaged in sustained contentious interaction with powerholders in which at least one state is either a target or a participant. To be transnational, a social movement ought to have social and political bases outside its target state or society (...) TSMOs are, therefore, socially mobilized groups with contentious interaction with powerholders in at least one state other than their own, or against an international institution, or a multinational economic actor (...) they must be defined not in terms of their goals – which they share with many non-social movements – but in terms of the kind of actions in which they routinely engage.”*³¹

A partir da elucidação e delimitação do conceito de movimentos sociais/transnacionais, é importante identificarmos as características que distinguem os movimentos sociais/transnacionais dos demais tipos de organizações. Uma dessas

³⁰ TARROW, Sidney. “Beyond Globalization: Why Creating Transnational Social Movements is so Hard and When is it Most Likely to Happen” – Fonte: <http://www.antenna.nl/~waterman/tarrow.html> e “Transnational Politics – Contention and Institutions in International Politics” – Fonte: http://government.arts.cornell.edu/assets/faculty/docs/tarrow/contention_and_institutions.pdf – Acesso: 21/05/2009.

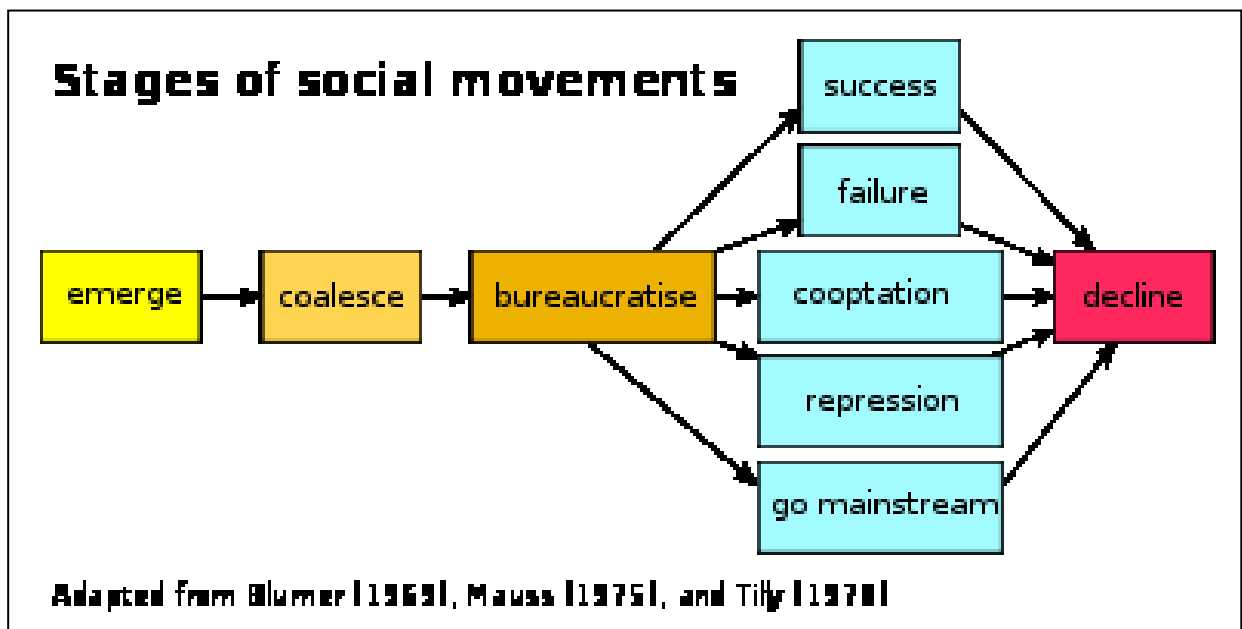
³¹ TARROW, Sidney. Ibidem ipsis, pág. 12.

características é o facto de não serem *ad eternum*. Não são criados com o propósito da longevidade. Têm um ciclo de vida. São estabelecidos para atender a um propósito pontual, desenvolvem-se, criam redes de mobilização social, atingem ou o seu pico, logram ou fracassam e, eventualmente, dissolvem-se e o movimento cessa a sua existência. Esta ideia também é corroborada por Gohn:

"Como numa galáxia espacial, são estrelas que se acendem, enquanto outras estão se apagando, depois de brilhar por muito tempo".³²

Podemos verificar, através do quadro abaixo o esquema de vida de um Movimento Social, adaptado a partir da interpretação de Blumer, Mauss e Tilly³³.

Figura 1 ³⁴



Outra característica importante, ressaltada por Tarrow, é que enquanto as organizações não governamentais (por exemplo) se envolvem em transacções rotineiras além de proverem serviços, os movimentos sociais/transnacionais envolvem-se em

³² GOHN, Maria da Glória. "Teorias dos Movimentos Sociais – Paradigmas Clássicos e Contemporâneos". São Paulo: Edições Loyola (2007). Pág. 20.

³³ Esquema elaborado com base nas interpretações de: BLUMER, Herbert G. "Comportamento colectivo" em: Alfred McClung Lee (ed.), Princípios de sociologia, trad. Francisco M. D. Leão. São Paulo: Editora Herder (1962); MAUSS, Armand L. "Social Problems as Social Movements". Philadelphia: J. B. Lippincott Co. (1975) e TILLY, Charles. "From Mobilization to Revolution". New York: McGraw-Hill (1978).

³⁴ FIGURA 1 – "Stages of Social Movements" - Retirada do site:

http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/d/d5/Stages_of_social_movements.svg Acesso: 28/08/2010.

interacções colectivas e *episódicas* com os decisores políticos, funcionando, principalmente como instrumentos de reivindicação.

Ao analisarmos as formas de acções sociais locais ou transnacionais precisamos nos perguntar se estamos diante de um movimento social, de uma organização não governamental ou de uma rede de activismo transnacional. Precisamos verificar o *formato* no qual se apresenta o actor social em análise. A partir dos pontos de vista de Tilly, Gohn e Tarrow acerca do que são movimentos sociais transnacionais, podemos visualizar um factor importante que não deve ser negligenciado ao buscarmos uma caracterização para o termo, qual seja: ao não focarmos apenas nas motivações, mas assimilarmos a *forma e a estrutura organizacional e funcional* dos movimentos sociais, em comparação com os demais actores sociais, nos tornamos capazes de explorar as diferenças entre movimentos sociais/transnacionais, organizações não governamentais internacionais e redes de activismo transnacionais.

Na prática, os movimentos sociais *podem estar ligados às redes transnacionais de activismo e à outras organizações, inclusive, aquando do processo de internacionalização das suas actividades, porém não devem ser tratados como sinónimos* ³⁵.

1.2. Organizações Não-governamentais Internacionais

No que se refere a organizações não governamentais, a concepção formal do termo em questão surgiu, em um primeiro momento, em paralelo à própria criação das Nações Unidas em 1945, tendo por base o artigo 71/ Cap. X da Carta das Nações Unidas, que previa o envolvimento em carácter consultivo de organizações não pertencentes quer a governos quer a membros estatais. Porém, o termo “organizações não governamentais internacionais” apenas foi instituído em 1950, no âmbito da referida instituição, através da resolução 288 do Conselho Económico e Social das Nações Unidas. A definição do termo é a que se segue:

³⁵ TARROW, Sidney. “Beyond Globalization: Why Creating Transnational Social Movements is so Hard and When is it Most Likely to Happen” – Fonte: <http://www.antenna.nl/~waterman/tarrow.html> e “Transnational Politics - Contention and Institutions in International Politics”. Cornell University, Ithaca New York (2001). Também disponível em: http://government.arts.cornell.edu/assets/faculty/docs/tarrow/contention_and_institutions.pdf – Acesso: 28/10/2010.

“An international non-governmental organization is any international organization that is not founded by an international treaty.”

Tal definição, contudo, revelou-se incompleta e, mais tarde, o conceito ganhou outras interpretações que procuraram contemplar as várias especificidades concernentes à caracterização das organizações em questão, nomeadamente o campo de actuação, a forma legal de constituição, a identificação de um propósito real e bem definido em termos de projecto social, o carácter exclusivamente solidário e não lucrativo, a autonomia, as parcerias, entre outros factores.

Actualmente, o Departamento de Informação Pública das Nações Unidas utiliza a seguinte descrição para organizações não-governamentais:

“A non-governmental organization (NGO) is a not-for-profit, voluntary citizens' group, which is organized on a local, national or international level to address issues in support of the public good. Task-oriented and made up of people with common interests, NGOs perform a variety of services and humanitarian functions, bring citizens' concerns to governments, monitor policy and programme implementation, and encourage participation of civil society stakeholders at the community level. They provide analysis and expertise, serve as early warning mechanisms, and help monitor and implement international agreements. Some are organized around specific issues, such as human rights, the environment or health. Their relationship with offices and agencies of the United Nations (UN) system differs depending on their location and their mandate.”³⁶

A partir deste prisma, embora não seja especificada a componente “internacional” do conceito, verifica-se que o termo ora analisado engloba vários tipos de organizações. Nos campos de defesa dos Direitos Humanos, Humanitário e Desenvolvimento, por exemplo, podemos citar organizações, como: Amnistia Internacional, Oxfam, Care International, Cruz Vermelha, Médicos sem Fronteiras, World Vision, Oikos, Save the Children, ActionAid, Human Rights Watch, entre outras.

³⁶ Department of Public Information (DPI)/UN. Fonte: <http://www.un.org/dpi/ngosection/criteria.asp> Acesso: 12/01/2010.

Outras instituições internacionais como o Banco Mundial tendem a dividir as organizações não governamentais/internacionais em duas grandes categorias:

- **Operacionais:** voltadas para a gestão e execução de projectos de desenvolvimento, bem como a prestação de vários tipos de serviços ao nível local ou internacional;
- **Activistas:** voltadas para a defesa e a promoção de causas específicas. Visam o esclarecimento do público acerca de temáticas de cunho social, político e/ou cultural. Utilizam recursos como o lobbying, a imprensa, passeatas, panfletagem e demais meios de pressão colectiva.

Grosso modo, podemos dizer que as organizações não-governamentais (locais e internacionais) são organizações formadas pela sociedade civil, não possuem fins lucrativos e visam contribuir para que a sociedade ou determinados grupos alcancem melhorias sociais ou de outra ordem, bem como a resolução de problemas pontuais. Podem, ainda, funcionar como um elemento fiscalizador do poder público.

1.3. Redes Transnacionais de Activismo

As “*redes de activismo transnacionais*” ou TAN (sigla em inglês: *Transnational Advocacy Networks*) são uma temática relativamente nova no mundo das relações internacionais. Embora o seu surgimento não seja propriamente recente, o reconhecimento da existência das TAN e da influência dessas no mundo da política internacional, bem como nos estudos académicos no ramo das ciências sociais, apenas recentemente vem ganhando forma, transformando-as em objecto de análises mais sérias. Portanto, cabe-nos aqui a função de avançarmos com essas pesquisas, a fim de melhor compreendermos a relevância dessa temática.

Retomaremos uma vez mais o exercício de identificarmos as características e métodos das TAN, e, ainda, distingui-las de outros móveis de organização activista do mundo das relações internacionais.

Entre os autores pioneiros nos estudos das TAN podemos citar Keck e Sikkink, que deram força aos debates acerca da temática ao designarem uma TAN como:

*“a Transnational Advocacy Network includes those relevant actors working internationally on an issue, who are bound together by shared values, a common discourse, and dense exchanges of information and services (...) they are more prevalent in issue areas characterized by value content and informational uncertainty (...)”*³⁷

Uma definição bastante directa e clara sobre os aspectos gerais das TAN. A partir da perspectiva das autoras, em linhas gerais, podemos analisar as TAN como uma ferramenta compartilhada por vários agentes de pressão transnacional ou como uma materialização da união de actores e agentes internacionais em prol de valores comuns. Outro aspecto a ser considerado é a importância da *troca de informações* entre essas entidades parceiras, ou seja, os *mecanismos de comunicação* que estabelecem são fundamentais para a realização das acções em rede.

Para Diani & McAdam, dentro de uma perspectiva mais abrangente, tais redes podem ser compreendidas como:

*“(...) a set of nodes, linked by some form of relationship, and delimited by some specific criteria.”*³⁸

Para complementar o raciocínio, ainda dentro da mesma linha de pensamento, Keck e Sikkink afirmam:

*“(...) they involve actors from nongovernmental, governmental and intergovernmental organizations, and are increasingly present in such issue areas as human rights, women’s rights, and the environment.”*³⁹ (sobre as TAN)

Esses “nós” dos quais falam Diani e MacAdam representariam os indivíduos, as organizações ou outras estruturas de expressão social (como, por exemplo, os movimentos

³⁷ KECK, Margaret e SIKKINK, Kathryn. “Activists beyond Borders: Advocacy Networks in International Politics”. Ithica, NY: Cornell University Press (1998), p. 2.

³⁸ DIANI, Mario. e McADAM, Doug. “Social Movements and Networks”: Relational Approaches to Collective Action. Oxford: Oxford University (2003). Pág. 6.

³⁹ Ibid. 34

sociais, *media* internacionais, fundações de caridade, organizações religiosas e, ainda, as organizações mencionadas acima por Keck e Sikkink). A relação entre esses elos interligados pode ser directa ou indirecta, conforme a natureza e a estratégia das ligações.

Para Manuel Castells, as acções coordenadas e promovidas por essas redes não são definidas por uma liderança proeminente, mas por uma agenda política comum.⁴⁰

Mas como e com que propósito surgiram as redes de activismo transnacionais?

Acredita-se que o surgimento de novas tecnologias de comunicação, em particular a Internet, a popularização e diminuição dos custos dos meios de transporte, a difusão da língua inglesa, assim como a modernização das relações e dos acordos no cenário internacional tenham facilitado vivamente a constituição de tais redes.

As redes de activismo transnacionais surgiram como um instrumento de apoio nas acções colectivas de litigância social. Num primeiro momento, eram redes locais, que diante da simplificação nos processos de comunicação, começaram a ultrapassar fronteiras e a angariar parceiros em locais cada vez mais distantes. Em primeira análise, os primeiros processos de transnacionalização das redes, de um modo geral, não teriam constituído um acto planeado. A iniciativa de ultrapassar fronteiras e de identificar pessoas com problemas e/ou propósitos semelhantes, muito provavelmente, não teria sido algo intencional e arquitectado, porém, um processo natural das relações sociais. Com o passar do tempo, e, uma vez reconhecidas pelos agentes sociais as vantagens da transnacionalização, bem como a sofisticação das leis que regulam o Direito Internacional Público e a criação de organizações inter-governamentais, este processo passou a ser percebido por muitas organizações não-governamentais, redes de activismo e movimentos sociais⁴¹ como um passo importante e, muitas vezes, necessário para o sucesso dos seus empreendimentos, principalmente, aqueles voltados para áreas como: trabalho, meio ambiente, saúde, entre outros.

Para sintetizarmos, o processo de transnacionalização de uma rede de activismo está intrinsecamente relacionado com três aspectos:

⁴⁰ CASTELLS, Manuel. **The Rise of the Network Society**, Oxford: Blackwell (2000).

⁴¹ Nota: Embora isto não signifique que “todas” as organizações locais, necessariamente, optem pelo caminho da transnacionalização.

- 1) *A validação da temática que impulsiona o activismo da rede em outros países, ou seja, o “problema” precisa ser comum a outros territórios*
- 2) *Os meios para tornar-se transnacional (parcerias, contactos, recursos financeiros, etc.)*
- 3) *A vontade, a motivação*

Sob o aspecto da utilidade, para Keck e Sikkink as redes de activismo transnacionais podem influenciar nos contextos-alvo de cinco formas ⁴²:

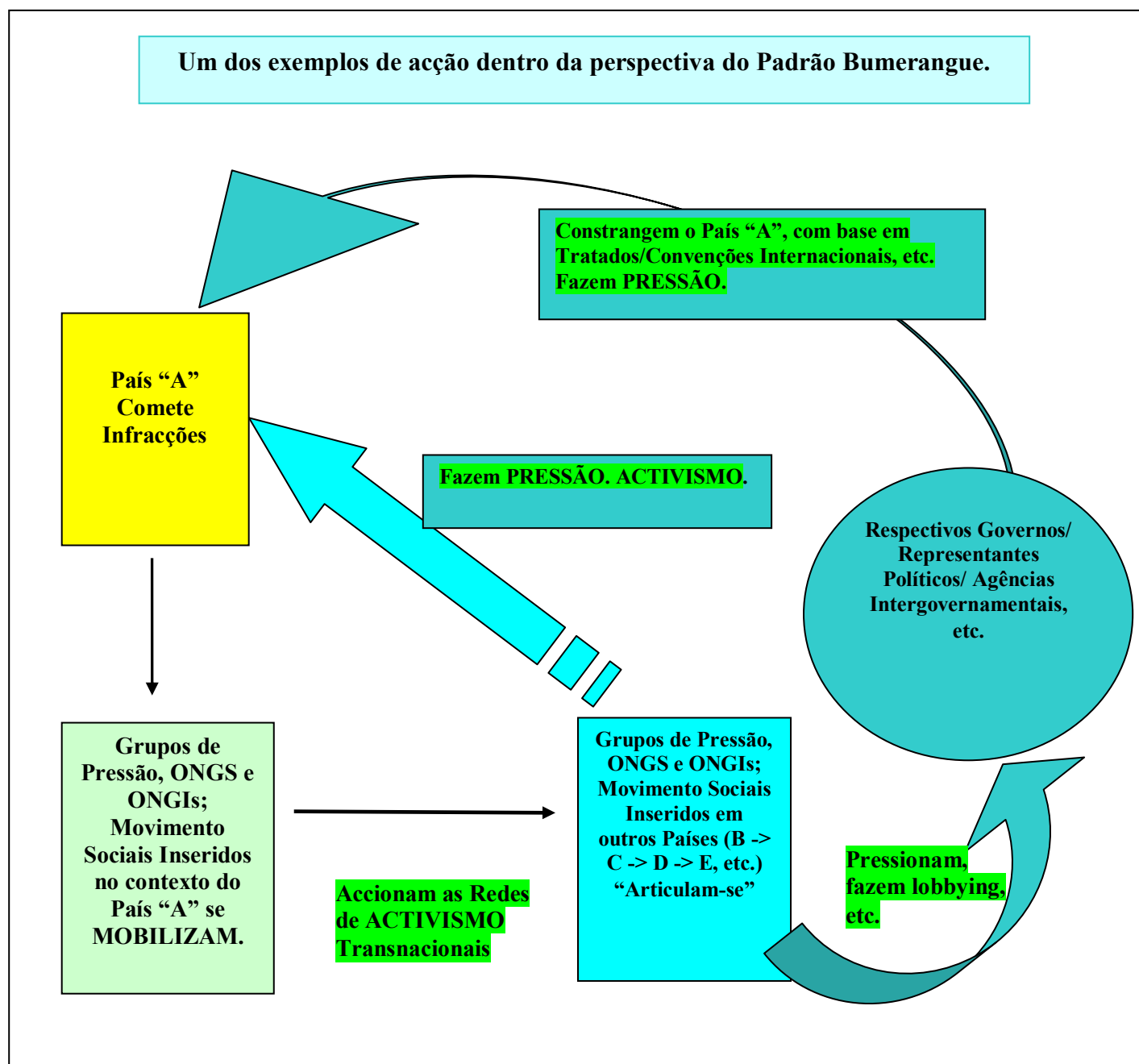
- 1) *Definição de uma agenda política*
- 2) *Mudança do discurso*
- 3) *Influenciar em procedimentos institucionais*
- 4) *Influenciar na mudança de políticas públicas*
- 5) *Influenciar no comportamento dos Estados*

Outro factor relevante no que diz respeito a viabilização e utilidades das TAN pode ser clarificado através do chamado “*padrão bumerangue*”⁴³. Expliquemo-lo utilizando o seguinte exemplo: o país A comete atrocidades e crimes diversos contra um segmento “X” da sua sociedade, ferindo gravemente uma série de direitos humanos. Os grupos atingidos e/ou demais organizações que defendem este segmento “X” ou que, simplesmente, revoltam-se com tais actos accionam as suas redes transnacionais (B), cujos membros pressionam os seus respectivos países para que estes se posicionem contra as acções delituosas do país A, com base nas normas e nos princípios acordados pelo mesmo em esferas supranacionais, exigindo, portanto, que este realize reparos imediatos ao segmento atingido e cesse tais irregularidades.

⁴² KECK, Margaret e SIKKINK, Kathryn. “Activists Beyond Borders: Advocacy Networks in International Politics”. Ithica, NY: Cornell University Press (1998). Pág.1-38 e 79-120.

⁴³ Ibid. (pág. 13)

Figura 2 ⁴⁴



Considerando o quadro acima e as elucidações de Keck e Sikkink, podemos dizer que as redes de activismo transnacionais surgem quando os grupos e organizações domésticos não são capazes de solucionar problemas internos recorrendo directamente às suas instituições e organizações estatais, ou pelo facto de estas não serem acessíveis (em caso de serem regidas por regimes ditatoriais) ou pelo facto de o próprio Estado ser o autor

⁴⁴ "Um dos exemplos de acção dentro da perspectiva do Padrão Bumerangue" – Interpretação própria do conceito. Esquema elaborado por mim.

das infracções. Esta interpretação pode ser reforçada através do pensamento das autoras expresso a seguir:

“Advocacy networks have been the most visible in situations where domestic access of claimants is blocked, or where those making claims are too weak politically for their voices to be heard.”⁴⁵

Contudo, de acordo com as autoras Keck e Sikkink, para que uma TAN seja bem sucedida em seus propósitos, são importantes três factores, quais sejam:

1. *O número de parceiros que efectivamente compõem a rede.*
2. *A estabilidade das conexões.*
3. *A regularidade do fluxo de informação dentro da rede.*

Permito-me consubstanciar outras leituras e acrescentar aqui um 4º e um 5º factores:

4. A legitimação dos parceiros em seus contextos locais e externos (parcerias estratégicas).
5. A capacidade de mobilizar recursos técnicos, humanos e financeiros (promoção e divulgação dos objectivos da TAN).

Com o decorrer dos anos muitas organizações e movimentos sociais têm utilizado as redes de activismo transnacionais para propagar e reforçar valores e causas comuns. Não fugirá a um olhar mais atento a constatação de que campanhas e outros tipos de acções públicas, que utilizam como palco o cenário internacional, provocam muito mais impacto e resultados do que actos isolados, especialmente aqueles que não ultrapassam as fronteiras do local originário da polémica. Quanto maior forem as redes e a suas capacidades para mobilizarem-se, trocarem informações, manterem um bom “*timing*” e pressionarem os decisores-chave nas deliberações relacionadas às temáticas em questão, maiores as chances de um desfecho favorável para as causas que impulsionam as suas contendas e reivindicações.

⁴⁵ KECK, Margaret e SIKKINK, Kathryn. “Activists Beyond Borders: Advocacy Networks in International Politics”. Ithica, NY: Cornell University Press (1998). Pág.190.

As redes de activismo transnacionais podem influenciar tanto no cenário doméstico quanto no internacional, podem fortalecer ou minar debates através de estratégias de mobilização política e não somente, pois tal como os Estados, as TAN podem também recorrer a estratégias de *soft power*⁴⁶, se considerarmos que uma ideia ou um valor pode, por exemplo, ser difundido e internalizado através da cultura e da religião. E, além de influenciar os resultados nos processos decisórios, as TAN são também instrumentos para a geração de novos debates relevantes nos cenários internacional e doméstico, conforme o desenvolvimento das normas, das mentalidades, dos valores e compromissos assumidos pelos actores envolvidos.

Quem são os actores que compõem as redes de activismo transnacionais?

Tarrow observa em suas análises sobre os conflitos internacionais a presença crescente de indivíduos e grupos que operam dentro e fora das suas sociedades, nos limites dos seus países e além-fronteiras, no âmbito dos regimes internacionais, instituições, etc. São pessoas que se envolvem em práticas transnacionais regulares. Para referir-se a estes actores, Tarrow utiliza o termo *“rooted cosmopolitans”*⁴⁷ ou *“cosmopolitas enraizados”*, e descreve-os como:

*“...individuals and groups who mobilize domestic and international resources and opportunities to advance claims on behalf of external actors, against external opponents, or in favor of goals they hold in common with transnational allies.”*⁴⁸

Segundo Tarrow, tais cosmopolitas abrangem desde dedicados internacionalistas engajados activamente no desenvolvimento da sociedade civil e política mundial a executivos de negócios, advogados, funcionários de organizações internacionais, bem como funcionários nacionais envolvidos e/ou em constante contacto com estes, e, ainda, os chamados *“activistas transnacionais”*, sendo o último grupo chamado pelo autor de “os

⁴⁶ Soft Power (Poder Brando): conceito de Joseph S. Nye. Implica a capacidade de se obter o que se pretende e exercer influência através do prestígio, da cultura ou da ideologia. NYE, Joseph. “O Paradoxo do Poder Americano”. São Paulo: Editora UNESP (2002 – p. 36-41).

⁴⁷ TARROW, Sidney. “The New Transnational Activism”. New York: Cambridge University Press (2005). Pág. 29.

⁴⁸ Ibid p. 29.

protagonistas das TAN”. De acordo com Tarrow, os activistas transnacionais seriam, portanto, um subgrupo dos “cosmopolitas enraizados” e define este segmento como:

“... people and groups who are rooted in specific national contexts, who engage in contentious political activities that involve them in transnational networks of contacts and conflicts”. ⁴⁹

Os activistas, actores deste subgrupo, constituem redes de activismo e envolvem-se numa grande variedade de temáticas que evocam uma série de políticas transnacionais. Falamos aqui de trabalhadores humanitários, imigrantes transnacionais, activistas que lutam por justiça laboral e global, activistas pela paz, militantes anti-minas terrestres, activistas pela saúde e contra a fome, manifestantes pró erradicação da pobreza, defensores dos direitos religiosos, e a lista segue interminável. As redes de activismo transnacionais buscam fazer com que as solidariedades locais sejam difundidas e multiplicadas em espaços globais. Contudo, a fim de melhor desenvolverem o seu trabalho e divulgarem os seus propósitos, mantêm-se restritas a problemáticas bem demarcadas, que envolvem valores e intentos específicos.

Quais são os tipos de redes de activismo?

Para falarmos dos tipos de redes de activismo convém primeiramente compreendermos o conceito por trás da palavra “activismo”. Em termos bastante gerais, podemos entender o termo como um mecanismo ou uma prática que preconiza a acção directa no sentido de alcançar-se mudanças sociais, culturais e/ou políticas. Tal acção implica na oposição ou apoio a algo.

Existem muitos tipos de activismo, mencionamos aqui alguns, quais sejam:

- **Activismo Económico** – implica na utilização do poder económico para promover mudanças. Exemplos de mecanismos deste tipo de activismo: 1. *boicote* a empresas e organizações que não ajam em conformidade com certas regras de conduta, responsabilidade social ou valores importantes para determinados grupos da sociedade; 2. *apoio* e incentivo ao consumo de

⁴⁹ Ibid p. 29.

produtos de organizações ou empresas que cumprem com as boas regras de conduta, responsabilidade social e valores determinados por uma sociedade;

- **Activismo de Media** – utiliza os media e os meios de comunicação tecnológicos para instigar debates e/ou disseminar ideais, temas que causam particular mobilização social e/ou acções de movimentos sociais ou grupos específicos da sociedade. Exemplos de activismo de media: publicação de notícias, criação de blogs e sites, participação em redes de discussões, envio de e-mails, assinaturas em petições online, imprensa escrita ou televisiva, rádios comunitárias, convocações e organização de eventos de protestos via correio electrónico ou mensagens instantâneas via telemóvel, entre outros.
- **Lobbying**⁵⁰ – implica na prática de exercer pressão directa junto dos políticos (indivíduos, comissões ou grupos) a fim de influenciar nas decisões do governo. Os chamados “lobistas” procuram através de tais pressões alterar ou propor novas legislações, ou ainda, angariar apoios políticos, com o fito de favorecer interesses e necessidades específicas em nome de determinados grupos ou representações sociais.
- **Activismo pró-direitos laborais** – Tem por objectivo defender os direitos dos trabalhadores localmente ou globalmente. Este tipo de activismo busca fazer com que as leis e direitos laborais sejam cumpridos pelas entidades patronais e, ainda, pode também exercer pressão social para que leis consideradas abusivas e que possibilitam a exploração dos trabalhadores por parte de seus empregadores sejam repensadas pela sociedade e decisores políticos, no sentido de serem alteradas em observância ao desenvolvimento dos valores internacionais e sócio-económicos. Exemplos de activismo laboral: greves, passeatas, petições, panfletagem, acções sindicais, paralisações periódicas durante o horário funcional, entre outras.
- **Activismo jovem** – É nomeadamente composto por grupos ou associações de jovens (ex: movimentos estudantis, representações jovens de partidos

⁵⁰ Lobbying – “(...) é o processo pelo qual os representantes levam ao conhecimento de parlamentares, administradores públicos e juizes os seus interesses”. NOGUEIRA, Rui. “Poder do Lobby”. São Paulo: Primeira Leitura. (2004), P.43.

políticos, grémios, associações voltadas para diversos grupos de jovens, etc.) que visam chamar a atenção pública para causas ligadas às necessidades, aos direitos e aos valores que tocam aos jovens em particular ou assuntos que afectam a sociedade como um todo e que estimulam a participação deste segmento. Exemplos de acções: passeatas, panfletagem, recurso aos meios de media, paralisações escolares, reuniões estudantis, entre outras.

- **Activismo de género** – Procura chamar a atenção para a necessidade da inclusão da perspectiva de género em políticas públicas, nomeadamente a igualdade de direitos e acesso a oportunidades entre géneros, violência contra as mulheres, discriminação positiva, entre outros temas.
- **Activismo ecológico, ambiental e pró-direitos dos animais** – este tipo de activismo implica em acções que visam a defesa do meio ambiente, dos animais e de todos os recursos naturais que nos cercam. Pretende um modelo de sociedade sustentável, menos predadora e que conviva em harmonia com o meio ambiente. Recorrem a vários mecanismos de activismo, como, por exemplo, manifestações públicas, vários recursos do activismo de media, panfletagem, apoio público de celebridades, lobbying, entre outros.
- **Activismo pró-direitos humanos** – Podem englobar desde a defesa e empoderamento das mulheres até defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes, defesa dos direitos dos imigrantes, entre outros. Utilizam uma combinação das principais formas de activismo como ferramentas de acção.

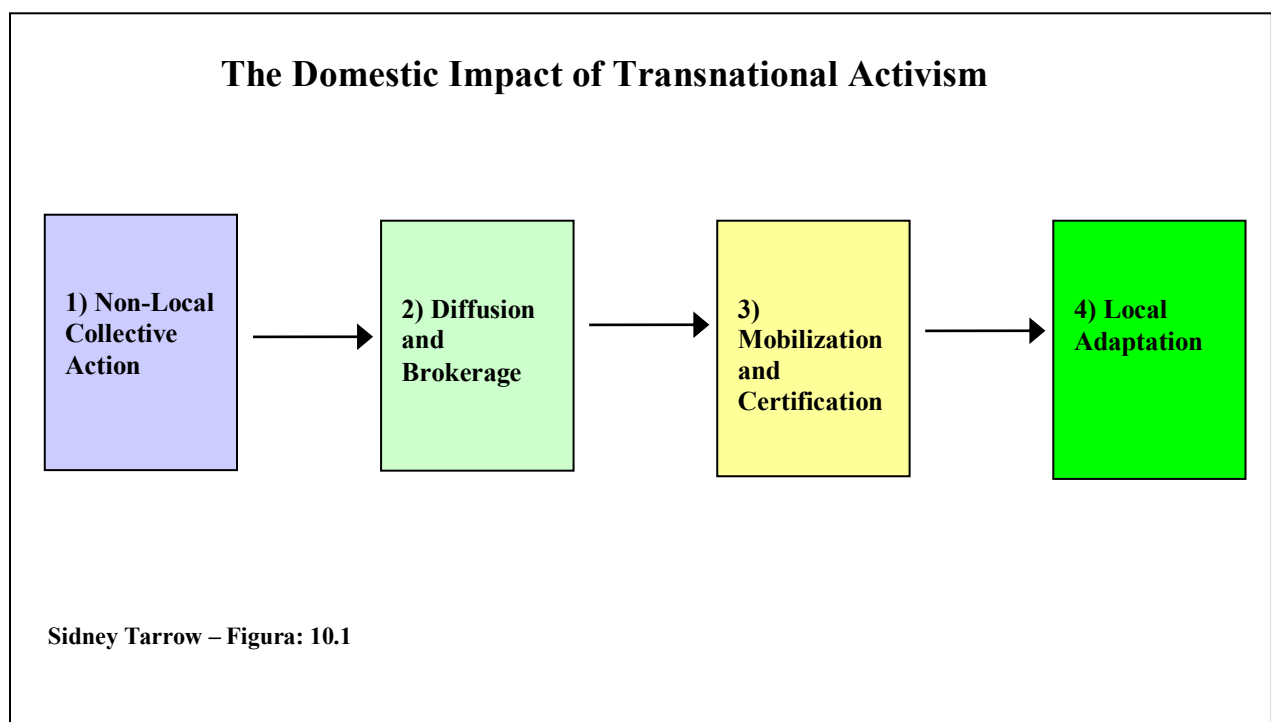
Para sintetizarmos o percurso até aqui, é importante percebermos que o activismo e as redes que se formam em torno de suas áreas temáticas funcionam fundamentalmente da seguinte forma:

1. Modificam as relações e estruturas no cenário local e global, redefinindo as regras vigentes e criando novas – viabilizam a participação do “terceiro sector” no jogo político e nas esferas decisórias;
2. Estabelecem novas agendas – pois tanto reforçam as atenções para questões relevantes como também levantam novas questões, agregando valores emocionais, sociais e morais;

3. Estabelecem alianças e reforçam parcerias;
4. Possibilitam a participação de mais “jogadores” e dão voz aos grupos mais desvalidos, os quais, de outra forma, não seriam ouvidos, embora sejam, grande parte das vezes, os mais interessados.

Para compreendermos um pouco mais sobre o impacto do activismo transnacional dentro do contexto doméstico, Tarrow propõe o seguinte esquema ⁵¹:

Figura 3



No esquema acima, Tarrow propõe que as acções colectivas externas e respectivos *outcomes* são difundidos em diversos contextos através de um ou mais mediadores (podem ser organizações inter-governamentais, movimentos sociais, fundações, etc.). É observada a validação do trabalho dos activistas locais e a capacidade de mobilizarem-se. Propõem-se, então, coligações de unidades locais com unidades externas, sendo formalizada a rede de activismo transnacional. A etapa final é a adaptação de uma boa prática externa ao contexto interno, como resultado positivo de todo o processo activista naquele novo contexto.

⁵¹ “The Domestic Impact of Transnational Activism” - TARROW, Sidney. “The New Transnational Activism”. New York: Cambridge University Press (2005). Pág. 187. Figura: 10.1 The Domestic Impact of Transnational Activism.

1.4. Considerações finais

Embora exista uma estreita relação entre movimentos sociais e organizações não governamentais (locais ou internacionais), os movimentos sociais não possuem uma estrutura formal, são episódicos, possuindo um carácter quase que exclusivamente reivindicatório, enquanto as organizações não governamentais embora imbuídas da premissa reivindicadora têm um carácter mais operativo e funcional, agem directamente, possuem uma estrutura formal e estável. Tarrow acredita, porém, que os movimentos sociais possam *eventualmente* vir a transformarem-se em organizações não-governamentais conforme o desenvolvimento do seu grau de profissionalismo e dos objectivos deste movimento⁵². É preciso, contudo, que os objectivos do movimento converjam nesse sentido, ou seja, o movimento precisaria, antes de tudo, de um projecto que contemplasse uma longevidade em termos de existência, porém, numa outra forma de expressão social mais complexa, caso contrário, mesmo que lograsse enquanto movimento, os seus integrantes poderiam entender que cumpriram o seu propósito e que o ciclo de vida do movimento chegou, de facto, ao fim (o que ocorre com a maioria dos movimentos).

No que se refere às redes de activismo transnacionais, Tarrow afirma:

*“Transnational advocacy networks are not alternatives to social movements or INGOs; on the contrary, they can contain them, in the loose way that networks contain anything – as well as containing governmental agents in either their official or unofficial capacities. They are the informal and shifting structures through which NGOs, social movement activists, government officials, and agents of international institutions can interact and help resource-poor domestic actors to gain leverage in their own societies.”*⁵³

No caso específico dos bahá'ís, por outro lado, enquanto organização social, provavelmente, um dos pontos mais interessantes a ser destacado ao longo da sua evolução

⁵² TARROW, Sidney. “Transnational Politics - Contention and Institutions in International Politics”. Cornell University, Ithaca New York (2001). Pág. 23. Disponível também em: http://government.arts.cornell.edu/assets/faculty/docs/tarrow/contention_and_institutions.pdf – Acesso: 21/10/2009.

⁵³ Idem ipsis, pág. 23

social é o facto de terem incorporado mais de um tipo de forma de expressão no mundo do activismo. Iniciaram a sua trajectória como um movimento bahaíta por oposição ao regime islâmico (e todos os seus desdobramentos: religioso, social e político), inspirados por ideais notoriamente ocidentais. Num segundo momento da sua história, efectivamente, constituíram uma nova religião. Estabeleceram uma ordem própria, com metas próprias e um projecto de dispersão motivado por um fim bastante delineado, qual seja, propagarem os ideais bahá'ís coordenadamente e estabelecerem uma nova ordem mundial, baseada numa cultura voltada para os direitos humanos. Avançaram para uma actuação transnacional e, dadas as suas contribuições através dos projectos sociais e políticos que desenvolveram em todos os locais onde se estabeleceram, dentro de uma abordagem de política mundial, foram reconhecidos pelas Nações Unidas como uma organização não governamental de cariz social. E, para dinamizarem as suas acções, recorreram ao estabelecimento de parcerias e redes de activismo transnacionais. Redes estas, fundamentais para a sustentação do Projecto de expansão Bahá'í.

Temos aqui, portanto, um exemplo de um sujeito social que não apenas enquadrou-se, em diferentes momentos da sua história, à diferentes tipos de expressão social no campo do activismo, como, também, incorporou a valência religiosa

Valências: movimento social → instituição religiosa → organização não-governamental internacional → actores em redes transnacionais de activismo.

A partir do exposto, podemos ainda concluir que os bahá'ís, enquanto organização social e religiosa, utilizam as suas redes de activismo transnacionais como um *mecanismo* de articulação e mobilização social, para tratarem das mais variadas temáticas sociais que permeiam o campo das relações locais e internacionais, na expectativa de contribuírem para a diminuição de uma espécie de hiato entre o poder público e a sociedade civil, ou se quisermos, na expectativa mais concreta de criarem as condições sócio-políticas para o estabelecimento de um mundo sensivelmente orientado para as premissas iluministas, dentro da perspectiva Bahá'í.

Veremos com mais detalhes, no próximo capítulo, alguns exemplos da actuação das redes de activismo transnacionais bahá'ís no desenvolvimento de projectos da Comunidade Bahá'í Internacional.

CAPÍTULO II:

Os bahá'ís em acção: o surgimento e a actuação das redes de activismo transnacionais; oportunidades políticas e projectos

Neste capítulo pretendo abordar as acções dos bahá'ís, transcorrer a história da constituição administrativa bahá'í e das suas redes de activismo transnacionais. Pretendo ainda explicar como as oportunidades políticas vêm sendo utilizadas pela Comunidade bahá'í enquanto uma ONGI, no sentido de promover mudanças sociais localmente e transnacionalmente, bem como apresentar alguns exemplos de projectos realizados pelos bahá'ís com o apoio das suas redes.

2.1. A estrutura administrativa bahá'í e o surgimento das primeiras TAN bahá'ís

As primeiras TAN bahá'ís surgiram a partir da formação das primeiras *redes de apoio social* constituídas pelos bahá'ís aquando do processo de dispersão mundial dos adeptos da Fé. Resultam dos movimentos migratórios dos bahá'ís e da estrutura organizacional administrativa da Comunidade Bahá'í.

Mas como os bahá'ís constituíram as suas redes de apoio social? Como os primeiros bahá'ís chegaram a lugares tão longínquos, sem ninguém conhecerem, fixaram-se e angariaram novos adeptos? Como as redes de apoio social deram origem às redes bahá'ís de activismo transnacionais?

Já sabemos que os bahá'ís emigraram do Oriente Médio para o resto do mundo em função de dois aspectos: 1) *a perseguição religiosa* e 2) *o projecto missionário da Fé ou o “pioneirismo”* (como é denominado pelos bahá'ís).

No trecho abaixo, pronunciado por Shoghi Effendi (o guardião da Fé Bahá'í) podemos verificar substancialmente como os bahá'ís devem conduzir o pioneirismo.

“Neither the threatening world situation, nor any consideration of lack of material resources, of mental equipment, of knowledge, or of experience—desirable as they are—should deter any prospective pioneer teacher from arising independently, and from setting in motion the forces which, ‘Abdu’l-Bahá has

*repeatedly assured us, will, once released, attract even as a magnet the promised and infallible aid of Bahá'u'lláh (...) Let every participator in the continent-wide campaign (...) those engaged in pioneer work in virgin territories, bear in mind the necessity of keeping in close and constant touch with those responsible agencies designed to direct, coordinate, and facilitate the teaching activities of the entire community. Whether it be the body of their elected national representatives, or its chief auxiliary institution, the National Teaching Committee, or its subsidiary organs, the regional teaching committees, or the local Spiritual Assemblies and their respective teaching committees, they who labor for the spread of the Cause of Bahá'u'lláh should, through constant interchange of ideas, through letters, circulars, reports, bulletins and other means of communication with these established instruments designed for the propagation of the Faith, insure the smooth and speedy functioning of the teaching machinery of their Administrative Order (...)"*⁵⁴

Neste trecho, Shoghi Effendi reforça a necessidade do movimento do pioneirismo e da organização e comunicação com as esferas administrativas bahá'ís (principalmente o Centro Mundial da Fé) no decorrer dos processos de implantação da Fé nos novos territórios.

Porém, apesar do incentivo ao pioneirismo coordenado ser fundamental para a concretização da Nova Ordem Mundial profetizada por Bahá'u'lláh, é importante frisar que de acordo com os ensinamentos da Fé o proselitismo é terminantemente proibido para os bahá'ís: *"Bahá'u'lláh's teachings forbid proselytism as an infringement on the spiritual integrity of the individual, great encouragement is given to activities that promote public awareness of the Faith and that attract new members"*⁵⁵. Os bahá'ís devem "conquistar" os seus adeptos através dos ideais da Fé. Estes devem seguir a Fé de forma espontânea, conforme alerta o guardião da Fé:

"Through the kindness shown them, or any literature which may be given them, or any connection which they may establish with them (...) and turn away, through any act that might be misconstrued as an attempt to proselytize and bring

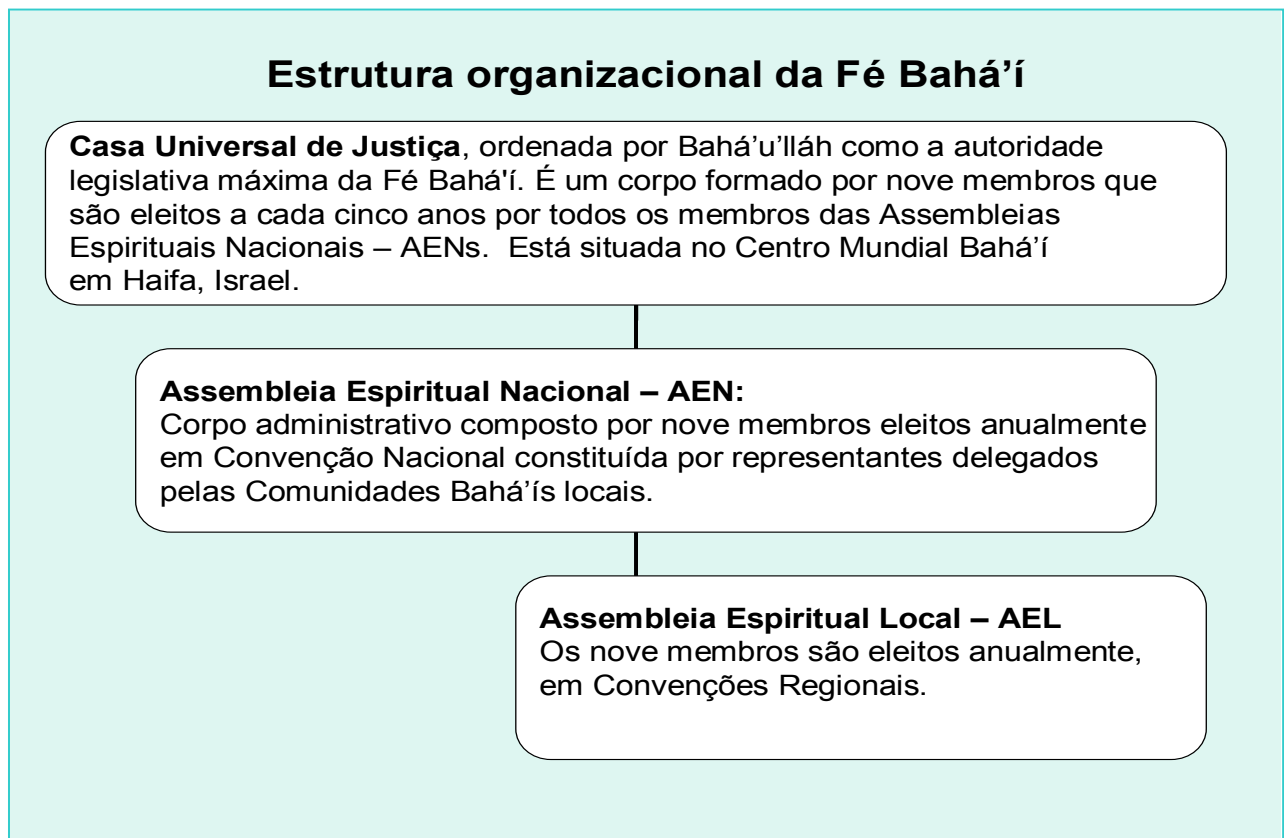
⁵⁴ EFFENDI, Shoghi. "The Advent of Divine Justice". Wilmette, Illinois: Bahá'í Publishing Trust (1938). Pág. 27-28.

⁵⁵ (Ensinamentos bahá'ís) Comunidade Bahá'í: <http://info.bahai.org/article-1-8-3-7.html> Acesso: 10/09/2010.

undue pressure upon them, those whom they wish to win over to their Cause”
(Shoghi Effendi, 1938).

Para visualizarmos como é a estrutura organizacional da Fé Bahá’í, vejamos no esquema abaixo a sua estrutura administrativa:

Figura 4 – Esquema da estrutura organizacional da Fé Bahá’í⁵⁶



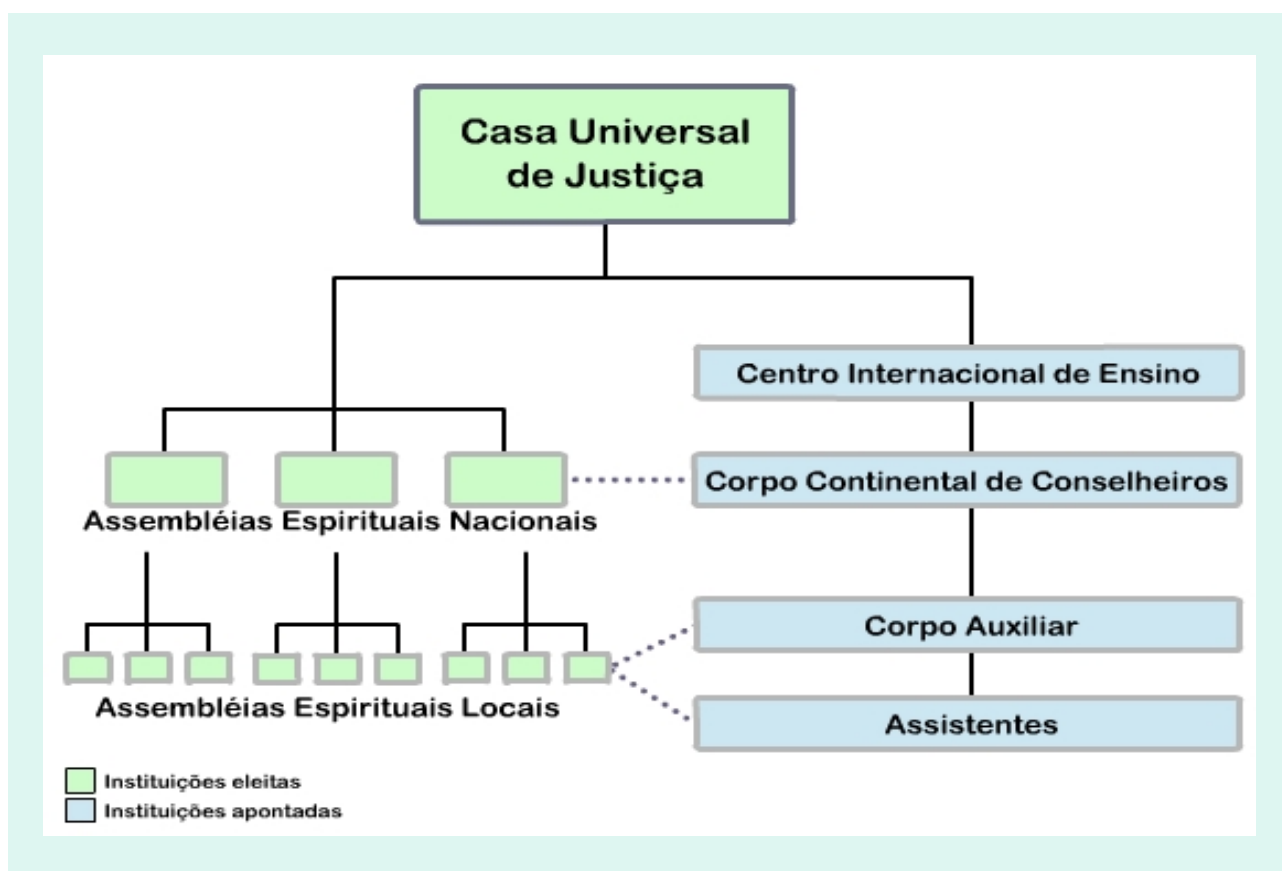
As comunidades bahá’ís são administradas por assembleias compostas por nove membros eleitos pelos próprios bahá’ís. As eleições bahá’ís são anuais e nestas podem votar e serem votados os maiores de 21 anos. Não há candidaturas, nomeações, campanhas eleitorais, etc. Os nove nomes mais votados numa eleição, tanto localmente quanto ao nível nacional, são nomeados para, respectivamente, a Assembleia Espiritual Local (AEL) e Assembleia Espiritual Nacional (AEN), em conformidade com a área de abrangência geográfica da eleição. Nenhum membro, ao ser eleito em quaisquer das instituições, possui autoridade individual. As decisões são válidas apenas se houver um número mínimo de indivíduos (quórum).

⁵⁶ “Esquema da estrutura organizacional da Fé Bahá’í”. Interpretação própria. Esquema elaborado por mim.

Em países com grandes comunidades bahá'ís ou em países de grande extensão, foram estabelecidos Conselhos regionais, que por sua vez, respondem às AEN. Os seus membros são eleitos pelos membros das AEL de suas respectivas regiões. Os Conselhos regionais supervisionam as actividades bahá'ís, cooperando sempre que necessário com as comunidades locais.

No âmbito internacional, o órgão máximo da administração bahá'í é a Casa Universal de Justiça, localizada em Haifa, em Israel. Representa o corpo supremo que governa a Fé mundialmente. A Casa Universal de Justiça tem o poder de legislar e revogar leis bahá'ís, conforme as determinações de Bahá'u'lláh. É, analogamente, constituída por nove membros bahá'ís eleitos tal como no processo de eleição das AEN, porém, a eleição é feita a cada cinco anos, mediante a realização de uma Convenção Internacional, e dá-se através dos votos dos nove membros das Assembleias Espirituais Nacionais – AEN provenientes de todos os países do mundo. As Assembleias Espirituais Nacionais e Locais da Fé Bahá'í respondem à Casa Universal de Justiça. Para apoiar as acções da Casa Universal de Justiça, foram instituídas uma série de instituições e agências, entre as quais podemos citar os Corpos dos Conselheiros Continentais e o Centro Internacional de Ensino.

*Figura 5*⁵⁷



⁵⁷ “Órgãos da Fé Bahá'í” – Fonte da imagem:

<http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/2/2c/Institutions.jpg> Acesso: 12/09/2010

Figuras 6, 7 e 8⁵⁸



**Panorâmica aérea de todos os 4 edifícios que formam o Centro Administrativo Mundial Bahá'í, em Haifa, Israel.*

**Sede da Casa Universal de Justiça, o órgão máximo administrativo da Comunidade Bahá'í, em Haifa, Israel.*

**Santuário do Báb (Para os bahá'ís, o Báb.*

A despeito do que acredita o senso comum, nem todas as Assembleias Espirituais Nacionais Bahá'ís – AEN espalhadas pelo globo foram, de facto, fundadas por bahá'ís oriundos, necessariamente, do Irão, do Iraque, da Turquia ou de Israel. Muitas AEN foram fundadas por bahá'ís convertidos, como, por exemplo, no caso australiano e neozelandês, um facto que não se contrapunha à ideia do movimento do pioneirismo.

O movimento de dispersão dos bahá'ís, quer provenientes do Irão quer oriundos de outros países, encontrou nas *redes bahá'ís de contacto e solidariedade transnacionais* ou, se quisermos, *redes de apoio social* as principais condicionantes para a dispersão dos adeptos da Fé, bem como para a própria difusão da religião. Estas redes operaram inclusive no sentido de funcionarem como agentes de pressão ao nível das políticas migratórias locais, a fim de viabilizarem a entrada e a permanência desses imigrantes ou realocações dos mesmos (particularmente no caso dos refugiados iranianos) para áreas onde pudessem encontrar melhores condições de vida e liberdade para exprimirem a sua fé.

Em Abril de 1920, Hyde e Clara Dunn (ele um inglês e ela uma escocesa) mudaram-se dos Estados Unidos da América para a Austrália, trazendo consigo os ensinamentos da Fé

⁵⁸ “Centro Administrativo Mundial Bahá'í, em Haifa, Israel” - Fonte das imagens: Comunidade Bahá'í de Portugal –

http://www.bahai.pt/bahai/mediateca/fotografias/centro_mundial_bahai/centro_mundial_bahai_1 Acesso: 12/09/2010

Bahá'í e estabeleceram naquele país as primeiras três Assembleias Locais – AEL, sendo uma em Sydney (AU), outra em Adelaide (AU) e outra em Auckland (Nova Zelândia).

Em 1934, em Sydney, foi realizada a primeira Convenção Nacional Bahá'í, a qual originou a fundação da primeira Assembleia Espiritual Nacional combinada da chamada Australasia (pois, à priori, atenderei à Austrália e Nova Zelândia). Somente a partir do início da década de 50 é que chegaram à Austrália e Nova Zelândia os primeiros bahá'ís iranianos imigrantes (muitos fugindo da perseguição religiosa no Irão), seguidos por bahá'ís de demais proveniências, encontrando ali uma Comunidade Bahá'í já completamente estabelecida, pronta para recebê-los e ajudá-los (Hassall, 1988).

Um facto interessante no contexto australiano e neozelandês, que se reproduziu em vários outros países, é que a Assembléia Espiritual Nacional da Australásia em 1951 trabalhou no sentido de identificar *sponsors* para os primeiros bahá'ís iranianos e de outros países do Oriente Médio. Muito embora não houvesse qualquer tipo de política de reciprocidade (em qualquer área) entre os governos Australiano, Neozelandês e Iraniano que viabilizasse a recepção de imigrantes iranianos na Oceânia, a AEN neo-australiana empenhou-se activamente em impulsionar acções que pressionavam os Departamentos de Imigração dos respectivos países para que fosse permitida, sobretudo, a admissão dos bahá'ís iranianos em seus territórios. Acções estas que viabilizaram a entrada de muitos iranianos na Austrália, principalmente, nos anos de 1953 e 1954, e mais tarde, realocações para a Nova Zelândia, bem como a instituição de acordos para novas realocações para vários territórios das Ilhas do Pacífico, nomeadamente, para as Ilhas Salomão, Nova Caledónia e Samoa Ocidental. Contudo, embora permissível, a entrada dos imigrantes bahá'ís no território australiano continuou a ser bastante complicada até meados da década de 60. Algumas famílias chegaram à Austrália vindas da Indonésia, onde viveram até a expulsão de todos os europeus bem como de cidadãos de outras procedências, na sequência de graves distúrbios políticos na região, que ocorreram entre 1965 e 1966. Outras famílias também chegaram à Austrália vindas do Paquistão, da Índia e da Grã-bretanha (Hassall, 1988).

“The persecution of Bahá'is that followed the Islamic Revolution in Iran in 1979 prompted extensive contact with government officials and the mass media in Australia, and resulted in the arrival of many Persian Bahá'is in Australia as refugees. Although immigration policy made entry into Australia difficult into the 1960s, some Persian Bahá'i families had arrived from Indonesia and elsewhere at the end of the 1950s. In the 1960s the

National Assembly consulted with the Department of Immigration on the requirements for bringing additional Bahá'ís into Australia, and the eventual easing of policy restrictions resulted in successful migration.”⁵⁹

Durante todo esse período a AEN continuou a advogar em prol da abertura migratória e a fazer petições aos Departamento de Imigração para permitirem a entrada de mais bahá'ís na Austrália e na Nova Zelândia. Contudo, com o passar do tempo, o abrandamento da política restritiva vigente deu-se, infelizmente, apenas para grupos de bahá'ís mais específicos em razão do incentivo à imigração de mão-de-obra qualificada, especialmente para médicos bahá'ís. Mais tarde, deu-se uma nova abertura migratória e uma considerável moderação no que concerne às políticas selectivas. A partir de meados dos anos 80, estas voltaram a vigorar (Hassall, 1988).

Na sequência desses factores, apesar de terem obtido algum sucesso através da militância activista em favor da diminuição das medidas que restringiam a migração, como as barreiras e políticas em relação à imigração de cidadãos provenientes dos países do Oriente Médio continuavam a causar constrangimentos, e tendo em vista o estabelecimento de novas AEN e AEL em várias outras localidades mundo afora, algumas até bastante receptivas, muitos grupos de bahá'ís optaram por seguir para outros destinos na Ásia, África, Europa e Américas.

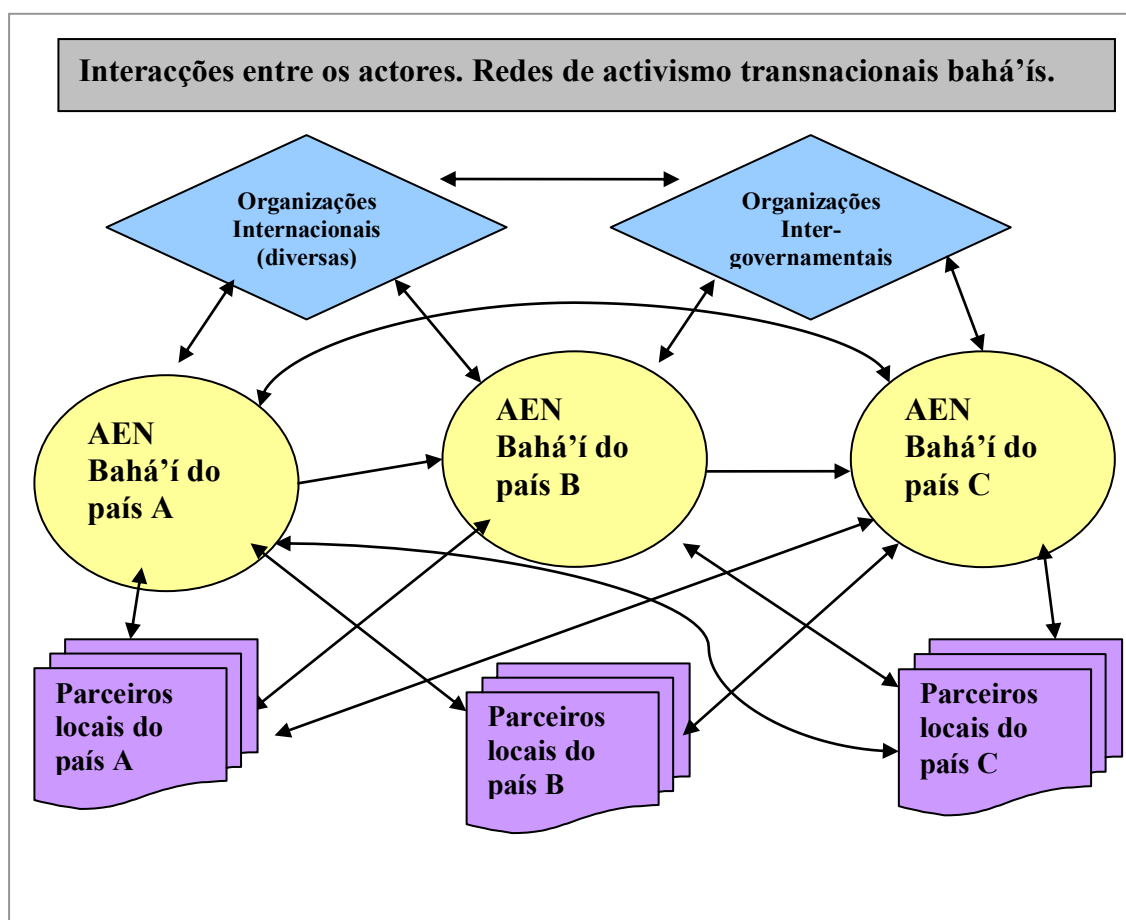
Através do caso da Australásia podemos verificar como as redes de apoio social formadas pelos bahá'ís funcionaram, como um elemento social conectivo, responsável pela promoção de novos processos e políticas migratórias e, ainda, pela militância em prol do direito à liberdade religiosa (o direito mais caro aos bahá'ís). Esta dinâmica iniciada na Oceania repetiu-se noutros países (principalmente nos países em desenvolvimento e/ou com grande diversidade étnica, como, nos Estados Unidos, Brasil, Canadá, Uganda, entre outros.

Na medida em que os bahá'ís se espalharam e implantaram novas unidades administrativas da Fé nos mais diversos territórios e começaram a desenvolver acções e projectos sociais em observância aos pilares e ensinamentos da Fé Bahá'í, conquistando novos adeptos nos contextos nacionais, bem como firmando parcerias locais

⁵⁹ HASSALL, Graham. “The Bahá'í Faith”, in GILLMAN, Ian – “Many Faith, One Nation”. Austrália: Collins (1988). Pág. 292.

(governamentais ou não-governamentais) no âmbito das suas actividades sociais, iniciaram um processo de identificação de necessidades e objectivos comuns, bem como de intercâmbio cooperativo e solidário transnacional. Num primeiro momento, este intercâmbio cooperativo surgiu apenas entre as AEN bahá'ís e suas demais unidades administrativas, mas como os bahá'ís estabeleceram parcerias locais e/ou engajaram-se em projectos que transcendiam o local ou que necessitavam de apoio externo (logístico, financeiro, técnico, etc.), começaram a comunicar-se também com os parceiros dos seus pares.

Figura 9 ⁶⁰



As redes de apoio social que outrora funcionaram como redes de acolhimento para os bahá'ís e, mais tarde, como estruturas de apoio nos processos de constituição das unidades administrativas da religião, no seguimento das orientações do seu fundador no que toca aos princípios da Fé e ao projecto de desenvolvimento bahá'í, estenderam a sua actuação para a concretização desses propósitos, recorrendo principalmente ao activismo e à advocacia

⁶⁰ “Interacções entre os actores. Redes de activismo transnacionais bahá'ís” – Interpretação própria. Esquema elaborado por mim.

social⁶¹ nos contextos locais e transnacionais. Essas redes acabaram por se transformar em redes de activismo locais integradas e ao mesmo tempo transnacionais, pois passaram a empreender acções e projectos em outros países.

Veremos alguns exemplos dos resultados dessas interacções a partir do item 2.4, através dos projectos que derivaram dessas parcerias.

2.2. Oportunidades políticas

Desenvolvido a partir do campo da sociologia, o conceito de oportunidades políticas ou a teoria da estrutura das oportunidades políticas é muito mais usualmente utilizado por autores como Tilly (1978), Kitschelt (1986), MacAdam, Zald e McCarthy (1996), Snow (1997), Tarrow (1998) e Eisinger (1972) para explicar as acções colectivas dos movimentos sociais e algumas de suas condicionantes. No entanto, recorro a este conceito para procurar compreender não apenas as acções colectivas empreendidas pelos movimentos sociais, mas também por outros tipos de organizações e actores sociais, nomeadamente a Comunidade Bahá'í e os seus activistas.

A ideia central do conceito de oportunidades políticas parte do princípio de que o logro ou o fracasso das acções dos activistas sociais está, sensivelmente, condicionado às oportunidades ou aos constrangimentos políticos com os quais se deparam.

Ao analisar particularmente as estruturas do governo Estadunidense, Eisinger⁶² concluiu que as *estruturas das oportunidades políticas podem ser “abertas”* – e assim o

⁶¹ Nota pessoal: Embora ambos os conceitos pareçam sinónimos, possuem características que os diferenciam. Vejamos:

“Advocacia social” – era um termo inicialmente concebido e empregado apenas no universo do serviço Social ou da assistência jurídica, que implicava na facilitação ao acesso de bens e serviços sociais, bem como na protecção e defesa dos direitos dos utentes junto da Administração Pública. Na actualidade, o termo ganhou mais uma conotação, voltada para uma vertente mais política, a qual preconiza a prática do lobbying, da negociação, e da representação de determinados segmentos da sociedade junto dos decisores políticos, no sentido de promover o empoderamento dos grupos minoritários ou desfavorecidos e/ou de dar visibilidade às várias causas sociais (ex. racismo, xenofobia, pobreza extrema, sexismo, meio ambiente, etc.). É, hoje, um termo bastante associado ao trabalho desenvolvido pelos técnicos e activistas das organizações não-governamentais, os quais passaram também a serem chamados de “Técnicos de advocacia social”. A advocacia social age mais nos *bastidores*. O **“Activismo”**, por outro lado, implica na prática de confronto, emprega a acção directa ou indirecta contra ou a favor de uma temática ou de uma causa. O activismo prevê a articulação ou argumentação invasiva. As acções activistas tanto podem ser espontâneas como planeadas. Na prática, o activismo pode usar a advocacia social com uma forma, um mecanismo de defesa de direitos, o que não significa que a advocacia social implique em práticas activistas.

sendo, facilitariam a participação dos activistas no sentido de concretizarem os seus objectivos políticos – ou “fechadas” – o que constituiria um obstáculo para suas acções convencionais.

Na sequência do pensamento de Eisinger, Tarrow identifica o conceito de “oportunidades políticas” e a sua contraparte como “constrangimentos políticos”, explicando-os sob a seguinte perspectiva:

*“By political opportunities, I mean consistent – but not necessarily formal, permanent, or national – dimensions of the political struggle that encourage people to engage in contentious politics. By political constraints, I mean factors – like repression, but also like authorities’ capacity to present a solid front to insurgents – that discourage contention (...) There is no simple formula for predicting when contentious politics will emerge, both because the specification of these variables in different historical and political circumstances, and because different factors may vary in opposing directions (...)”*⁶³.

Para compreendermos melhor e equacionar o pensamento de Eisinger e Tarrow, vejamos antes pelo seguinte prisma: o grau de abertura ou de fechamento político de um Estado poderá estabelecer, de forma decisiva, os recursos disponíveis e acessíveis aos activistas e organizações sociais no processo de reivindicação e de concertação das políticas públicas em vigor ou em estágios de formulação junto do Governo ou Instituição-alvo. Num Governo “aberto”, democrático e flexível no que toca à participação política informal ou consultiva e colaborativa dos seus cidadãos e representações sociais (ONG, sindicatos, movimentos, etc.), os espaços públicos de debate ampliam o seu carácter democrático e os mecanismos institucionais de “interferência” positiva (conselhos de cidadãos, fóruns comunitários, lobbying junto dos representantes políticos, etc.) utilizados pela sociedade civil organizada multiplicam-se e ratificam a sua importância, possibilitando uma participação cidadã de baixo para cima⁶⁴. Outro ponto importante acerca das oportunidades políticas, ressaltado por Tarrow em sua definição sobre esta temática, e que vale a pena ser

⁶² EISINGER, Peter. “The conditions of protest behavior in American cities”. American Political Science Review: Vol. 67, nº 1? (1972/73). Págs.16-41.

⁶³ TARROW, Sidney. “Power in movement”. New York: Cambridge University Press (1998). Pág. 19-20

⁶⁴ “De baixo para cima e de cima para baixo” – conceito desenvolvido por Bryan S. Turner sobre os tipos de exercício da cidadania. TURNER, Bryan S. “Outline of a Theory of Citizenship”, Sociology: The journal of the British Sociological Association, vol. 24, n. 2. *Political opportunities function as signals* (1990) P.190-213.

citado, é o facto de estas não serem permanentes, ou seja, são “janelas” de oportunidade que se abrem por períodos determinados, conforme a conjuntura social e política. Por exemplo, num momento em que se discute o Ano Europeu de luta contra a pobreza e exclusão social, os Estados europeus estão mais receptivos às propostas e projectos sintonizados com a questão e afeitos à ideia de destinarem recursos específicos e mais “consideráveis” para o desenvolvimento de acções que possam emprestar-lhes uma visibilidade positiva diante dos seus pares (afinal, todos querem fazer o seu “dever de casa”). Portanto, aqueles actores e agentes que estiverem mais atentos a estas “janelas” e dispostos a fazerem “ajustes” de prioridades de pleito, provavelmente, terão mais chances de obterem êxito em suas demandas. Por outro lado, num contexto onde o espaço para negociações com autoridades oficiais – e aqui sublinho os decisores políticos – é *fechado*, conforme os níveis de constrangimento, as organizações sociais e os activistas operarão através de canais extra-institucionais, recorrendo, fulcralmente, a ferramentas de protesto, reivindicação e litigância, como passeatas, manifestações públicas de desagravo, campanhas de repúdio, sensibilização apelativa junto dos media podendo, inclusive, recorrer a acções mais radicais que impliquem em confrontos, que podem equacionar o uso da violência (um recurso mais usual em Estados cujos regimes são ditatoriais e arbitrários).

A despeito dos constrangimentos, os quais supor-se-iam inibidores, observa-se que estes, muitas vezes, têm provocado uma reacção adversa, um efeito colateral, nomeadamente o despertar dos activistas e organizações sociais para o espaço “exterior”, ou seja, estão cada vez mais inclinados a engajarem-se em parcerias transnacionais, como forma de fortalecerem a sua capacidade de acção/reacção e de obterem novos canais de influência, capazes de intervir junto das esferas locais repressoras. Ao formarem novas redes, *forçam* o surgimento de oportunidades políticas e mudanças institucionais. Um exemplo disso, é o que acontece com os bahá’ís no Irão, que vêem no estabelecimento de redes de activismo transnacionais uma oportunidade de mobilizarem meios que despertem a atenção internacional para as acções terroristas, advindas da profunda intolerância religiosa do Estado iraniano contra as minorias religiosas que vivem neste país. Os bahá’ís buscam, através dos seus pares e respectivos parceiros, direccionar os “olhos do mundo” para o Irão, na expectativa de constrangerem este Estado sob a perspectiva daquilo que prevê o direito internacional, bem como os tratados sobre os direitos humanos ratificados (ironicamente) pelo Irão, que tenta, por seu turno, a todo custo relativizar as normas previstas nesses instrumentos.

Embora a estabilidade ou instabilidade conjuntural possa ser um factor que viabilize ou inviabilize a sustentação das oportunidades políticas, verifica-se que os activistas e organizações da sociedade civil estão atentos às “*janelas de oportunidades*” e possibilidades que possam advir destas, por mais frágeis ou transitórias que estas sejam. Devem, igualmente, desenvolver novas parcerias e/ou fortalecer as que já possuem, para “forçarem” a sua “entrada” no jogo político.

Para Tarrow o termo estrutura de oportunidade política deve ser visto da seguinte forma:

*The term “political opportunity structure” should not be understood as an invariant model (...) but as a set of clues for when contentious politics will emerge, setting in motion a chain of causation that may ultimately lead to sustained interaction with authorities (...) contentious politics emerges when ordinary citizens, sometimes encouraged by counter-elites or leaders, respond to opportunities that lower the costs of collective action, reveal potential allies, show where elites and authorities are most vulnerable, and trigger social networks and collective identities into action around common themes (...)*⁶⁵

Na sequência desse pensamento, podemos supor que o surgimento e o sucesso de uma acção colectiva dependem sobremaneira da capacidade e perspicácia dos grupos de identificarem uma situação propícia, favorecida por um alargamento das oportunidades políticas em determinadas áreas e momentos, com o fito de impingir as suas demandas. Aqui, falamos, portanto, do “senso de oportunidade” dos grupos activistas e da habilidade destes para criarem e/ou gerirem redes activistas locais ou transnacionais em prol de temas comuns.

Na prática, as *oportunidades políticas* reflectem uma série de aspectos das *estruturas políticas* vigentes nos Estados. Quando falo em *estruturas políticas*, refiro-me aos regimes políticos, às políticas públicas, bem como à cultura política do local. Elementos estes, que viabilizam ou inviabilizam a *participação de outros actores que não apenas os estatais* nos processos políticos e de construção das agendas públicas desses Estados. O objectivo desses

⁶⁵ TARROW, Sidney. **Power in Movement: Social Movement and Contentious Politics**. New York: Cambridge University Press (1998). Pág. 20.

actores é colaborar para o aperfeiçoamento da gestão da coisa pública e da governança democrática e também fiscalizar as acções dos governos.

No caso específico de uma rede de activismo transnacional, e, aqui, refiro-me particularmente às TAN bahá'ís, o aspecto mais crucial para identificarmos o sucesso das suas acções é a capacidade que têm de identificarem a propiabilidade das conjunturas sociais e políticas, de desenvolverem parcerias e coligações com vários diferentes tipos de actores (intergovernamentais, não-governamentais, governamentais, etc.) que operam em diferentes níveis (locais, internacionais, transnacionais, etc.) e esferas (pública e privada), assim como a capacidade que têm para adaptarem-se a diferentes contextos políticos e respectivas estruturas de oportunidades políticas, desenvolvendo uma estratégia de acção “sob medida” para os diferentes níveis de abertura política, sem jamais perderem de vista os objectivos que fundamentam e orientam os seus propósitos, como poderemos verificar a seguir.

2.3. A Comunidade Bahá'í enquanto organização não governamental: o impacto dos Projectos

Embora a avaliação do impacto directo ou indirecto das actividades e dos projectos desenvolvidos pelas organizações não-governamentais locais e internacionais seja um factor indispensável para uma apreciação pormenorizada do papel que, efectivamente, exercem nas sociedades modernas, acredito que a função dessas como agentes de transformação social vá muito mais além desta condicionante, já que também contribuem amplamente para a mudança das relações entre o Estado e a Sociedade Civil, entre o poder público e o privado, principalmente, porque fornecem respaldo e condições para que outros agentes de transformação, e aqui podemos citar como exemplo os movimentos sociais, possam participar dos processos de constituição e implementação de novas políticas públicas. Este respaldo caracteriza-se particularmente através da disponibilização de apoio na angariação de recursos financeiros, apoio técnico especializado e logístico, mobilização de redes de contacto e de parceiros estratégicos, articulações com os media, entre outros mecanismos de suporte e mobilização social.

A pujante presença das ONG (locais e internacionais), bem como dos movimentos populares e sindicais nos mais diversos espaços de debate (conselhos, fóruns, câmaras sectoriais, etc.) é, em grande parte, impulsionada por um amplo trabalho em rede, voltado

para a transformação do processo decisório, o qual, outrora, era delegado exclusivamente às esferas da administração pública, e que ao longo dos anos, de certa forma, vem sendo compartilhado, ou, se quisermos, largamente influenciado pelas pressões destes agentes sociais. Agentes, estes, que propõem leis, emendas populares e diálogos profícuos, que realizam um trabalho de lobbying saudável junto do Poder público, levando ao conhecimento dos partidos políticos, parlamentares e administradores públicos os interesses do povo e dos vários segmentos e representações que compõem a sociedade civil, dando corpo e sentido, de certa forma, à verdadeira democracia participativa.

As ONG vêm sendo encaradas como nichos de competências técnicas específicas e como centros de know-how nas mais variadas temáticas sociais, políticas e culturais. Podemos verificar que com o passar dos anos e com a crescente presença dessas organizações nos espaços de debate públicos, como *porta vozes* de vários sectores da sociedade civil, a sua posição de *interlocutores colectivos*⁶⁶ (Jacobi, 1990/1992) é cada vez mais legitimada e fortalecida, embora não tenham um mandato popular e a sua inspecção pública seja limitada.

A participação directa das organizações não-governamentais, principalmente através do lobbying, poderá ser mais ou menos expressiva conforme a estrutura e organização política de cada país. Há países mais receptivos a este tipo de interferência, como nos casos do Brasil e dos Estados Unidos, assim como há outros mais reticentes, como, por exemplo, no caso dos países da Europa ibérica, locais onde tal prática é ainda vista sob uma óptica bastante negativa.

⁶⁶ JACOBI, Pedro R. “Descentralização municipal e participação dos cidadãos: apontamentos para o debate”, Revista Lua Nova/ nº 20 (1990) p. 121-144 e JACOBI, Pedro. “Participação e gerência dos serviços de saúde: desafios e limites no município de São Paulo”, Revista de Administração Pública/ Volume 26, nº 02 (1992). Pág. 32-43.

Interlocutores colectivos: um conceito utilizado pelo Sociólogo Pedro Jacobi, Professor da USP – Universidade de São Paulo. De acordo com Jacobi, a participação democrática dá-se quando despontam, da própria sociedade civil, interlocutores colectivos que, por meio de uma representação activa, constituem relações directas entre os cidadãos e as instituições públicas.

“ (...) Para tanto é necessário que da sociedade civil surjam interlocutores colectivos – grupos comunitários, movimentos sociais, e na medida do possível, actores sociais desarticulados, mas motivados para o engajamento em práticas participativas – que tornem possível uma participação activa e representativa, sem que o Estado exija quaisquer tipos de dependência administrativa e financeira. Isto cria, portanto, as condições de romper com as práticas tradicionais - populismo, autoritarismo, clientelismo, assistencialismo, mandonismo, patrimonialismo e privatização da política nas suas diversas acepções. A participação na gestão da coisa pública, enquanto correctivo das limitações da democracia representativa, possibilita, pelo menos em tese, o engajamento da sociedade civil na formulação de políticas públicas e no controle das acções governamentais e dos negócios públicos”. (Jacobi, 1992 – P. 38)

Por mais controversa que pareça a prática do lobbying, – tendo em vista que, muitas vezes, é vista pelos mais reticentes de duas formas: 1) como uma forma de privilegiar grupos internos sob o ponto de vista do compadrio; 2) como uma forma de *manipular o sistema* ou como uma brecha para que actores externos, devidamente representados por agentes nacionais (*cúmplices, numa visão mais radical do nacionalismo*) possam impingir uma visão de mundo “estrangeira” a um determinado território, colocando em causa a legitimidade e a soberania dos Estados – o facto é que esta prática é uma *realidade* e tem funcionado como um mecanismo altamente eficaz no que concerne às mudanças nos rumos de certas políticas públicas, não somente porque busca reflectir os *ideais de boas práticas* e experiências funcionais de outros Estados acerca de uma determinada temática socialmente apelativa (como, por exemplo, medidas de combate à violência contra a mulher ou contra o tráfico de pessoas), mas porque também contribui para a construção de *novas* agendas políticas. Em outras palavras, podemos utilizar o princípio do *efeito bumerangue* de Keck e Sikkink não apenas para explicar a relação de pressão social em torno de uma temática pontual de grande repercussão, suscitada pelo país A sobre o país B, mas também para aplicarmos esta teoria no exercício de compreensão sobre *como* são desenvolvidas as novas directrizes de boas práticas, *como* são “eleitos” os novos temas que figurarão nas futuras pautas de trabalho das ONG e ONGI – temas, esses, que são mobilizados e articulados pelas redes transnacionais de activismo compostas pelos vários agentes que trabalham com/ou têm interesse por tais temáticas – e, ainda, *como* através da prática do lobbying tais temas podem, eventualmente, ser incorporadas às novas agendas políticas dos governos. O que pretendo ponderar aqui, é o facto de que embora o trabalho de *pressão* das organizações não-governamentais locais ou internacionais, feito por meio da prática da *advocacia social* junto dos decisores políticos, não reflecta uma acção de impacto directo e imediato na sociedade (já que não é uma intervenção directa na comunidade, como o seria num projecto contra a iliteracia numa comunidade quilombola no Recôncavo baiano, por exemplo), este trabalho não deixa de ser uma prestação de serviço *de extrema importância* para o desenvolvimento de políticas públicas mais eficientes, que transformar-se-ão, numa segunda etapa, em projectos ou leis de impacto directo junto do público-alvo.

Contudo, a verificação da participação através de acções e projectos que impliquem em resultados positivos, práticos e directos para os segmentos da sociedade que representam (exemplos de segmentos: imigrantes, activistas do meio ambiente, grupos de minorias étnicas, etc.), ainda se constitui no recurso mais visível de análise sobre “como”,

efectivamente, as ONG, motivadas e orientadas para a resolução de problemáticas sociais locais ou transnacionais, podem contribuir para o desenvolvimento e aplicação de boas práticas no contexto em que estão inseridas, contando com o apoio de parceiros locais e/ou internacionais.

Ciente de tal facto, e, em observância às suas próprias convicções, a Comunidade Bahá'í Internacional vem procurando engajar-se em vários projectos de cunho social em todo o globo, adoptando uma estratégia de intervenção transnacional directa e indirecta, fortalecida pelo seu trabalho em rede.

Mencionarei nos itens 2.4. e 2.5. alguns casos específicos de projectos e iniciativas nos quais a BIC e suas representações nacionais estão envolvidas ao nível transnacional e local. Posteriormente, os projectos do caso brasileiro serão objectos de tratamento específico no terceiro capítulo.

2.4. Bahá'í International Community (BIC) e as Nações Unidas

Concebida, principalmente para representar os Bahá'ís junto das Organizações das Nações Unidas, a Comunidade Internacional Bahá'í (BIC) é uma organização não-governamental que actua transnacionalmente sob a direcção da *Casa Universal de Justiça* em Haifa (seu órgão gestor). Tem escritórios na sede da Organização das Nações Unidas em Nova Iorque e Genebra, possui, ainda, representações nas comissões regionais das Nações Unidas, nomeadamente na Etiópia, Banguécoque, Tailândia, Nairobi, Roma, Viena e Santiago. A BIC é detentora de *estatuto consultivo especial* junto do Conselho Económico e Social, e estatuto consultivo regular junto do Fundo das Nações Unidas para a Infância, do Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher e da Organização Mundial da Saúde. Tem trabalhado muito proximamente ao longo dos últimos 20 anos com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, o Alto Comissariado para Direitos Humanos e com a Organização das Nações Unidas para a Educação⁶⁷.

A participação da Comunidade Internacional Bahá'í (BIC) é visivelmente voltada para a advocacia social, como forma de consciencialização de vários agentes sociais, a fim

⁶⁷ Fonte: <http://info.bahai.org/> Acesso: 01/09/2010

de produzir mudanças sociais que beneficiem grupos menos favorecidos. A intervenção da BIC dá-se, principalmente, ao nível da participação activista e da formação de redes de mobilização social.

Escusado será dizer que uma das principais válvulas propulsoras da militância da BIC é a luta pelo direito à prática religiosa nos quatro cantos do mundo.

Uma das campanhas lançadas pela BIC que mais gerou mobilização de toda a comunidade internacional eclodiu após a encarceração arbitrária de 7 líderes bahá'ís iranianos a viverem no Irão⁶⁸. Estes eram ex-membros do Yarán (um grupo de representação bahá'í no Irão que foi banido pelo governo iraniano, pelo facto de este não reconhecer a Fé Bahá'í como uma religião). A acusação? “Disseminação da corrupção na terra”, um crime punível no Irão com a pena de morte no pior dos casos. Aqui foram punidos com 20 anos de prisão, o que revoltou e sensibilizou profundamente toda a comunidade internacional.

Figuras 9 e 11 ⁶⁹



“The incarceration of the seven Baha'i leaders is the latest development in a deliberate policy of the Iranian government to suffocate the Baha'i community. Systematic plans were drawn up in 1991 - at the request of the Leader of the Islamic Republic of Iran, Ayatollah Ali Khamenei and the then President Rafsanjani - and set out in a memorandum approved and signed by Ayatollah Khamenei”. (Bahá'í World News Service)

⁶⁸ Fonte: Bahá'í World News Service <http://news.bahai.org/story/789> Acesso: 01/09/2010

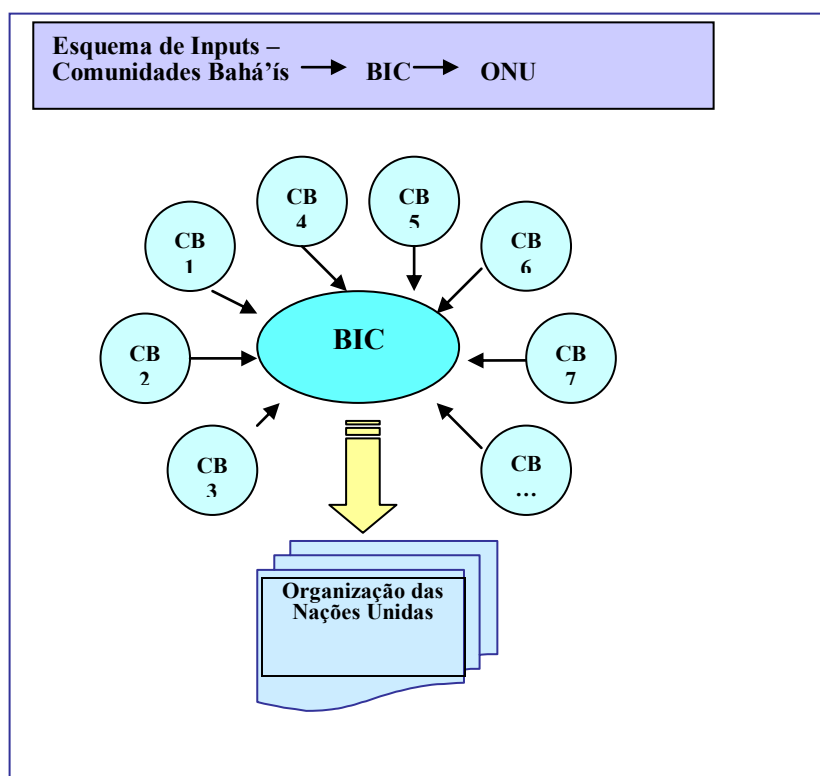
⁶⁹ Fonte das imagens: “Campanha: FLI – Frente pela Liberdade no Irã”
<http://bahaisnoira.blogspot.com/2010/08/intensifica-se-o-apoio-global-as-sete.html> Acesso: 01/09/2010

Todas as representações bahá'ís do mundo foram mobilizadas, o que impulsionou incontáveis manifestações, campanhas e acções de lobbying junto dos seus respectivos governos (como, por exemplo, dos governos da Austrália, Nova Zelândia, Canadá, França, Alemanha, Países Baixos, Reino Unido, Estados Unidos da América, entre tantos – pressões que geraram uma censura pública da parte da União Europeia e do presidente do Parlamento Europeu acerca do ocorrido), a fim de que estes se posicionassem contra a decisão do governo Iraniano. As campanhas também obtiveram o reconhecimento dos media de vários países e de organizações internacionais voltadas para os Direitos Humanos, o que gerou inúmeras matérias jornalísticas, documentos, petições e manifestos. Nas Nações Unidas a BIC emitiu uma série de declarações⁷⁰ sobre o assunto, entre as quais: “Status of Imprisoned Bahá'ís” – Mar 15, 2010 (EN/Persecution); “Statement of the Bahá'í International Community in response to the trial of 16 individuals on 30 January 2010” – Jan 31, 2010 (EN/Persecution); “UPR – Islamic Republic of Iran – item 6” – Jun 10, 2010 (EN/Persecution); “Situation of the Bahá'ís in Iran – item 4 – Jun 8, 2010 (EN/Persecution); “Affirming the right of individuals to designate and define their own beliefs” – Mar 15, 2010 (EN/Persecution), entre outras. Todas essas medidas refletem os esforços de um trabalho em conjunto realizado pelas TAN bahá'ís no sentido de mobilizar meios para conseguirem a libertação dos presos bahá'ís, bem como para a questão da falta de liberdade religiosa no Irão.

A BIC pode ser percebida como uma organização que procura identificar, dentro da perspectiva dos princípios bahá'ís, as principais problemáticas sociais que permeiam os vários países e que repercutem mundialmente. Para tal, contam com os “inputs” feitos pelas suas mais de 185 Assembleias Espirituais Nacionais e 15,000 Assembleias Espirituais Locais, presentes nas mais diversas partes do planeta e que contemplam em suas propostas e actividades as principais questões sociais de grande mobilização pública nos seus contextos locais.

⁷⁰ Fonte: Bahá'í International Community United Nations Office - <http://bic.org/statements-and-reports/searchDoc> Acesso: 01/09/2010

Figura 12⁷¹



A Comunidade Bahá'í Internacional colabora, no âmbito da sua parceria permanente com as Nações Unidas, em uma série de Sessões promovidas pelas Comissões da ONU, como, por exemplo, a Comissão de Direitos Humanos, a Comissão sobre Estatuto da Mulher, Comissão sobre o Desenvolvimento Social e a Comissão de Desenvolvimento Sustentável. Como contribuição no âmbito de suas participações em carácter consultivo, a BIC apresenta diversas declarações oficiais sobre uma variedade de questões.

A BIC participa ainda de várias Conferências das Nações Unidas, como exemplo de suas participações, podemos citar a Conferência Internacional de Nutrição (Roma, 1992); Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio de Janeiro, 1992); Conferência Mundial em Direitos Humanos de Viena (Viena, 1993); Conferência Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável dos Pequenos Estados Insulares (Bridgetown, Barbados em 1994); Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (Cairo, 1994); Cimeira *Mundial* sobre o Desenvolvimento Social (Copenhaga, 1995); Quarta conferência mundial sobre as mulheres (Pequim, 1995);

⁷¹ "Esquema de Inputs – Comunidades Bahá'ís/ BIC/ ONU". Interpretação própria. Esquema elaborado por mim.

Segunda *Conferência* das Nações Unidas sobre os Assentamentos Humanos (Istambul, 1996); Cimeira Mundial da Alimentação (Roma, 1996).

Uma das principais formas de participação da BIC é através da elaboração de *Declarações oficiais e Relatórios*⁷² sobre os temas compreendidos no universo do Direitos Humanos e outras temáticas sociais, nomeadamente os temas relacionados a Liberdade religiosa, Educação em Direitos Humanos, Racismo e formas correlatas e Eliminação da Pobreza.

2.5. Comunidades Bahá'ís pelo mundo

Através da articulação entre as várias Comunidades Bahá'ís do mundo os bahá'ís desenvolvem uma série de projectos na área do desenvolvimento social. Os projectos bahá'ís são implementados e geridos por estas Comunidades em todo o globo. De acordo com os bahá'ís, estão subdivididos em três tipos de categorias: de duração fixa ou pré-determinada, duração continuada e avançada (alta complexidade). Como podemos verificar na tabela abaixo.

*Tabela 1: Projectos Bahá'í acordo com nível de complexidade por continente*⁷³

	Categoria 1 duração fixa	Categoria 2 duração pré-determinada	Categoria 3 duração continuada e avançada	Total
Africa	238	54	6	298
Americas	549	58	15	622
Asia	351	65	8	424
Australasia	164	30	0	194
Europe	157	17	2	176
Total	1459	224	31	1714

⁷² A exemplo do que vimos no âmbito da perseguição religiosa aos bahá'ís e a outras minorias religiosas citado acima por ocasião da prisão dos 7 bahá'ís no Irão.

⁷³ Fonte: Bahá'í Topics – <http://info.bahai.org/article-1-8-1-1.html> Acesso: 19/08/2010

Os projectos de duração fixa ou pré-determinada implicam, geralmente, em actividades simples e pontuais, que visam dar resposta a pequenos desafios do quotidiano das cidades, como, por exemplo, a arrecadação de doações face a uma tragédia ou no âmbito de campanhas sazonais, promoção de seminários e ciclo de palestras sobre temas como o racismo, meio ambiente ou sobre os direitos da criança e do adolescente, entre outros. Os projectos de duração continuada normalmente abrangem uma série de áreas, porém, nota-se uma maior multiplicidade de projectos direccionados para a área da educação. Ambas categorias de projectos podem ser implementadas por iniciativa de uma Comunidade Bahá'í ou a convite de alguma organização não governamental ou governamental, através de parcerias. Como exemplo, podemos citar os *seguintes projectos*⁷⁴:

- **Hope for the Heart – Cambodian literacy project** – o objectivo deste projecto era promover a literacia, aprimorar a leitura e a escrita e também inspirar a criação da cultura de não-violência. Foi implantado entre os anos de 1995 e 1996, pela *Organização Camboja para a Investigação, Desenvolvimento e Educação (CORDE – sigla em inglês)*, fundada em 1994 pela Comunidade Bahá'í do Camboja. Este projecto foi financiado na íntegra pelo Gabinete de Desenvolvimento Económico e Social da Comunidade Bahá'í Internacional.

*Figura 13*⁷⁵



A photograph of the first group of village-level literacy facilitators, who were trained in early 1995. Of the 13 trainees, 12 are women. Members of the group successfully held classes in their home villages for about three months in early 1996, drawing up to 15 participants to each of the five classes that were held.

⁷⁴ Id. e <http://www.onecountry.org/archive.html> (ONE COUNTRY, the newsletter of the Bahá'í International Community, is a publication of the Office of Public Information of the Bahá'í International Community). Acesso: 19/08/2010.

⁷⁵ “The first group of village-level literacy facilitators in Cambodia” - Fonte: Imagem e texto da imagem – Bahá'í Topics – <http://info.bahai.org> Acesso: 30/09/2010.

- **A Novel Microcredit Program in Colombia** – este projecto tinha como objectivo devolver alguma autonomia económica aos camponeses mais desfavorecidos, bem como promover a coesão social e a solidariedade comunitária, através da promoção de acções de formação (técnica e social, com base no princípios Bahá'ís) e da concessão de microcréditos aos pequenos agricultores da região de Cauca na Colômbia. O projecto teve início em 1989 e foi desenvolvido pela Fundação para a Aplicação e Ensino de Ciências – FUNDATEC em parceria com a Comunidade Bahá'í da Colômbia e a Comunidade Bahá'í do Canada.

- **Community Health Workers in Kenya** – desenvolvido, em parte, para dar apoio ao *Programa Alargado de Imunização do Quênia* (KEPI – sigla em inglês), incorporava um projecto transnacional, o *Projecto de Saúde Bahá'í*⁷⁶. O objectivo deste projecto era promover uma campanha de vacinação das populações das regiões de: Bungoma, Kakamega e Vihiga, na Província Ocidental; Siaya, Kisumu, e Kisii, na província de Nyanza; Transnzoia, Nandi, Uasin Gishu, na província de Rift Valley, e ainda, dar formação e habilitar trabalhadores comunitários de saúde, para trabalharem directamente com as comunidades locais em acções de cuidados primários e preventivas. As acções de formação foram subvencionadas e promovidas pelo *Menu Bahá'í Institute*. O desenho do projecto seguia um modelo usado com sucesso por Comunidades Bahá'ís em outros países Africanos, nomeadamente em Burkina-faso, Chade, Uganda e Zâmbia. Teve início em 1986 e abrangeu mais de 200 aldeias no país.

Existe ainda uma terceira categoria de projectos, conhecida como *categoria de projectos avançados*. São projectos de alta complexidade. Alguns projectos bahá'ís deram origem a instituições e agências com um nível estrutural mais complexo, que desenvolveram uma rede de contactos e parceiros mais substancial e com maior capacidade de mobilizar recursos humanos e financeiros para actuarem em diversas linhas, localmente e transnacionalmente. São, na realidade, projectos que ganharam vida própria e que originaram outros sub-projectos, com capacidade de serem reproduzidos, com todos os expedientes necessários, em outros países. Passo a citar alguns casos:

⁷⁶ É de responsabilidade da **Bahá'í International Health Agency (BIHA)**.

- **The Masetlha Foundation: Health, Literacy, & Education in Zâmbia** – é uma agência Bahá'í, que foi fundada em 1995, sob a tutela da Assembleia Espiritual Nacional dos Bahá'ís do Zâmbia. Sua concepção orientou-se na proposta bahá'í de fomento à educação para o desenvolvimento, e, portanto, sob a óptica dos princípios bahá'ís. A *Fundação Masetlha* fundou a *Escola Internacional Secundária Banani* (em 1995), no distrito de Chisamba e o *Instituto William Masetlha* (em 1983), em Lusaka, ambos na Zâmbia. A *Escola Internacional Secundária Banani* tem como principal objectivo aprofundar o conhecimento dos seus alunos acerca dos princípios bahá'ís e oferecer formação nas áreas de saúde, alfabetização e competências voltadas para o comércio. O *Instituto William Masetlha* foi criado, particularmente, para desenvolver competências profissionais nas áreas de tecnologia rural, agrícola, produção de alimentos, artesanato, higiene e saúde, entre outras competências práticas. O conteúdo técnico leccionado em ambos os centros de ensino era desenvolvido dentro de uma proposta interdisciplinar, associando os ensinamentos bahá'ís ao conteúdo técnico. A ideia central era incentivar os alunos a reconhecerem os preceitos espirituais valorativos no trabalho. No âmbito dos programas educacionais de combate à iliteracia da Fundação, foi dada especial atenção aos jovens e às mulheres. O Projecto *Health, Literacy, & Education in Zâmbia* foi resultado de um projecto-piloto implantado à priori no Camboja e na Guiana, em 1994. Em 1996, o projecto foi reproduzido na Colômbia, Etiópia, Gana, Malásia, Tailândia e Panamá.

- **Canadian Bahá'í International Development Agency (CBIDA)** – é uma agência de desenvolvimento social e económico criada pela a Comunidade Bahá'í do Canada. Foi estabelecida no início dos anos 80, com o objectivo de subvencionar projectos e actividades locais e internacionais, da iniciativa de Comunidades e Agências bahá'ís pelo mundo. A CBIDA (sigla em inglês) provê fundos financeiros, mobiliza parcerias no âmbito dos projectos, apoio técnico e logístico, bem como oferece assistência no desenvolvimento dos programas dos projectos, e também apoio na gestão e avaliação dos mesmos. Esta agência tem apoiado projectos nas seguintes áreas e países: Rádio Comunitária Bahá'í, no Equador; programas de cuidados primários na saúde, no Quênia, Burkina-faso, Zâmbia e Uganda; desenvolvimento rural e implantação de tecnologias de estufa, na Bolívia; promoção de abordagens integradas no desenvolvimento rural, no Haiti; programas de literacia e formação

vocacional, na Índia; empoderamento dos jovens agricultores nas comunidades rurais, em Honduras e na Colômbia⁷⁷.

- **Institute for Studies in Global Prosperity** – fundado em 1999, com sede em Nova York, é uma agência da Comunidade Bahá'í Internacional. O ISGP é uma organização sem fins lucrativos voltada para o ensino e para as práticas educativas. As actividades do Instituto são motivadas pelos princípios e os ideais da Fé Bahá'í. O Instituto produz e/ou viabiliza estudos, pesquisas, publicações, promove e financia ainda eventos, tais como: encontros, congressos, seminários, cimeiras, etc. O ISGP promoveu, recentemente, um congresso internacional sobre ciência, religião e desenvolvimento, cujo principal objectivo foi debater sobre o papel que os recursos religiosos e científicos desempenham no desenvolvimento social e económico. A missão geral desta agência é procurar desenvolver mecanismos para explorar e criar novos conceitos e modelos de transformação social.

2.6. Considerações Finais

Se adoptarmos a forma de caracterização do Banco Mundial acerca dos tipos de organizações não-governamentais verificaremos, a partir dos exemplos de projectos bahá'ís aqui expostos, que dado o seu enquadramento profissional, a Comunidade Bahá'í Internacional tanto pode ser reconhecida como uma ONGI “Operacional” – pois trabalha com a concepção, gestão e execução de projectos na área do desenvolvimento, prestando ainda serviços localmente e transnacionalmente – como pode também ser reconhecida como uma organização não-governamental internacional “Activista” – tendo em vista o facto de estar sensivelmente engajada na defesa e na promoção dos direitos humanos em todas as suas vertentes. Da mesma forma, as suas acções e actividades almejam o esclarecimento do senso comum e dos decisores políticos acerca de temáticas sociais, políticas e culturais.

No que respeita às estratégias de actuação da BIC e da capacidade desta de aproveitar as oportunidades políticas numa escala global, de acordo com o Secretário

⁷⁷ Fonte: Canadian Bahá'í International Development Agency (CBIDA) – <http://www.cbida.ca/index.html>
Acesso: 20/08/2010.

Nacional para Assuntos Externos da Comunidade Bahá'í do Brasil, Dr. Iradj Eghrari⁷⁸, além de ser a entidade que representa os bahá'ís junto das Nações Unidas, a BIC é também quem determina a pauta de trabalho e os eixos temáticos na área de assuntos internacionais e de relação com os governos dos países e organizações internacionais. A propósito da temática dos Direitos Humanos, um exemplo prático do esquema de *inputs* feitos pelos órgãos representativos das Comunidades Bahá'ís junto da BIC reflecte-se no trabalho de concepção do documento "*Guiding Principles on Extreme Poverty and Human Rights*"⁷⁹. Este documento foi feito com o intuito de auxiliar as Nações Unidas no desenvolvimento dos "Guiding Principles" para a erradicação da pobreza no mundo. Para realizar este trabalho, na qualidade de representante da sociedade civil e entidade parceira, a Comunidade Bahá'í Internacional entendeu que deveria promover uma consulta a vários países, solicitando particularmente aos países directamente afectados pelo flagelo da pobreza uma participação mais activa. A ideia central era recorrer às impressões concretas daqueles que efectivamente lidam diariamente com a realidade da pobreza em seus contextos nacionais. Dentro desta linha de acção, a BIC organizou discussões com as Comunidades Bahá'ís de 10 países (de entre os quais o Brasil) abrangendo os cinco continentes. A proposta aqui era obter desses países um panorama completo sobre a situação da pobreza e suas condicionantes nos seus territórios. Para o efeito, cada país usou uma metodologia, no caso do Brasil, por exemplo, foram promovidos debates públicos com representantes de comunidades carenciadas, do legislativo e de organizações não-governamentais. Os resultados recebidos pela BIC foram apresentados às Nações Unidas e incorporados ao documento em questão, sendo este oficialmente apresentado ao mundo em 2007.

A BIC procura, através de acções como estas, sensibilizar e influenciar as esferas decisórias nacionais, através da mobilização das suas redes e parceiros transnacionais, funcionando sob uma óptica de retro alimentação, ou seja, ora recebendo *inputs* dos seus pares e preparando os *outputs* para a ONU e seus organismos, ora sendo a própria BIC responsável por fazer os *inputs* (vindos da ONU) para as Comunidades Bahá'ís e receber os *outputs* destas, como no exemplo supracitado.

⁷⁸ Informações obtidas através de um contacto directo com o Dr. Iradj Eghrari, em carácter informal.

⁷⁹ Guiding Principles on Extreme Poverty and Human Rights - <http://www.bic.org/statements-and-reports/bic-statements/07-0901.htm> e <http://www.un-ngls.org/spip.php?article569>

Capítulo III

3.0. Comunidade Bahá'í do Brasil

Através da SASG – Secretaria Nacional de Acções com a Sociedade e o Governo da Comunidade Bahá'í do Brasil os bahá'ís do Brasil desenvolvem acções e projectos voltados para os direitos humanos, designadamente igualdade de raça e de género, promoção da paz, educação em direitos humanos, entre outros temas. Esta Secretaria está subdividida em três coordenações, nomeadamente a *Coordenação de Relações Institucionais*, que faz a interface e articulação com órgãos governamentais, entidades da sociedade civil e organismos internacionais com sede no Brasil; a *Coordenação Diplomática*, que interage com as embaixadas, consulados e seus representantes no Brasil; e a *Coordenação de Projectos*, cuja principal função é a de influenciar o fomento de políticas públicas ligadas às questões dos direitos humanos. Os trabalhos desta Secretaria são orientados e levados a cabo dentro da óptica dos cinco princípios da fé Bahá'í já mencionados no início deste estudo⁸⁰.

3.1. Projectos da Comunidade Bahá'í do Brasil

- **FNEDH – Fórum Nacional de Educação em Direitos Humanos:** O FNEDH foi criado em 2000. Inicialmente concebido como um projecto que se constituiria numa instância de diálogo em parceria com outras organizações, onde todos aqueles que vinham desenvolvendo acções voltadas para os direitos humanos no Brasil pudessem trocar experiências, foi posteriormente formalizado como uma entidade não-governamental. A Presidência do FNEDH é exercida desde a sua concepção pela Comunidade Bahá'í do Brasil. O Fórum vem desenvolvendo desde 2002 o projecto “*Quem é Quem na Educação em Direitos Humanos no Brasil*”, que consiste na realização de um levantamento do que existe no Brasil em termos de educação em direitos humanos, quer nas áreas da educação formal, como

⁸⁰ Fonte: Comunidade Bahá'í do Brasil – <http://sasg.bahai.org.br/p/quem-somos.html> Acesso: 02/08/2010

também informal. Este levantamento permitiu a elaboração de uma ampla base de dados, intitulada “*Banco de Dados do FNEDH*”⁸¹ onde estão contidos materiais e projectos concebidos por entidades e especialistas que trabalham com educação em direitos humanos no Brasil. Em Setembro de 2003, na sua segunda fase, intitulada *Avaliação e Perspectivas*, o “*Banco de Dados*” do Fórum contou com o apoio da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República do Brasil e da UNESCO, e focou-se no aperfeiçoamento e ampliação do alcance da base de dados, além de disponibilizá-la via Internet para consulta do público em geral. Hoje, o “*Banco de Dados*” conta com mais de 400 ONGs e grupos de base filiados. Paralelamente ao “*Banco de Dados*” o Fórum também desenvolveu um projecto denominado “*Passarela dos Direitos Humanos*”, cuja proposta se prende à criação de 30 painéis que destacam os 30 artigos da Declaração dos Direitos do Homem, e de um manual com actividades pedagógicas que abordam igualmente os ideais da referida Declaração, de forma prática e lúdica. Essas actividades são principalmente projectadas para alunos do 1º ao 2º ciclo do ensino básico. Os painéis vêm sendo expostos em diversas escolas públicas e privadas do Distrito Federal e do Rio de Janeiro, bem como em Conferências no Brasil e Internacionais. O FNEDH também vem dando outros frutos, como, por exemplo, a promoção de acções de formação, seminários e workshops relacionados ao universo dos direitos humanos voltados para activistas e funcionários do poder judiciário, legislativo e executivo no Brasil, bem como a disponibilização do seu know how técnico para a execução e participação na implantação de diversos projectos, e cito aqui o “*Plano Operativo Local do Plano Técnico de Articulação de Rede de Promoção dos Direitos da Pessoa Idosa (Plantar)*”. Este é um projecto do Governo Federal do Brasil que visa a integração de políticas públicas para a terceira idade numa agenda comum de trabalho entre governos e sociedade civil, a fim de permitir uma uniformização nacional dessas políticas e o desenvolvimento de acções de valorização da pessoa idosa no Brasil. O FNEDH compartilha, ainda, a gestão de outros projectos com a Comunidade Bahá’í do Brasil e outras entidades, como veremos a seguir.


⁸¹ O **Banco de Dados do FNEDH – Fórum de Educação em Direitos Humanos** pode ser acessado através do endereço electrónico www.forumedh.org.br. Data do acesso: 25/04/2010.

Figura 15⁸² – Painel da “Passarela dos Direitos Humanos”

passarela dos **direitos humanos**




Artigo 1º

*Todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos.
São dotados de razão e consciência e devem agir em relação
uns aos outros com espírito de fraternidade.*



***“Liberdade, Igualdade e Fraternidade,
é tudo que precisa a humanidade
com força para lutar pela verdade,
solidadriedade para acabar com
a desigualdade”***

*“Liberdade, Igualdade e Fraternidade
(Zero Coletivo)”*



⁸² Fonte: Google Grupos – http://groups.google.com.br/group/direitos-humanos_humanidade/web/bahs-celebram-os-60-anos-da-declarao-de-direitos-humanos Acesso: 01/09/2010

Figura 16 – Projecto: “Banco de Dados do Fórum Nacional de Educação em Direitos Humanos” – FNEDH⁸³

Brasília, 3 de Setembro de 2010 Voltar ao Site

Fórum Nacional de Educação em Direitos Humanos

• PESQUISA DE MATERIAL • PESQUISA DE INSTITUIÇÃO • PESQUISA DE FINANCIADORES

Foram encontrado 623 Registros

MATERIAL	INSTITUICAO	PUBLICO ALVO	UF
Defesa dos Direitos da Criança	Universidade de São Paulo-Comissão de Direitos Hum	Crianças	SP
Diálogos sobre Violência Doméstica e de Gênero - construindo políticas públicas	Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres	Comunidade em Geral	DF
Empoderamento das Mulheres: Avaliação das Disparidades Globais de Gênero	Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres	Comunidade em Geral	DF
Encontro Nacional Pensando Gênero e Ciências	Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres	Comunidade em Geral	DF
I Encontro Estadual de Direitos Humanos	Fundação de Defesa dos Direitos Humanos Margarida Maria Alves	Outros	PB
JUSTIÇA TERAPÊUTICA	CADEC - Centro De Apoio e Defesa da Cidadania	Adultos	RJ
Mulheres no topo de carreira: flexibilidade e persistência	Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres	Adultos	DF
Pesquisa em Mortalidade Infantil e Causas de Mortalidade Infantil e Causas de Mortalidade de Jovens e Crianças	Universidade de São Paulo-Comissão de Direitos Hum	Crianças	SP
Racismo e anti-racismo: uma questão social em debate	UNISC - UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL	Funcionários do Governo	RS
Violência Sexual no Brasil: perspectivas e desafios	Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres	Comunidade em Geral	DF
1º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero: redações e trabalhos científicos monográficos premiados	Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres	Comunidade em Geral	DF
2º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero: redações e trabalhos científicos monográficos premiados	Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres	Comunidade em Geral	DF
A Anistia Internacional e a globalização dos Direitos Humanos	CDDH-JOÃO PEDRO TEIXEIRA	Outros	PB
A ARTE DE OUVIR ATRAVÉS DE UMA ESCUTA ATIVA	SECRETARIA DA OUYIDORIA GERAL E DO MEIO AMBIENTE	Jovens	CE
A Cara do Brasil (Oficina de Teatro)	Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos de Açailândia-Ma	Crianças	MA
A Conquista da Cidadania e os Direitos Humanos	Grupo Tortura Nunca Mais	Funcionários do Governo	BA
A Cultura na origem afro-brasileira	Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos de Açailândia-Ma	Crianças	MA
A Era da Consciência	Fundação Peirópolis	Adultos	SP
A escola que faz diferença	CECIP - Centro de Criação de Imagem Popular	Outros	RJ
A Família Esperta	Centro Dom Helder Camara de Estudos e Ação Social	Adultos	PE

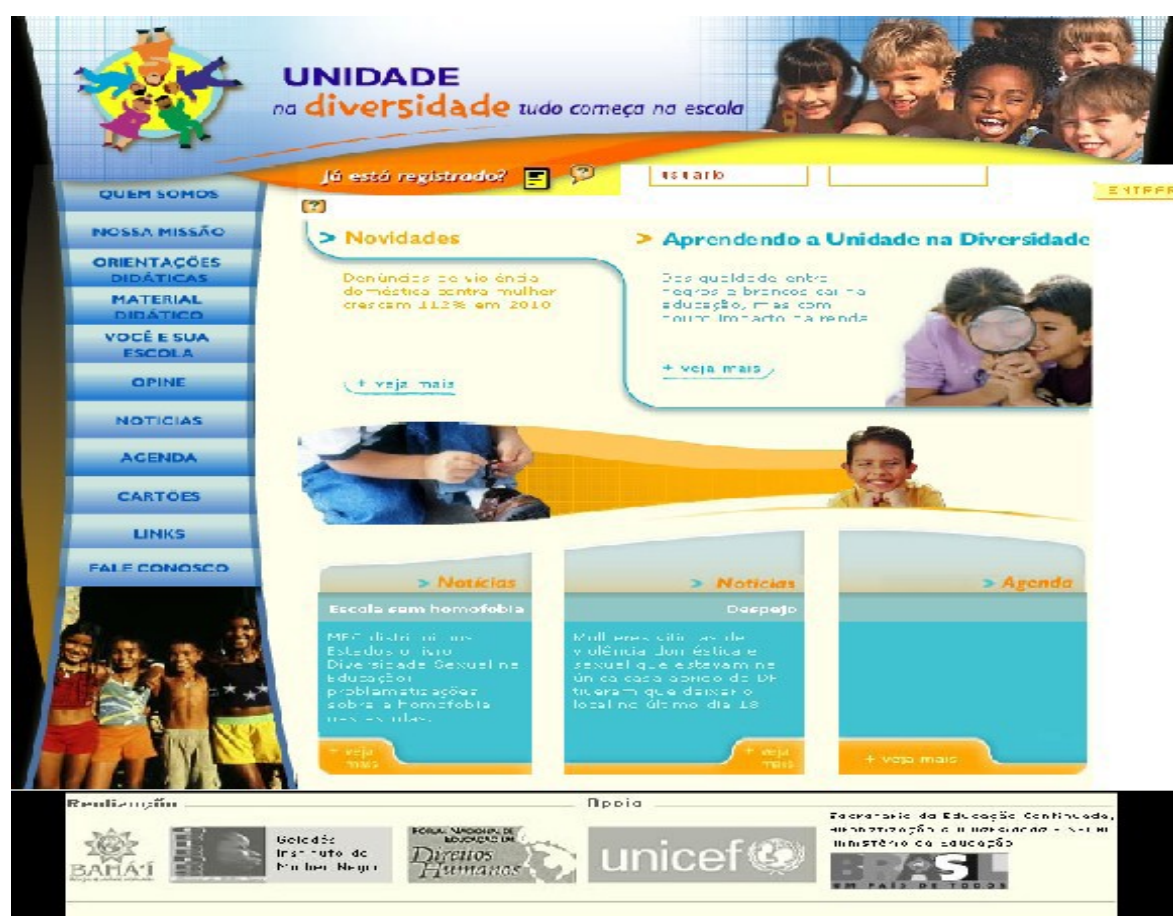
Página de 1 a 32

| Pesquisa de Material | Pesquisa de Instituição | Pesquisa de Financiadores | Voltar ao Site |

⁸³ Fonte: Site do FNEDH – www.forumedh.org.br Acesso: 03/09/2010

- **Projecto Educadores pela Diversidade** – Este projecto deu origem ao portal “Unidade na Diversidade”⁸⁴. É resultado de um empenho conjunto entre a Comunidade Bahá’í do Brasil, o Fórum Nacional de Educação em Direitos Humanos, o Geledés – Instituto da Mulher Negra e o UNICEF, contando, ainda, com o apoio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) do Ministério da Educação do Brasil. O portal pretende oferecer à comunidade educacional brasileira ferramentas para lidarem com questões de preconceito e discriminação com base no género, religião, etnia, entre outros, disponibilizando caminhos para a solução dos vários problemas com os quais se deparam os educadores. São facultados pelo portal materiais de suporte para a realização de actividades educacionais e um acervo de ideias e boas práticas que auxiliam aos educadores no seu dia-a-dia na escola. O Portal funciona também como um “ponto de encontro” onde os educadores podem “trocar experiências”.

Figura 4 – Projecto: *Unidade na Diversidade*



⁸⁴ Portal Unidade na Diversidade – <http://www.unidadenadiversidade.org.br/>
Data do acesso: 03/09/2010.

- **Campanhas, Colaborações e Activismo Social** – A Comunidade Bahá’í do Brasil também é activa na participação de movimentos que impulsionam a sua colaboração em outros projectos e que geraram campanhas de alcance nacional, como, por exemplo, o movimento “*Diálogos contra o racismo – Pela igualdade racial*” que deu origem à campanha “*Onde você guarda o seu racismo?*”. No âmbito da *III Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância*, em Durban, na África do Sul, em Agosto de 2001, surgiu uma aliança entre um conjunto de organizações da sociedade civil brasileira, nomeadamente a Comunidade Bahá’í do Brasil representada pela Sede Nacional de Brasília, e, ainda, o Observatório da Cidadania, Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Económicas (IBASE), Associação Brasileira de ONG (ABONG), Centro de Estudos Afro-Brasileiros – UCAM, Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA), Geledés/Instituto da Mulher Negra, Rede de Desenvolvimento Humano (REDEH), SOS Corpo Género e Cidadania, entre outras. Estas organizações iniciaram uma série de diálogos, a fim de fomentarem um processo de sensibilização de várias esferas da sociedade e de aproximação entre diferentes movimentos sociais, formalizando um fórum de debate que fosse capaz de conceber possíveis estratégias e propostas de acção na luta contra o racismo e de toda forma de discriminação. Para além da campanha, foi constituído um site (www.dialogoscontraoracism.org.br) com o objectivo de gerar espaço de debates reais e virtuais e, ainda, foi feita uma publicação intitulada “*Manual dos Diálogos contra o Racismo*”. O manual é uma espécie de compilação dos diálogos, informações jurídicas, posicionamentos sociais, instruções sobre condutas pertinentes à temática e exemplos de boas práticas. A Comunidade Bahá’í do Brasil integra igualmente o *Comité Brasileiro de Direitos Humanos e Política Externa*⁸⁵, juntamente com outras organizações da sociedade civil e governamentais, que visa o fortalecimento, a participação dos cidadãos e o controlo democrático da política externa brasileira no que respeita às temáticas e políticas afectas aos direitos humanos. A Comunidade é também filiada ao *Fórum Nacional de Defesa dos Direitos da Criança*⁸⁶ e do Adolescente cuja principal proposta é defender os direitos da criança e do adolescente, através da proposição,

⁸⁵ Comité Brasileiro de Direitos Humanos e Política Externa: <http://www.dhpoliticaexterna.org.br/> Acesso: 24/07/2010.

⁸⁶ Fórum Nacional de Defesa dos Direitos da Criança: <http://www.forumdca.org.br/> Acesso: 24/07/2010.

monitorização das políticas públicas respeitantes ao seu público-alvo e da mobilização social em volta dessa temática.

Figura 18 – Projecto: Diálogos Contra o Racismo “Onde você guarda o seu racismo?”⁸⁷



Figura 19 – Campanha: “Onde você guarda o seu racismo?”



- **Outros projectos** – A Comunidade Bahá’í do Brasil, em parceria com organismos internacionais e com o apoio do Governo Brasileiro estabeleceu também outros projectos de desenvolvimento económico e social, particularmente voltados para a educação formal, informal e cidadã, em diversas regiões do país. Em Brasília, fundou a Escola das Nações, que visa proporcionar uma educação direccionada para os conceitos de unidade na diversidade e de cidadania mundial; em Iranduba, no estado do Amazonas, criou o Instituto Politécnico Rural; em Manaus, também no

⁸⁷ Fonte: Diálogos contra o racismo – <http://www.dialogoscontraoracismo.org.br/> Acesso: 03/09/2010.

Amazonas, fundou a Escola Vocacional Massrour; na Ilha do Marajó, em Salvaterra, no estado do Pará, foi responsável pela criação do Centro Educacional De Salvaterra; em Porto Feliz, no Estado de São Paulo, fundou a Associação Monte Carmelo, que se dedica a educar crianças carentes da região, desenvolvendo uma série de actividades que pretendem possibilitar a inclusão social, digital e profissional de crianças dos 7 aos 14 anos de idade; fundaram ainda em Mogi Mirim, São Paulo, o Centro Educacional Bahá'í Soltaniéh. Na Bahia, desenvolve diversos projectos pontuais que pretendem contribuir para o desenvolvimento das populações carentes que vivem na da cidade de Salvador; entre outros projectos.⁸⁸

A Comunidade Bahá'í do Brasil procura ainda advogar contra as perseguições religiosas contra os bahá'ís e outras minorias religiosas no Irão e outro países através de campanhas, da mobilização dos media e do forte trabalho de lobbying que exerce junto dos deputados e ministros no Congresso Nacional brasileiro, com o intuito de exigir do Governo brasileiro um posicionamento firme de repúdio as acções terroristas e intolerantes dos Estados transgressores. O resultado deste trabalho tem se reflectido ao longo dos anos especialmente através dos vários pronunciamentos feitos pelos políticos brasileiros e pelas comissões da Câmara dos Deputados (como exemplo, cito a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Comissão dos Direitos Humanos e Minorias e a Comissão de Direitos Humanos). Acerca da matéria, exponho abaixo um trecho do pronunciamento do Senador Geraldo Mesquita:

“Recentemente, Senador Mão Santa, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, por provocação do Senador Cristovam Buarque, que acaba de fazer um pronunciamento, e do Senador Eduardo Azeredo, foi aprovado um voto de solidariedade a sete líderes iranianos da Fé Bahá'í. São cinco homens e duas mulheres cujo julgamento estava previsto para este último sábado e foi suspenso. Cogitações dão conta de que a suspensão desse julgamento pode ter se dado em virtude de pressão internacional. Não só o Senado Brasileiro se manifestou sobre a prisão desses líderes bahá'ís no Irã, como também diversos países da União Européia e a própria União Européia manifestaram, publicamente, opiniões acerca desse julgamento, em regra pedindo que o julgamento fosse justo (...) não importa se sejam tratados como religião ou como seita, merecem respeito, merecem

⁸⁸ Fonte: <http://www.bahai.org.br> – Acesso: 31/07/2010

liberdade e, sobretudo, merecem a vida. Por isso, faço este aparte e, ao mesmo tempo, peço ao Presidente da Mesa que seja lido o requerimento que está aí, vindo de uma junção da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e da Comissão de Direitos Humanos. É um apelo ao governo iraniano, para que essas pessoas não sejam vítimas daquele assassinato que por aí, às vezes, chama-se de pena de morte, o que não deixa de ser um assassinato feito sob autorização do Estado. Então, Sr. Presidente, está sobre a Mesa esse requerimento assinado pelo Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Eduardo Azeredo, e por mim, como Presidente da Comissão de Direitos Humanos, para ser enviado ao Itamaraty e, pelo Itamaraty, à Embaixada do Irã em Brasília.” (Senador Geraldo Mesquita – PMDB. 2009)⁸⁹

Figura 20 – Protesto e tentativa de sensibilização dos políticos brasileiros organizado pelos bahá'ís, a propósito da perseguição religiosa e política no Irã – Brasília/DF – Brasil – Jornal “Correio Braziliense” (o principal jornal da Capital Federal brasileira) – Junho de 2010.



⁸⁹ Senador Geraldo Mesquita – PMDB – Pronunciamento no Senado brasileiro. Novembro de 2009. <http://www.bahai.org.br/secext/arquivos/9-10-2009/Senador-Geraldo-Mesquita-aparte-Sen-Cristovam-Buarque-090713.pdf> Acesso: 12/09/2010. Ver outros pronunciamentos em: <http://sasg.bahai.org.br/>

3.2. Considerações Finais

Gostaria de reforçar aqui o esforço denotado através das acções dos bahá'ís do Brasil, no sentido de lançarem as bases na sociedade brasileira para a assimilação dos valores sociais, políticos e humanos propostos pela Fé. A Comunidade Bahá'í do Brasil tem conseguido através das suas parcerias, mobilizar recursos e empreender as estratégias necessárias para avançar com os seus propósitos.

Atenta às oportunidades políticas e a permeabilidade da esfera pública brasileira, a Comunidade Bahá'í do Brasil percebeu que poderia lograr em muitos dos propósitos sociais previstos pela Fé no contexto brasileiro. Para viabilizar e concretizar esta participação, a Comunidade Bahá'í do Brasil estabeleceu várias parcerias não apenas com organizações não-governamentais, mas, também, com agências governamentais brasileiras, tais como: a SEDH – Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, o Ministério da Educação, o Ministério da Justiça, o Ministério da Cultural, a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República do Brasil, a Câmara Legislativa Federal do Brasil, entre outros. Dividiu, portanto, o seu plano estratégico em dois grandes focos:

1) Actuação junto das esferas políticas

A Comunidade Bahá'í busca gerir esforços para contribuir nos processos de elaboração, divulgação e organização de várias conferências municipais, estaduais e nacional de iniciativa do Governo brasileiro, contando com a parceria de entidades proeminentes que compõem o terceiro sector.

Os bahá'ís do Brasil têm realizado uma série de conferências, voltadas, na sua grande maioria, para temas como: o Empoderamento das Mulheres; Juventude; Liberdade Religiosa e Paz. Cooperaram ainda na área orçamentária, tendo conseguido incluir um total de cinco emendas no Plano Plurianual – 2004-2007, por intermédio dos Deputados Orlando Fantazzinni, de São Paulo e Eduardo Barbosa, de Minas Gerais. Estas emendas possibilitaram alterações nos textos dos programas desenvolvidos pelo Governo Federal, permitindo que fossem contemplados nestes programas matérias como: direitos humanos e educação em direitos humanos, violência doméstica, juventude, entre outras.

2) Estabelecimento de parcerias – fortalecimento das suas redes de activismo

Os diversos contactos realizados no âmbito do trabalho e dos projectos desenvolvidos pelos bahá'ís do Brasil permitiram o estabelecimento de diversas parcerias e de uma ampliação da zona de alcance das redes bahá'ís brasileiras. Este alargamento propicia uma acentuada expansão da área de influência dos bahá'ís sobre as instâncias políticas decisórias no Brasil.

CONCLUSÃO

Esta dissertação procurou reflectir um trabalho de investigação sobre as relações, *modus operandi* e motivações dos bahá'ís sob a perspectiva da acção em rede, bem como a essência do cariz activista das redes que estabelecem entre si e com outras organizações sociais.

Outra preocupação que perseguiu-me ao longo desta dissertação foi realizar uma análise empírica acerca do perfil da Comunidade Bahá'í não apenas como uma entidade religiosa, mas como uma organização que transcende a valência da religião, assumindo também outros papéis sociais.

No que respeita ao facto de a Comunidade Bahá'í e os seus adeptos, tendo em vista os ensinamentos e determinações do fundador da Fé, declararem-se apartidários não significa, necessariamente, que os bahá'ís sejam *apolíticos*. Todo ser ou instituição inserida na sociedade é político. Tal elucidação pode ser corroborada num dos ensinamentos de Bahá'u'lláh citado pelos autores Hatcher e Martin:

“The Bahá'í principle of noninvolvement in politics does not prevent Bahá'ís from taking public positions on purely social and moral issues. Indeed, over the years Bahá'ís have been at the forefront of action on several social issues such as racial equality and non-discrimination”⁹⁰.

O termo “*política*” deriva do grego antigo *politeía*, que aludia a todas as acções e procedimentos concernentes à *pólis* (que pode ser interpretado como: cidade-Estado, comunidade organizada, sociedade, etc.). Logo, a política diz respeito ao espaço público e a todas as matérias pertinentes a sociedade. A política é o reflexo ou, se quisermos, a materialização das interacções e instituições sociais mais ou menos complexas criadas e reforçadas por todos nós, de forma directa ou indirecta, através das quais as sociedades e os seus cidadãos vêem-se representados.

Quando interferimos activamente na coisa pública individualmente ou através de estruturas representativas sociais (ONG, movimentos sociais, conselhos, fóruns, etc.),

⁹⁰HATCHER, William S. and MARTIN, J. Douglas. “The Bahá'í Faith: The Emerging Global Religion”. San Francisco: Harper and Row (1985). Pág. 81-84.

utilizando as várias ferramentas participativas de que dispomos, ainda que não estejamos ligados a qualquer tipo de partido político (afinal os partidos políticos são meros instrumentos do acto de se fazer política, porém, não são os únicos), confirmamo-nos como seres políticos. Da mesma forma, ao deliberadamente nos posicionarmos de forma apática ou alienada diante dos acontecimentos que dizem respeito à polis estamos *sim* agindo politicamente, porém de forma *passiva*. Ora, o simples acto de nos abstermos do direito de participação na coisa pública já é, por si só, um acto político.

A participação social e política dos bahá'ís é pragmática e orientada para os resultados, e, dentro desta perspectiva, as estruturas de oportunidades políticas de cada território onde encontram-se alocados devem ser observadas e estudadas em todas as suas nuances. Quanto mais democrático e permeável for o tecido político e social de um determinado Estado, maior serão as possibilidades de engajarem-se em acções que privilegiem a advocacia social e seus instrumentos, ou seja, mais pronunciadas serão as suas pressões activistas na base do provimento da máquina política, onde são lançadas as propostas que eventualmente transformar-se-ão em políticas públicas. É nessa base que os bahá'ís ficam mais próximos da possibilidade de materializarem o projecto de desenvolvimento bahá'í, ainda que o processo seja moroso.

De acordo com Sarfati, “quanto mais institucionalizados forem os países, maior será a influência dos actores não-estatais”, uma vez que, [assumindo-se que existe uma governança global] “as estruturas de cooperação dessa governança tendem a legitimar as actividades transnacionais, alargando a influência desses actores na construção da regulamentação internacional (...).”⁹¹

Em contrapartida, numa escala global, quanto mais os Estados forem capazes de manipular ou refrear as estruturas de oportunidades políticas, menor será a capacidade dos agentes não-estatais de exercer qualquer tipo de influência no que respeita às políticas públicas e, particularmente, sociais desses países.

Transpondo este pensamento para o caso dos bahá'ís, no contexto interno dos Estados, quanto mais fechadas e restritivas forem as estruturas de oportunidades políticas internas, e, portanto, os níveis de constrangimentos políticos locais, mais discretas serão as iniciativas activistas dos bahá'ís regionalmente e mais frequentemente serão accionadas as

⁹¹ SARFATI, Gilberto. “Teorias de Relações Internacionais”. São Paulo: Editora Saraiva (2005). Pág. 155-169.

redes de activismo transnacionais bahá'ís, como forma de “compensar” ou contrabalançar a supressão ou diminuição do direito de exercerem uma cidadania plena, enquanto indivíduos e organização social. Em outras palavras, diante de um quadro de limitação da mobilidade participativa, as TAN's bahá'ís transformam-se em instrumentos de contestação política e social, pressionando de fora para dentro.

Os bahá'ís se depararam com contextos e estruturas políticas sensivelmente distintas nos locais onde se estabeleceram, não obstante, suas acções políticas são muito mais activas em países que propiciam, em função do desenvolvimento da sua história política, uma democracia mais participativa, como, por exemplo, seria o caso dos Estados Unidos, da Austrália, do Canadá ou do Brasil. Esses países contemplam ferramentas em seus escopos jurídicos e constitucionais que permitem que as redes de activismo se estabeleçam internamente, interfiram e reduzam, de certa forma, o isolamento e a impotência dos cidadãos diante daqueles que manuseiam a política do país (aqui refiro-me aos políticos). São exemplos de democracias mais porosas, ou seja, mais propensas aos *inputs* de organizações não estatais, portanto, muito mais susceptíveis à *influência* da sociedade civil ou do chamado “terceiro sector”. O que não significa, necessariamente, que esses países sejam mais justos ou tenham mais sucesso em termos de políticas públicas mais eficientes na área social ou qualquer outra, uma vez que, existem uma série de outros factores que devem ser equacionados numa análise deste tipo (ex: tipo de gestão governamental; agenda política, idoneidade e compromisso dos decisores públicos da maquina política, etc.). Na realidade, o que se pretendeu ponderar aqui são os níveis de abertura política dos países e as possibilidades que esses níveis de abertura oferecem aos bahá'ís no âmbito do intento destes de estabelecerem uma nova ordem mundial, pretensamente mais justa e igualitária, sob o ponto de vista bahá'í, e não os níveis de sucesso da política interna desses países. No caso português, a exemplo de países como a Espanha e França essas oportunidades de se exercer influência sobre os outcomes da política interna através dos bastidores pode afigura-se numa tarefa mais complexa. Nesses contextos, tendo em vista a cultura política desses países, o activismo em forma de confronto (ex.: passeatas, campanhas, manifestações públicas de repúdio, etc.) é mais utilizado em detrimento da *advocacia social* ou do *lobbying*, sendo a segunda prática pouco usual e a última ainda vista de forma consideravelmente desconfiada. O facto aqui é que os bahá'ís encontraram no contexto europeu estruturas de oportunidades políticas mais fechadas, o que limita a sua capacidade de interferência na coisa pública e de “implantação” das premissas do projecto de desenvolvimento bahá'í. Com o intuito de

difundir e ampliar as áreas de participação da Fé por toda a Europa, a actuação dos bahá'ís na Europa dá-se mais através da criação de fóruns e entidades de promoção da Fé Bahá'í e de suas propostas dentro da perspectiva dos *cinco princípios bahá'ís*, como o European Baha'i Business Fórum, o European Baha'i Youth Council e as Associações para Estudos Bahá'ís espalhadas por várias localidades na Europa.

Convinha, contudo, observarmos que em se tratando de oportunidades políticas nem todo Estado é completamente “aberto” ou “fechado”. Estas variantes modificam-se de acordo com a cultura, com o momento, com a temática em pauta e com o projecto político de cada Estado. Podemos perceber as agendas políticas dos Estados em dois grupos: “alta importância” (cumpra os interesses do Estado, principalmente do ponto de vista da política e relação externa; determina ascensões nas relações de poder entre os Estados) e “baixa importância” (cumpra os interesses imediatos do povo no âmbito do cenário interno; embora causem satisfação do ponto de vista das relações internas, não implica em aumento de poder no cenário externo; existe aqui o factor “flexibilidade”, ou seja, tais políticas podem ser alteradas e ajustadas conforme as necessidades e estratégias dos governos, permitindo, muitas vezes, uma certa relativização dos direitos essenciais)⁹². É aqui que poderemos perceber o maior *desafio* dos bahá'ís no que concerne ao projecto de desenvolvimento que propõem à escala global, qual seja: a *agenda dura* dos Estados, ou seja, a “verdadeira” agenda dos Estados. Cada Estado tem uma proposta essencial de desenvolvimento a médio e longo prazo, que dá origem a todas as outras agendas desenvolvidas por cada Estado, a despeito de qualquer mudança de governo. Por exemplo, o governo Estadunidense pode desenvolver uma série de agendas devidamente orientadas por áreas e que contemplem os *inputs* feitos pelos grupos de pressão internos e externos, mas existem sempre três agendas que se sobrepõem à todas as outras: segurança interna, poder militar e economia. No caso brasileiro, a agenda mais importante é a economia. Sendo o Brasil um país com profundas desigualdades sociais, mas cuja *agenda dura* é pautada e consideravelmente direccionada para o sucesso e crescimento económico, a tarefa do bahá'ís torna-se assaz ambiciosa e exaustiva. Os bahá'ís têm de, literalmente, convencer as esferas políticas de que o “social” deve ser o foco do país e que as políticas para a educação, cultura e saúde dever vir em primeiro lugar. Por mais lobbying que façam e parcerias que

⁹² É uma nova forma de pensar os conceitos de alta *política* (assuntos militares e estratégicos) e baixa *política* (factores sociais, económicos e culturais) dentro de uma perspectiva coerente com os tempos actuais.

estabeleçam com organizações e agências inclusivamente estatais, os resultados são sempre morosos.

Para finalizar, a percepção geral que tenho, não apenas dos bahá'ís, mas, também, de outras instituições religiosas, que de maneiras diferentes buscam trazer à tona a importância dos valores sociais e humanos na concepção das políticas públicas, pode ser expressa através das palavras de Hondagneu-Sotello, em sua obra *God's heart has no borders*:

“(…) They are not interested in imposing their religious beliefs or ways of life on others. Rather, they use their religious ideals to help make a society that transcends the limitations of the modernist, rigid imagination of the nation-state. In this way, progressive religion can contribute to democracy and pluralism.”⁹³ *(sobre os activistas das entidades religiosas)*

Se o projecto de desenvolvimento Bahá'í contempla um mundo menos desigual socialmente e economicamente, assim como o respeito aos direitos da pessoa humana, por mais Kantiana que esta visão possa parecer, então o projecto de desenvolvimento bahá'í não pertence apenas aos bahá'ís, mas a todos nós, crentes ou não.

⁹³ HONDAGNEU-SOTELO, Pierrette. “God's Heart Has No Borders: How Religious Activists Are Working for Immigrant Rights”. Berkeley: University of California Press (2008). Pág. 194.

BIBLIOGRAFIA GERAL

ARENDT, Hannah. “O que é política?” Rio de Janeiro: Bertrand Brasil (2002)

BECKFORD, James. “New Religious Movements and Rapid Social Change”. Paris and London: UNESCO/Sage Publications (1986).

CASTELLS, Manuel. “A Sociedade em Rede”. São Paulo: Paz e Terra (1999).

CASTLES, Stephen. “Globalização, transnacionalismo e novos fluxos migratórios”. Lisboa: Fim de Século (2005).

DIANI, Mario. e McADAM, Doug. “Social Movements and Networks”: Relational Approaches to Collective Action. Oxford: Oxford University (2003).

DURKHEIM, Émile. “O Suicídio, Estudo Sociológico”. Lisboa: Editorial Presença (2001).

GOHN, Maria da Glória. “Novas Teorias dos Movimentos Sociais”. São Paulo: Edições Loyola (2008).

GOHN, Maria da Glória. “Teorias dos Movimentos Sociais – Paradigmas Clássicos e Contemporâneos”. São Paulo: Edições Loyola (2007).

HABERMAS, Jürgen. “Between Facts and Norms”. London: Polity Press (1996). Pág. 360.

HABERMAS, Jürgen. “A inclusão do outro – estudos de teoria política”. São Paulo: Ed. Loyola (2002).

HONDAGNEU-SOTELO, Pierrette. “God's Heart Has No Borders: How Religious Activists Are Working for Immigrant Rights”. Berkeley: University of California Press (2008).

JACOBI, Pedro R. “Descentralização municipal e participação dos cidadãos: apontamentos para o debate”, Revista Lua Nova/ nº 20 (1990)

JACOBI, Pedro. “Participação e gerência dos serviços de saúde: desafios e limites no município de São Paulo”, Revista de Administração Pública/ Volume 26, nº 02 (1992)

KECK, M. and SIKKINK, K. “Activists Beyond Borders. Advocacy Networks in International Politics”. Ithaca, NY: Cornell University Press (1998).

KITSCHOLT, Herbert. “Political Opportunity Structures and Political Protest: Anti-Nuclear Movements in Four Democracies”, British Journal of Political Science. Vol. 16, Issue I (1986) - P. 57-85.

McADAM, Doug e SNOW, David. “Introduction, Social Movements: Readings on Their Emergence, Mobilization, and Dynamics”. Los Angeles: Roxbury Publishing Company (1997).

McADAM, Doug, McCARTHY, John D. and ZALD, Mayer N. “Comparative Perspectives on Social Movements: Political Opportunity, Mobilizing Structures and Cultural Framings”. New York: Cambridge University Press (1996).

MELUCCI, Alberto. “The process of collective identity”, *em*: KLANDERMANS, Bert, JOHNSTON, Hank. “Social Movements and culture”. Minneapolis: University of Minnesota Press (1995).

MERTON, Robert King. “Sociologia: Teoria e estrutura”. São Paulo: Editora Mestre Jou (1970).

PORTES, Alejandro. “Estudos sobre as migrações contemporâneas. Transnacionalismo, empreendedorismo e a segunda geração”. Lisboa: Fim de Século (2006).

SARFATI, Gilberto. “Teorias de Relações Internacionais”. São Paulo: Editora Saraiva (2005).

STEIN, Lorenz Von. “The history of the social movement in France from 1789 to the Present (1850)” – Tradução de MENGELBERG, Kaethe. NY: Bedminster Press (1964) in AGAMBEN, Giorgio. Movement. Makeworlds (2005).

TARROW, Sidney. “Power in Movement: Social Movement and Contentious Politics”. New York: Cambridge University Press (1998).

TARROW, Sidney. "Transnational Politics - Contention and Institutions in International Politics". Cornell University, Ithaca New York (2001).

TARROW, Sidney. "The New Transnational Activism". New York: Cambridge University Press (2005).

TARROW, Sidney. "Beyond Globalization: Why Creating Transnational Social Movements is so Hard and When is it Most Likely to Happen" (2001). Disponível online em: <http://www.antenna.nl/~waterman/tarrow.html>

TILLY, Charles. "Stories, Identities, and Political Change". NY: Rowman & Littlefield Publishers, INC. (2002).

BIBLIOGRAFIA BAHÁ'Í

BAHÁ'U'LLÁH. "O Kitáb-i-Aqdas: o Livro mais Sagrado". Wilmette, Illinois: US Bahá'í Publishing Trust (1873).

BAHÁ'U'LLÁH. "Gleanings From the Writings of Bahá'u'lláh". Wilmette, Illinois: US Bahá'í Publishing Trust (1990).

EFFENDI, Shoghi. "God Passes by". Wilmette, Illinois: US Bahá'í Publishing Trust (1944).

EFFENDI, Shoghi. "The Advent of Divine Justice". Wilmette, Illinois: Bahá'í Publishing Trust (1938).

EFFENDI, Shoghi. "Prelude to Prodigious Expansion" and "A Planetary Spiritual Crusade", in "Messages to the Bahá'í World: 1950–1957". Wilmette, Illinois: US Bahá'í Publishing Trust (1971). Também disponível em: <http://reference.bahai.org/en/t/se/MBW/mbw-71.html#gr5>

HASSALL, Graham. "The Bahá'í Faith", in GILLMAN, Ian – "Many Faith, One Nation". Australia: Collins (1988).

HATCHER, William S. and MARTIN, J. Douglas. “The Bahá’í Faith: The Emerging Global Religion”. San Francisco: Harper and Row (1985).

MOHIMAN, Shafa. “Política – Uma Perspectiva Bahá’í”. São Paulo: Editora Bahá’í do Brasil (2001).

MOMEN, Moojan. “A short introduction to the Bahá’í Faith”. Oxford: Oneworld (1997).

SMITH, Peter. “Iranian Bahá’í Diaspora in Studies”, *in* “Bábí and Bahá’í History - Volume three: In Iran”. United States of America. Kalimát Press: Independent Bahá’í Publisher (1986).

TAHERZADEH, Adib. (1984). “The Revelation of Bahá'u'lláh, Volume 3: `Akka, 1868-77”. Oxford: George Ronald (1984).

DOCUMENTOS EM FORMATO ELECTRÓNICO

Declaração sobre a eliminação de todas as formas de intolerância e discriminação baseadas em religião ou crença (Resolução n.º 36/55). ONU

http://www.acime.gov.pt/modules.php?name=Downloads&d_op=getit&lid=52

Declaração Universal dos Direitos Humanos

www.unhchr.ch/udhr/lang/por.htm

Discrimination against religious minorities in Iran / CERD – August, 2003 – Fédération Internationale des Droits de l'Homme – FIDH – 63rd Session of the Committee on the Elimination of Racial Discrimination – P. 11

<http://www.fidh.org/IMG/pdf/ir0108a.pdf>

Relatório Mundial 2008: Human Rights Watch (HRW)

http://hrw.org/wr2k8/pdfs/wr2k8_web.pdf

International Religious Freedom Report,

<http://www.state.gov/g/drl/rls/irf/>

Relatório Mundial 2008: Human Rights Watch (HRW). A secção sobre o Irão

<http://hrw.org/englishwr2k8/docs/2008/01/31/iran17597.htm>

UN Doc. E/CN.4/1999/58. Direitos Civis e Políticos, incluindo Intolerância Religiosa/ 11 January 1999. Commission on Human Rights 5th Session

http://ap.ohchr.org/documents/alldocs.aspx?doc_id=1500

Momento Decisivo para Todas as Nações (Declaração da Comunidade Internacional Bahá'í – por ocasião do quinquagésimo aniversário da Organização das Nações Unidas (1995)

http://www.bahai.org.br/secext/arquivos/9-10-2009/Momento_decisivo_para_todas_as_nacoes.pdf

SÍTIOS NA INTERNET

Bahá'í Topics – <http://info.bahai.org/>

Bahá'í World Statistics – <http://users.whsmithnet.co.uk/ispalin/statistics/>

Comunidade Bahá'í do Brasil – <http://www.bahai.org.br>

Comunidade Bahá'í de Portugal – www.bahai.pt

Diálogos contra o racismo – <http://www.dialogoscontraoracismo.org.br/>

European Bahá'í Business Forum (EBBF) – <http://www.ebbf.org/>

Fórum Nacional de Educação em Direitos Humanos – FNEDH – www.forumedh.org.br

Portal Unidade na Diversidade – <http://www.unidadenadiversidade.org.br/>

Portas Abertas – <http://www.portasabertas.org.br>

SASG – Secretaria Nacional de Acções com a Sociedade e o Governo da Comunidade Bahá'í do Brasil – <http://www.bahai.org.br/seceext/>

The Bahá'ís – <http://www.bahai.org/>

UNESCO – <http://www.unesco.org/>

United Nations High Commissioner for Human Rights –

<http://www.unhchr.ch/html/menu2/i2othrel.htm>

ISGP - The Institute for Studies in Global Prosperity –

<http://www.globalprosperity.org/history.html?SID=2>

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Projectos Bahá'í acordo com nível de complexidade por continente.....Pág. 70

Tabela 2: Perfil estatístico da Comunidade Internacional Bahá'í.....Pág. 97

Tabela 3: Adeptos em todo o mundo de todas as religiões, em meados de 2004.....Pág. 98

APÊNDICE 1

Perfil estatístico da Comunidade Internacional Bahá'í⁹⁴

	1968	± 1986	2001
Assembleias Espirituais Nacionais	81	165	182
Assembleias Espirituais Locais	6,840	18,232	11,740
Países onde a Fé Bahá'í está estabelecida: países independentes		187	190
Países onde a Fé Bahá'í está estabelecida: territórios dependentes / departamentos ultramarinos		45	46
Localidades onde residem os bahá'ís	31,572	>116,000	127,381
Tribos indígenas, raças e grupos étnicos	1,179	>2,100	2,112
Línguas para as quais a literatura Bahá'í foi traduzida	417	800	802
Editoras Bahá'ís	9	26	33

⁹⁴ Fonte: Bahá'í World Center Department of Statistics - <http://bahai-library.com/Statistics> Acesso: 28/08/2010

APÊNDICE 2

Adeptos em todo o mundo de todas as religiões, em meados de 2004.⁹⁵

	Africa	Asia	Europe	Latin America	Northern America	Oceania	World	%	Number/Countries
Total population	869,183,000	3,870,545,000	725,564,000	550,795,000	328,932,000	32,619,000	6,377,643,000	100.0	238
Christians	401,717,000	341,337,000	553,689,000	510,131,000	273,941,000	26,147,000	2,106,962,000	33.0	238
Affiliated Christians	380,265,000	335,602,000	531,267,000	504,747,000	223,994,000	21,994,000	1,997,869,000	31.3	238
Nonreligious	5,912,000	601,478,000	108,674,000	15,939,000	31,286,000	3,894,600	767,184,000	12.0	237
Roman Catholics	143,065,000	121,618,000	276,739,000	476,699,000	79,217,000	8,470,000	1,105,808,000	17.3	235
Protestants	115,276,000	56,512,000	70,908,000	53,572,000	65,881,000	7,699,000	369,848,000	5.8	232
Unaffiliated Christians	21,437,000	5,734,000	22,395,000	5,384,000	49,947,000	4,153,000	109,050,000	1.7	232
Independents	87,913,000	176,516,000	24,445,000	44,810,000	81,138,000	1,719,000	416,541,000	6.5	221
Atheists	585,000	122,870,000	22,048,000	2,756,000	1,997,000	400,000	150,656,000	2.4	219
Baha'is	1,929,000	3,639,000	146,000	813,000	847,000	122,000	7,496,000	0.1	218
Marginal Christians	3,269,000	3,083,000	4,425,000	10,352,000	11,384,000	630,000	33,143,000	0.5	215
Muslims	350,453,000	892,440,000	33,290,000	1,724,000	5,109,000	408,000	1,283,424,000	20.1	206
Anglicans	43,404,000	733,000	25,727,000	909,000	2,986,000	4,986,000	78,745,000	1.2	163
<i>Multiple affiliation</i>	<i>-50,562,000</i>	<i>-34,528,000</i>	<i>-10,021,000</i>	<i>-80,962,000</i>	<i>-23,217,000</i>	<i>-2,252,000</i>	<i>-201,542,000</i>	<i>-3.2</i>	<i>163</i>
Ethnoreligionists	105,251,000	141,589,000	1,238,000	3,109,000	1,263,000	319,000	252,769,000	4.0	144
Orthodox	37,989,000	13,240,000	158,974,000	848,000	6,620,000	756,000	218,427,000	3.4	134
Jews	224,000	5,317,000	1,985,000	1,206,000	6,154,000	104,000	14,990,000	0.2	134
Buddhists	148,000	369,394,000	1,643,000	699,000	3,063,000	493,000	375,440,000	5.9	130
Hindus	2,604,000	844,593,000	1,467,000	766,000	1,444,000	417,000	851,291,000	13.3	116
Neoreligionists	112,000	104,352,000	381,000	764,000	1,561,000	84,800	107,255,000	1.7	107
Chinese universists	35,400	400,718,000	266,000	200,000	713,000	133,000	402,065,000	6.3	94
Other religionists	75,000	68,000	257,500	105,000	650,000	10,000	1,166,000	0.0	78
Spiritists	3,100	2,000	135,000	12,575,000	160,000	7,300	12,882,000	0.2	56
Sikhs	58,400	24,085,000	238,000	0	583,000	24,800	24,989,000	0.4	34
Zoroastrians	900	2,429,000	89,900	0	81,600	3,200	2,605,000	0.0	23
Confucianists	300	6,379,000	16,600	800	0	50,600	6,447,000	0.1	16
Jains	74,900	4,436,000	0	0	7,500	700	4,519,000	0.1	11
Shintoists	0	2,717,000	0	7,200	60,000	0	2,784,000	0.0	8
Taoists	0	2,702,000	0	0	11,900	0	2,714,000	0.0	5

⁹⁵ Fonte: **History & Society: Religion: Year In Review 2004 - Encyclopædia Britannica in mid-2004** - <http://www.britannica.com/EBchecked/topic/1005579/religion-Year-In-Review-2004> Acesso: 28/08/2010.
 Dados extraídos da **World Christian Encyclopedia** - <http://www.bible.ca/global-religion-statistics-world-christian-encyclopedia.htm> Acesso: 28/08/2010.